

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 75 N° 103 2016

ISSN: 0020-3890

EXPEDIENTE

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73. Filiado à Comissão Internacional de História Militar

Diretor e editor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Conselho Editorial – Diretor

Cel Av Manoel Cambeses Júnior

Membros do Conselho Editorial

Cel Antônio Ferreira Sobrinho
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197 – Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20.211-350
Tel (21) 2232-2691
ighmb.org.br
ighmb-historiamilitar@hotmail.com



SUMÁRIO

- 3 – Editorial
- 6 – Os segredos do Dia D
Gen Div Aureliano Pinto de Moura
- 34 – Tiros-de-Guerra: líderes militares e atualidade
Gen Ex Paulo César de Castro
- 47 – Os pedestres do século XVIII: um protótipo de forças especiais?
Prof. Adler Homero Fonseca de Castro
- 78 – Estratégia da resistência
Cel Cláudio Skora Rosty
- 84 – Napoleão e a Campanha da Áustria
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 96 – A esquecida participação do Exército Brasileiro na missão de busca e salvamento do FAB 2068
Cel Manoel Cândido Andrade Netto
- 113 – A saga dos aviadores brasileiros na República Dominicana
Cel Av Manuel Cambeses Júnior
- 120 – “Injurioso e ultrajante”: as cartas falsas de Arthur Bernardes
Cel Av Marco Túlio Freire Baptista
- 148 – Resenha – *A Guerra do Açúcar*: as invasões holandesas no Brasil
Prof. Armando Alexandre dos Santos
- 154 – Alocação de acolhimento aos novos associados do IGHMB
- 158 – Sócios do IGHMB

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidades dos anunciantes, tirando qualquer responsabilidade do IGHMB.

Editorial

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil celebra um importante acontecimento: a Revista do IGHMB completa, com a publicação deste exemplar de nº 103, 75 anos. Concebida no já distante ano de 1942 para divulgar a produção dos associados e artigos abordando a História Militar, a Geografia, a Estratégia, a Geopolítica e as Relações Internacionais, há sete décadas e meia a Revista vem contribuindo para o enriquecimento da historiografia militar e difundindo a cultura nas áreas do conhecimento abordadas por sua temática.

Esta edição comemorativa publica artigos que abordam diferentes temáticas de interesse do conhe-

cimento e do saber militares, oferecendo perspectivas diversas a partir de pesquisas em arquivos e da exploração de novas fontes documentais.

O Período Colonial da História do Brasil é tema de dois artigos. A

estratégia de resistência descortina a guerra brasílica, modalidade de combate desenvolvida pelos brasileiros para enfrentar a invasão neerlandesa da Companhia das Índias Ocidentais. *Os pedestres do século XVIII: um*

protótipo de forças especiais analisa as unidades de pedestres, organizadas como forças policiais “fora de linha” e que deram origem às tropas ligeiras brasileiras. Traçando um paralelo com os *Rangers* norte-americanos, o trabalho lança uma





discussão sobre sua qualificação como um protótipo de forças especiais.

Ainda estudando a História do Brasil, o texto “*Injurioso e ultrajante*” realiza um profundo debate sobre as cartas falsas, supostamente escritas por Artur Bernardes, que provocaram um grande racha na sociedade brasileira, observável em todos os seus estratos sociais, bem como a intensa batalha jornalística que acompanhou ativamente a campanha. Nesse contexto, a classe armada se envolveu nas disputas e acabaram por vitimizar visceralmente as Forças Armadas brasileiras.

Com um viés mais contemporâneo, *Tiros-de-Guerra: líderes militares e atualidade* demonstra uma experiência bem sucedida entre o Exército Brasileiro e a sociedade, representados pelo poder público municipal e os milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e formação do povo brasileiro

por mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade em que é inserida.

A história da aviação é objeto de dois trabalhos que abordam aspectos distintos do uso do engenho inventado pelo brasileiro Alberto Santos Dumont. Como o próprio nome sugere, *A saga dos aviadores brasileiros na República Dominicana* revisita um significativo e instigante capítulo da historiografia aeronáutica e pouco conhecido dos historiadores brasileiros: a ação desenvolvida por ex-pilotos de caça da Força Aérea Brasileira a serviço da República Dominicana, no final da década de 1940.

Com enfoque distinto, *A esquecida participação do Exército Brasileiro na missão de busca e salvamento do FAB 2068* revela como efetivos da FAB e do Exército Brasileiro trabalharam conjuntamente para localizar a aeronave C-47 da FAB sinistrada na Floresta Amazônica e resgatar os sobreviventes e os corpos daqueles que faleceram na tragédia. Escrito por um oficial do EB que participou da missão de busca e salvamento, este artigo tem



por objetivo descortinar a pouco conhecida participação dos militares do Exército nos trabalhos, que permitiram resgatar com vida cinco sobreviventes da tragédia.

A História Militar Geral é o foco do trabalho *Napoleão e a Campanha da Áustria*, estudo que analisa a mais bem sucedida ação do grande cabo de guerra francês, que resultou na vitória clássica em Austerlitz.

O maior conflito da História – a 2ª Guerra Mundial –, temática sempre privilegiada em nossa revista, é tema do artigo *Os segredos do Dia D*, que lança uma luz sobre o conjunto de ações e operações militares, muitas dela clandestinas e sigilosas, que antecederam a invasão da Europa em 6 de junho de 1944, nas praias da Normandia, França, assinalando o princípio do fim da guerra.

Esta edição comemorativa de 75 anos assinala, ainda, o lançamento da coluna RESENHA, que tem como propósito divulgar livros e trabalhos no campo da História Militar, notadamente aqueles produzidos pelos sócios do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Neste exemplar da revista, destacamos a obra *A Guerra do Açúcar: as invasões holandesas no Brasil*, escrita pelo Cel Carlos Daróz, que faz uma abordagem à luz da nova História Militar sobre conflito entre os luso-brasileiros, em tempos de União Ibérica, e a Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

A você, caro leitor, razão de ser de nossa revista, com a certeza da contribuição para a historiografia militar brasileira, desejamos uma boa e recompensadora leitura.

Os segredos do Dia “D”

Aureliano Pinto de Moura^a

Resumo: Em 6 de junho de 1944 os Aliados lançaram, nas praias da Normandia francesa, a maior operação anfíbia jamais realizada, sob o codinome de *Overlord*. O Dia “D”, como ficou conhecido o desembarque das forças dos EUA, Grã-Bretanha e Canadá, foi precedido de uma série de medidas de planejamento, logísticas, de inteligência e operacionais, que viabilizaram o sucesso da operação. Este artigo realiza uma análise dessas medidas que possibilitaram o começo do fim da 2ª Guerra Mundial na Europa.

Palavras-chave: 2ª Guerra Mundial, Inteligência, Operações anfíbias.

ANTECEDENTES

No dia 1º de setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram a Polônia, dando início à 2ª Guerra Mundial. Reflexos das imposições do Tratado de Versalhes, após 1ª Guerra, que levou a Alemanha a um colapso econômico e a uma crise política que alçou Adolf Hitler à liderança do Partido Nazista.

Em seu manifesto político, através do livro *Mein Kampf*, Adolf Hitler já se referia à Grande Alemanha (*Gro deutschland*) e da necessidade de sua expansão territorial em direção ao leste europeu. Tudo em benefício do povo alemão.

Quando já no poder, celebrou um pacto de não agressão com a União Soviética (URSS) por meio de um protocolo secreto, assinado

^a General de Divisão Médico. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



em agosto de 1939, pelo qual dividiriam a Polônia, entre si. A invasão da Polônia levou a Grã-Bretanha e a França a declararem guerra à Alemanha, conforme os tratados assinados com aquele país. Naquele momento, entretanto, pouco ou nada poderiam fazer em defesa da Polônia.

Ocupada a Polônia, Adolf Hitler voltou-se para o ocidente, ocupando a Dinamarca e a Noruega, seguindo-se a Holanda, a Bélgica e a França. No início de junho de 1940, em um lance inusitado, uma força expedicionária britânica desembarcou no norte da França, mas logo foi obrigada a evacuar o território ocupado, na região de Dunquerque, além de sofrer intensos bombardeios ao sul da Inglaterra. Alinhando-se com a Alemanha, a Itália, de Mussolini, declarou guerra à Grã-Bretanha e à França.

Após terem derrotado os franceses, em 14 de junho os alemães entraram em Paris e levaram a França a assinar um humilhante armistício, no dia 22, do mesmo mês.

Surgiu, então, a Resistência Francesa e as Forças Francesas Livres, comandada por Charles de Gaulle.

Tudo indicava uma breve invasão à Inglaterra, por meio da Operação *Seelöwe* (Leão Marinho), um ataque anfíbio a ser desencadeado após a obtenção do controle aéreo nos céus das Ilhas Britânicas. Iniciava-se a Batalha da Inglaterra, onde a aviação alemã, contando com uma força aérea maior e em melhores condições, inicialmente levou vantagem sobre a Real Força Aérea britânica (RAF). Enquanto os ingleses lutavam como podiam e com o que possuíam, os alemães iniciaram os bombardeios de aeroportos e instalações de radar, vislumbrando uma breve derrota britânica.

No início de setembro, para surpresa alemã, os britânicos bombardearam Berlim, levando Adolf Hitler a ordenar, como retaliação, o ataque aéreo às cidades britânicas, deixando de lado os aeródromos. Isso permitiu a recuperação da RAF, que voltou a abater os aviões alemães, cujas fábricas não conse-



guiam mais manter o fluxo de produção de aviões de combate conforme desejavam.

A Batalha da Inglaterra foi vencida pelos britânicos após Hitler cancelar a Operação *Seelöwe*, que deixou de existir. Após Dunquerque, Hitler aliviou um pouco os ataques aéreos à Inglaterra, na esperança de um futuro acordo com Londres, pois tinha como objetivo principal atacar a União Soviética. Durante esse período a Inglaterra não lutou sozinha. Contou com Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e Índia, que entraram no conflito. O grande problema britânico era suprimento e os navios para transportá-los.

A Marinha Alemã mantinha-se alerta, na Batalha do Atlântico, com os seus *U-boats* em plena atividade. Só em 1942, 2.232 navios foram afundados pelos alemães. Com a guerra confinada praticamente ao norte da África, o objetivo britânico era defender o Egito e o Canal de Suez, além de libertar a Abissínia de Hailê Salassiê, que havia sido invadida pelos italianos, e devolver-lhe o trono.

A VIRADA DA GUERRA

Em 22 de junho de 1941, quando a URSS foi invadida pelos alemães, a sorte na guerra começou a mudar favorecendo aos britânicos. Londres ganhava, naquele momento, um aliado, de grande potencial humano. No dia seguinte à invasão, Stalin propôs a Churchill criar uma “segunda frente”, visando desviar a pressão alemã no leste europeu. Churchill naquele momento apenas enviou suprimentos aos soviéticos, mas, em agosto, os britânicos, conjuntamente com os soviéticos, invadiram o Irã, dividindo-o entre eles.

No final do ano, em 7 de dezembro, os japoneses atacaram Pearl Harbor, levando os Estados Unidos (EUA) a declararem guerra não só contra o Japão, mas também contra Alemanha e Itália. Até então, o pensamento norte-americano era não se envolver na guerra, apesar de que, desde 1940, já vinha enviando navios, com munição, alimento e outros itens, à Grã-Bretanha, sem a preocupação de ressarcimento. E,



através dela, a pedido de Churchill, supria também a União Soviética, com algum suprimento, inclusive tanques e aviões.

Roosevelt tinha consciência de que seu país não poderia permanecer neutro e, por isso, já havia acertado com Churchill de que o objetivo principal era vencer a Alemanha, enquanto o Japão ficaria para depois, conforme sugestão do primeiro-ministro britânico.

Desde a Conferência de Washington, realizada em 31 de dezembro de 1941, Roosevelt já havia se comprometido com Londres, para realizar um desembarque na Europa, através do canal, começando o planejamento de uma invasão ao norte da França.

Após Pearl Harbor e Midway, em junho de 1942, os Estados Unidos voltaram o seu esforço, quase todo em direção à frente ocidental. Churchill ainda se mostrava sob efeitos do desastre na invasão em Dieppe, onde apenas 2.500 homens retornaram de uma tropa de 6.000 soldados que lá estiveram em reconhecimento em força, no território francês. Sabia que era importante a

invasão da França, não só para os britânicos, como para norte-americanos e soviéticos.

Inicialmente partiram para uma operação conjunta (Operação Torcha), envolvendo americanos e britânicos, com o desembarque no Marrocos e na Argélia, que levou a derrota de Rommel, no norte da África. A partir de então, os olhares se voltaram para o sul da Europa.

A “MURALHA DO ATLÂNTICO”

Era importante para os alemães o controle das rotas marítimas de acesso ao Canal da Mancha, o que fez a Marinha alemã instalar várias baterias de canhões de longo alcance no Passo de Calais, capazes de bombardear a costa sul da Inglaterra, nas áreas de desembarques possíveis. Enquanto o Exército instalava os seus canhões na costa francesa, sob ordem direta do *führer*. Essas baterias foram cobertas com espessas casamatas de concreto. Ao final de agosto de 1940, estavam instaladas



30 baterias da Marinha e 42 do Exército.

Após a derrota alemã, na Operação *Seelöwe*, Hitler abandonou a ideia de invadir as ilhas britânicas e voltou-se para a Frente Oriental, assim como fez partirem os submarinos de portos franceses à caça de navios aliados. Pretendia derrotar os britânicos pela fome e acreditava que a derrota soviética levaria a Grã-Bretanha cair por si só.

As fortificações alemãs iniciavam em Narvik, ao norte da Noruega, e terminavam na fronteira franco-espanhola, mantendo seus portos reforçados no Mar do Norte, que até então estavam despojados de sua defesa pelo Tratado de Versalhes. Ao norte da França, quinze baterias holandesas protegiam seus acessos, enquanto as ilhas britânicas do Canal, ocupadas pelos alemães, foram fortificadas.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, tudo mudou para os alemães. A invasão da Grã-Bretanha tornara-se impossível e toda a costa normanda passou a estar vulnerável a possível ataque aliado, no exato momento em que o Alto Comando

alemão percebeu que a Frente Ocidental era estática, levando à construção da “Muralha do Atlântico”, por ordem pessoal do *führer*. O ataque a Dieppe alertara os alemães para as intenções dos aliados, levando Hitler a ordenar a construção da “Fortaleza Europa” e da “Muralha do Atlântico”.

Em 29 de setembro, Hitler convocou reunião para discutir a defesa da Frente Ocidental. Sua intenção era construir uma grande muralha de concreto, iniciando-se do Círculo Polar Ártico, ao norte, até os Pireneus, no Sul. Seriam instalados 150.000 postos fortificados, a serem ocupados por 300.000 homens. Esperava contar com o muro até março de 1943 e, para isso, convocara a Organização Todt, que projetara a Linha Siegfried. Contudo, nessa data, a “Muralha” ainda não estava pronta e os bombardeios aliados atrasavam as suas obras.

O marechal Von Rundstedt, comandante da Frente Oriental, defendia a importância da “Grande Muralha”, em uma antevisão da Alemanha vir a enfrentar uma guerra em



duas frentes, como Adolf Hitler tinha consciência do risco que corriam de uma invasão aliada na costa Atlântica. O escolhido para comandar as tropas empenhadas nessas defesas foi o General Erwin von Rommel, veterano da guerra na África. Ao inspecionar as muralhas, Rommel, percebeu que apenas 30% das obras estavam concluídas, face à prioridade dada para a construção dos lançadores das bombas voadoras V-2. Diante dos fatos Rommel ordenou a instalação de grande quantidade de obstáculos entre as fortificações já existentes, para reforçar as praias expostas. Para Rommel, a guerra seria ganha ou perdida nas praias, da Normandia. “As primeiras 24 horas da invasão serão decisivas [...] esse será o mais longo dos dias.”

As dissimulações do Comando Aliado levavam Hitler imaginar a invasão através do Estreito de Dover, o ponto mais próximo da costa inglesa, fazendo reforçar a defesa ao longo do Passo de Calais.

A estratégia da *blitzkrieg*, era baseada no movimento rápido, com colunas blindadas flanqueando e ultrapassando o inimigo, contando

com apoio aéreo, que castigava os pontos fortificados. Restava aos alemães operar com base em uma defesa estática, com suas tropas atacando em um ponto da linha de defesa, para rompê-la e permitir o seu avanço pelas brechas, e investir contra os defensores, pela retaguarda.

A partir de 1941, Hitler assumiu pessoalmente o comando das operações, negando aos seus comandantes a necessária autonomia das manobras, baseada na visão dos seus generais.

A “Muralha do Atlântico” não era uma novidade. Fora concebida na 1ª Guerra Mundial, onde uma rede de pontos fortificados apoiava-se mutuamente. Já a Linha Siegfried, posição fortificada alemã, fora construída em 1936, como resposta à Linha Maginot dos franceses, porém só foi colocada à prova no final de 1944, quando os aliados tentaram romper a posição.

Foram construídos três tipos de defesa costeira: o Ninho de Resistência, destinado a defesa antitanque e infantaria; as trincheiras de comunicações, com abrigos antiaéreos e cobrindo os pontos-cegos; e os Pontos



Fortificados, formando um núcleo de armas pesadas (artilharia, montada em nas casamatas de concreto).

As armas pesadas eram cercadas por metralhadoras, armas anti-tanque e/ou antiaéreas. Os portos de Östende e Dieppe eram defendidos como Pontos Fortificados. Os principais portos, onde seriam os ataques mais prováveis, possuíam seus Setores de Defesa.

A Marinha alemã concentrou suas forças limitadas em Passo de Calais, nos principais portos e nas ilhas costeiras. A ideia era formar uma rede de defesa interligada de fogo contínuo, e espalhar pela costa radares da Marinha e da Força Aérea (*Luftwaffe*), sem, entretanto, ter comunicação direta com a artilharia do Exército, atrasando as respostas.

A partir de 1941, além dos batalhões de construção que já vinham trabalhando nessas obras, por falta de mão de obra os alemães foram obrigados a mobilizar trabalhadores franceses, no sistema do trabalho escravo. As instalações eram padrão, instaladas no subsolo, sem um mínimo de conforto para seus ocupan-

tes, todas com uma saída de emergência e uma rota de fuga, sendo as suas portas estanques a armas químicas. Seus tetos não podiam ultrapassar de um metro acima do solo, para evitar problemas decorrentes da infiltração de água.

As diversas instalações foram cobertas com terra ou grama e possuíam silhueta reduzida. As superfícies expostas eram camufladas com tinta, texturização ou proteção com redes de camuflagem. As torres de observação eram disfarçadas como construções locais, com tetos falsos, janelas e portas pintadas. Sempre que possível, as fortificações eram disfarçadas em casas, igrejas ou outras construções. Era comum as fortificações serem embutidas em rocha. Casamatas foram construídas especificamente para a instalação de depósitos de suprimento todas as classes, instalar hospitais e enfermarias.

Durante o ano de 1943, somente na França foram usados dezoito Batalhões de Construção, cinco Companhias de Perfuração de Rocha, duas Companhias de Instalação de Minas, e foram usados cerca



de 30.000 comunistas espanhóis; na Holanda 20.000 homens foram recrutados para trabalhar nas construções. Ainda em maio, aproximadamente 260.000 trabalhadores foram empregados pelos alemães nas suas fortificações, dos quais apenas 10% da mão-de-obra empenhada eram de alemães. Muitos dos homens recrutados pelos alemães estavam ligados à Resistência Francesa, os quais foram muito úteis como informantes dos aliados. Até projetos de fortificações caíram nas mãos do serviço secreto britânico, através deles.

Com o trabalho ainda por terminar, em junho de 1944, o marechal Rundstedt transferiu todos os trabalhadores existentes em sua área para empregá-los na recuperação das ferrovias francesas. Além de todas as dificuldades, somente 20% do concreto destinado as fortificações chegavam às mãos dos alemães.

PEDRAS NO CAMINHO

Um dos grandes problemas para os alemães foi o armamento,

considerando a falta de padronização de suas unidades. Na Linha Siegfried as armas eram padronizadas.

A partir de 1944, os alemães contavam com uma variedade muito grande de armas capturadas do inimigo, de fabricação estrangeira, além das de fabricação nacional. Ao todo, as armas utilizadas pelos defensores da “Muralha do Atlântico” eram originárias de mais de dez nações. A diversidade do armamento significou reflexos no campo de fogo, limitados pelos padrões das seteiras ou canhoneiras, e provocou dificuldades no fornecimento de munição de artilharia: eram cerca de 30 calibres diferentes, variando de 7,5 cm a 40,6 cm.

No Dia “D”, no momento da invasão, das 15.000 fortificações planejadas pelos alemães, apenas 12.247 estavam concluídas, juntamente com 943 na costa mediterrânea. Cerca de 500.000 obstáculos foram plantados nas praias francesas, assim como cerca de 6.500.000 minas haviam sido colocadas no terreno. Dentro de uma mesma visão de



Adolf Hitler e Von Rundsted, Rommel concentrou grande parte dos seus esforços no Passo de Calais.

Os Aliados desembarcaram ao longo da costa de Calvados, onde apenas a metade das fortificações estava concluída. Embora a maioria dos canhões navais já estivesse instalada, apenas poucas seções da segunda linha estavam em condições de atuar.

Os Aliados, não podiam facilitar, desacreditando o inimigo responsável pela defesa da Europa Ocidental. Os alemães contavam com 60 divisões em condições de intervir. Cada uma delas com 14 a 21 mil homens.

Mesmo com os russos forçando a retirada alemã do Leste, Hitler estava convicto de que tinha condições de deter os soviéticos, antes de chegarem às fronteiras com a Alemanha. Assim, como acreditava conseguir a vitória na Frente Ocidental, sua estratégia era empurrar de volta ao mar toda a tropa que ousasse desembarcar em território ocupado pela Alemanha. Tinha consciência de que se os aliados conquistassem uma cabeça de ponte no continente

européu, a guerra estaria perdida. Era a visão de Adolf Hitler.

Do meado de 1943 até maio de 1944, os alemães já haviam aumentado suas forças no ocidente com mais de dez divisões, que já não eram mais completas. Com as divisões já em ruína, elas passaram a ter como unidade operacional o “grupo de batalha”, já sem a estrutura básica da divisão. Algumas das divisões alemãs já não contavam com a sua artilharia. Suas divisões blindadas (*Panzer*) já estavam carentes de combustível, dependendo de milhares de equídeos, destinados a tração. Muitas foram as bicicletas usadas para o transporte de soldados.

Algumas das suas divisões *Panzer* chegaram à Bélgica e à França, na primavera de 1944, após confrontos com os pesados blindados dos soviéticos, em 1941. Os alemães contavam com os *Panther*, os *Tiger* e os *Königstiger*, imunes aos canhões dos carros de combate aliados quando a mais de 200 metros de distância, enquanto possuíam capacidade de atingir o alvo a um alcance de cerca de 1.000 metros. Com o avanço soviético, Hitler foi levado a



transferir muitos dos seus *Panzer* para o leste.

Em 6 de junho de 1944, os alemães contavam com 16.000 carros de combate na Frente Ocidental, grande parte grupada entre a Holanda e o rio Sena. Ao sul do Sena apenas uma divisão *Panzer* e duas unidades menores em Caen.

As outras seis divisões existentes na área dependiam de batalhões do Oeste (Batalhões *Ost*), constituídos de prisioneiros de guerra da Frente Oriental, anticomunistas russos ou voluntários para lutar pela Alemanha, ou, ainda, por aqueles que se declaravam comunistas para fugir dos maus tratos e ter o que comer. Sua motivação para combater os aliados era pouca.

A situação da Alemanha era crítica. As perdas forçavam novas convocações. Para suprir as necessidades, os alemães começaram a usar trabalhadores estrangeiros como substitutos de operários nacionais, que eram mobilizados e incorporados às unidades desfalcadas. Os únicos voluntários eram vindos das SS, normalmente menores de 20 anos,

assim como passaram a ser mobilizados homens já idosos, ou mesmo doentes, para comporem as organizações estáticas. Voluntários alemães praticamente deixavam de existir. A situação era complicada ainda mais pelo colapso do sistema divisional. Ninguém mais sabia se uma organização combatente tinha os homens suficientes.

A 3ª Frota Aérea alemã e o 9º Corpo Aéreo, unidades de caça e bombardeiros, empenhados no Leste, estavam em situação semelhante. Dos 900 aviões previstos para a 3ª Frota, apenas 650 estavam em condições de emprego, contando ainda com mais 145 aeronaves na Noruega. O 9º Corpo Aéreo, que tentara bombardear os portos de embarque, no Sul da Inglaterra, no dia “D” retornaram para o continente com apenas 100 aeronaves.

Além dos combates, das 2.155 aeronaves perdidos pela *Luftwaffe*, 847 foram derrubados em acidentes, sem ação do inimigo. A falta de aeronaves não era o principal problema. Os alemães aumentaram a sua produção, mas o que faltava eram pilotos treinados. Por falta de



apoio aéreo, a Marinha alemã recolheu seus navios de superfície para os portos de origem e evitava a luz do dia.

No Leste os alemães mantinham três contratorpedeiros, cinco lanchas-torpedeiras, 34 canhoneiras, 161 caça-minas e 34 submarinos. No final de maio de 1944, o Almirante Karl Dönitz ordenou aos seus submarinos retornarem ao Atlântico. A Marinha alemã tinha planos para minar o Canal ao primeiro sinal de invasão, mas dependia da *Luftwaffe*, que se recusou a ajudar.

O MORAL DAS FORÇAS ALEMÃS

Não era bom o moral das forças alemãs no leste europeu. Passados muitos meses, ou mesmo anos, na expectativa de um confronto com os aliados, as tropas relaxaram, e os soldados estavam mais preocupados com a comida, com o vinho e com as mulheres francesas, bem como tiveram que enfrentar o efeito deletério

do desprezo e, muitas vezes, da desobediência pura e simples da população local.

A crescente atividade da Resistência Francesa fazia os alemães viverem em sobressalto e inseguros, nos países ocupados. As ordens eram para combater a Resistência ou os comandos inimigos sem clemência, mesmo que tentassem se render. Com o tempo, sentindo a realidade, foi ficando difícil para os soldados alemães atirarem a sangue frio. Apenas as SS passaram a assassinar prisioneiros, mesmo quando desarmados.

Na Frente Ocidental os alemães contavam com soldados de várias nacionalidades (russos, ucranianos, húngaros, etc.) lutando ao lado da Alemanha, os quais, de certa forma, eram evitados pelos soldados alemães. Alguns deles não encontravam razões étnicas ou ideológicas para desprezar os britânicos, americanos e mesmo os franceses. A ordem era “[...] lutar até a morte”, mas nem todos estavam imbuídos desse espírito de sacrifício.



OS SEGREDOS DA GUERRA - PLANOS ROUBADOS

Embora na Conferência de Casablanca, realizada em janeiro de 1943, Roosevelt já houvesse concordado em adiar uma invasão à França até 1944, os chefes de estado-maior britânicos e americanos reunidos começaram a planejar a operação, iniciando pela análise do desastroso ataque a Dieppe, cuja primeira conclusão era de que não deviam ser desconsideradas as forças de defesas alemãs ao longo da costa francesa. A operação exigia uma imensa concentração de forças para um único ataque inicial, que deveria garantir uma cabeça-de-ponte que serviria de base para o desembarque, criando uma área de reunião e suprimento para o prosseguimento da operação.

Para os alemães, em seu estudo de situação, o desembarque aliado seria na região de Calais, onde a travessia seria mais curta, apenas 35,4 km. Na região existiam boas praias e três grandes portos: Dunquerque, Calais e Boulogne. Para Adolf Hitler o ataque seria na região entre Dunquerque e o Somme.

Os aliados por sua vez, em seus estudos de estado-maior, encontraram uma região com várias praias adequadas, em uma baía protegida, na costa norte da Normandia, entre o estuário do Orne e o pé da Península do Cotentin. Contudo, o local carecia de bons portos. A solução encontrada foi a construção de portos com peças pré-fabricadas, que seriam rebocadas através do Canal da Mancha.

Uma vez conquistada a cabeça-de-ponte, as forças aliadas poderiam rumar para o oeste cortando a Península do Cotentin e tomando o porto de Cherbourg, seguindo-se os portos da Bretanha.

A Normandia era plana, favorecendo a construção de pistas de pouso, com boas estradas em direção a Paris e à fronteira alemã. Quanto ao local para o desembarque, estava longe de ser óbvio. Era o primeiro segredo a ser guardado.

A derrota da aviação alemã na Batalha da Inglaterra permitiu um bom reconhecimento aéreo detalhado da área prevista para o desembarque. Toda a linha costeira foi fotografada por voos exclusivos de reconhecimento, enquanto os bombardeiros



que voavam na região fotografavam a área. Utilizaram para isso duas câmeras, visando a produzir imagens estereoscópicas, que permitiriam construir modelos que mostrassem o formato do solo, as árvores, sebes e todos os demais detalhes do terreno, além das fortificações e os pontos fortificados que pudessem existir próximos às praias de desembarque e zonas de salto. As fotografias obtidas foram utilizadas para a instrução das forças de ataque e para a montagem de um mapa em escala de 1: 25.000.

O reconhecimento aéreo, além do que se havia planejado, veio revelar um segredo alemão: a bomba voadora V-1, que apareceu nas fotos, o que permitiu que os aviões aliados bombardeassem o centro de pesquisas em Peenenünde, no Mar Báltico, destruindo as plataformas de lançamento e atrasando a sua produção.

Em 1943, foi detectado o local de fabricação do chamado Canhão de Londres. Essa arma tinha um tubo muito longo (120 m), disparando 25kg de explosivo a mais de 160km de distância. A 1ª Força Aérea dos

Estados Unidos destruiu o local e o projeto foi abandonado.

No desembarcar das forças aliadas, para o desembarque da Normandia, seria necessário um reconhecimento aéreo, em altitudes elevadas, contudo, quis o destino que, no início de 1944, Herman Göering, comandante da *Luftwaffe*, transferisse seus aviões de caça para o território alemão, visando à defesa da Alemanha dos bombardeios aliados. Isso permitiu um reconhecimento a baixa altitude, quando os rápidos aviões Mosquitos obtiveram excelente resultado.

Por melhor que fossem os reconhecimentos aéreos os aliados necessitavam de maiores detalhes em relação às fortificações existentes na região prevista para o desembarque e conhecer, ainda, as condições em que se encontravam os combatentes que iriam ser enfrentados. Uma grande quantidade de informações sobre os locais de desembarque, salto e aterragem foi reunida, visando eliminar ou enfraquecer as forças inimigas, antes de desencadear a operação de desembarque. Seriam extremamente importantes para a elaboração de um plano



de operações detalhado para o dia “D”.

SABOTAGEM E ENSAIO

Em janeiro de 1944, uma unidade da Resistência Francesa realizou um ataque não autorizado, a um posto de comando alemão. Com apenas um de seus integrantes falando

alemão – uma imprudência e um risco grande para uma operação – a ação não obteve grandes resultados, pois a maioria dos documentos conseguidos

pelos franceses não tinha valor algum. Após uma seleção desses documentos em Paris, a cópia de um deles foi enviada a Londres, um relatório escrito por Rommel. Nesse documento o general criticava os trabalhos que vinham sendo realizados por não estarem adequadas para os fins a que se destinavam. As ameaças eram

tão estreitas que limitariam o campo de tiro dos canhões, ou eram tão pequenas que não permitiriam o recuo da arma. Limitariam a atuação da artilharia.

Os trabalhos foram realizados por mão de obra de franceses requisitados, pela força, para esse serviço, um “trabalho escravo” como foi denominado. Homens que deliberadamente

“cometeram enganos”, surrupiando projetos, correndo risco de vida; que erraram propositalmente na construção das fundações, enfraquecendo a



Simulacro de um blindado M-4 Sherman utilizado para iludir a espionagem alemã às vésperas da invasão da Normandia

mistura do concreto, economizando material, e utilizando mais areia do que era necessário. Esse tipo de sabotagem foi realizado em escala muito mais extensa do que Rommel descobrira. Muitos desses patriotas franceses não chegaram a ver a sua Pátria libertada.



Se os engenheiros responsáveis pelas obras descobriram os defeitos, evitaram comentários. Falar do assunto poderia significar prisão, transferência para a frente russa ou mesmo o fuzilamento. Um francês que trabalhava nas obras teve a oportunidade e a coragem de surrupiar a cópia de um projeto da construção das fortificações. O sumiço desse projeto jamais foi denunciado pelo oficial responsável. Medo?

Considerando que a construção da “Muralha” levaria muito tempo, Rommel optou pelo uso extensivo de minas, armadilhas e obstáculos, transformando as praias no que ele chamou de “jardim do diabo”, e concentrando o trabalho na região do Passo de Calais.

Na semana anterior ao dia “D”, Rommel voltou suas atenções para a costa da Normandia, o que colocou o Comando Aliado em alerta, pois, na realidade, pouco sabiam sobre as praias. Publicações turísticas sobre as praias anunciavam a existência de muitas trufas na região onde os aliados deveriam instalar um dos portos Mulberry.

O conselheiro científico do Quartel General, Prof. John Bernal, foi chamado e mandado verificar a resistência do terreno. Após a libertação de Paris veio a conhecimento que a sua informação foi protocolada e arquivada, em um armário, como “altamente secreta”, sem nunca ter sido usada. Não obstante, Bernal coletou todas as informações geológicas, biológicas e topográficas relativas às praias da Normandia, assim como das praias inglesas, confirmando que a praia de Brancaster, em Norfolk, possuía características semelhantes à da costa francesa, o que permitiu que, em dezembro de 1943, Grupos de Reconhecimento de Operações Combinadas, realizassem treinamentos com a finalidade de realizar o reconhecimento em praia inimiga durante a noite. Na oportunidade, realizaram o reconhecimento de minas e obstáculos abaixo da linha d’água no local, trabalho importante para as operações de desembarque.

Nesse momento os alemães andavam a procura de comandos aliados invasores. Com ordem direta do *führer* para eliminar, por fuzila-



mento, no local em que fossem encontrados. O patrulhamento alemão teve o seu lado positivo para os aliados, pois mostrava claramente aos observadores onde as praias não estavam minadas.

O reconhecimento da praia de Brancaster mostrou o que aconteceria se o bombardeio aéreo da Normandia ficasse aquém do alvo e criasse crateras na linha da praia. As grandes crateras que viessem a surgir seriam altamente prejudiciais à operação de desembarque.

A Operação Cockade alimentava os alemães com informações falsas relativas a um desembarque na costa Atlântica, forçando a permanência de tropas alemãs na Europa Ocidental. A tática central da inteligência aliada era manter os alemães com a ideia de um desembarque na região de Calais, levando-os a concentrar seus meios, naquela área.

Os aliados permaneciam atentos ao Passo de Calais, para terem a certeza de que os alemães ainda mantinham as suas tropas reunidas no local, assim como era importante o que se passava na região da Normandia.

Mesmo durante o dia, minissubmarinos faziam o reconhecimento das praias.

A ESPIONAGEM ALEMÃ

O sistema para decifrar códigos que os britânicos mantinham era de primeira linha. O primeiro desenvolvido foi o Ultra, em Bletchley Park, que decifrou as comunicações alemãs criptografadas pelo código Enigma. Seus técnicos eram capazes de dar conhecimento aos agentes de informações se os alemães acreditavam ou não na desinformação que divulgavam.

Os grupos rivais, na tentativa de aumentar seu prestígio junto ao *führer*, levavam a ele informações falsas ou distorcidas, fazendo Hitler acreditar que os aliados contavam apenas com 85 a 90 divisões disponíveis para a invasão, quando na verdade eram apenas 35.

O Serviço de Contrainformações Aliado inundava suas transmissões com mensagens sobre o fictício 1º Grupo de Exércitos dos Estados Unidos ou sobre o 4º Exército Britâ-



nico, o que era respaldado por relatórios de espões de nacionalidade alemã, que se misturavam aos estrangeiros fugitivos dos nazistas, na Grã-Bretanha.

As redes de espionagem alemãs haviam sido instaladas no Reino Unido antes mesmo da 2ª Guerra Mundial. Uma delas era constituída por empregados domésticos que informavam qualquer notícia ou conversa de importância que vissem ou ouvissem, cujo papel era desviar a atenção dos agentes profissionais do MI5 (inteligência militar) e da *Scotland Yard*.

Os agentes alemães passavam primeiro por uma escola especial situada em Hamburgo, onde aprendiam a se portar como ingleses e a criar uma aura de respeitabilidade, abrindo uma conta bancária ao chegar à Grã-Bretanha. Em seguida, deveriam comunicar à polícia a perda de sua caderneta bancária, informando seu valor, para parecerem pessoas respeitáveis. Mal sabiam que o seu principal instrutor, era canadense e se tornara agente duplo ao ser preso pelo MI6 (serviço secreto).

Ao iniciar a guerra Londres já conhecia uma vasta lista de agentes alemães na Grã-Bretanha.

Por sua vez os alemães haviam obtido algum sucesso na França ocupada, onde conseguiram capturar agentes britânicos e membros da Resistência Francesa. Assim, a necessidade de transmitir as informações aos *maquis* permitiu que os alemães descobrissem a data da invasão, contudo, os alemães estavam mais preocupados em rastrear e executar os integrantes da Resistência, sem interrogá-los.

Nesse momento Hitler ainda imaginava poder reverter a situação e vencer a guerra. Com os efeitos das bombas V-1, ao serem lançadas sobre Londres e as V-2 que, em produção, forçariam a Grã-Bretanha a render-se. Mal sabia ele que a produção de guerra aumentara em dez vezes desde 1940 e não havia crise de abastecimento.

Com a ideia fixa de um desembarque aliado na região de Calais, Hitler manteve o seu 15º Exército em sua posição, a mais poderosa



força de defesa, realizando a proteção do setor mais forte da “Muralha do Atlântico”.

O Plano de dissimulação do Dia “D” foi chamado de Bodyguard, dividido em duas partes: Zeppelin e Fortitude. O Zeppelin procuraria insinuar ao inimigo de que a ameaça estava ao sul ou sudeste da França, área sensível para os alemães, e os aliados tentariam convencer Hitler de que haveria um ataque anglo-soviético na Romênia, através do Mar Negro; simultâneo a um ataque anglo-americano em Trieste; e um britânico através da Grécia. A Hungria já tentara mudar de lado; a Bulgária e a Romênia procuraram fugir de seus compromissos com o Eixo, procuraram tirar o corpo fora.

Esse planejamento todo foi levado aos alemães por Elyesa Bazna, cidadão turco, que os alimentou de muitas informações. Após alguma desconfiança, os alemães acabaram acreditando na hipótese apresentada por Bazna, quando os britânicos começaram a fazer um alarido sobre a segurança de suas embaixadas. As atividades de Bazna eram conhecidas pela inteligência britânica e seus

agentes, com grande habilidade, fizeram chegar até ele malotes recheados de desinformações, o que levou os alemães a reforçarem o Báltico com 25 divisões, que deveriam estar defendendo a França.

O MI6 procurava, por todos os meios, convencer o Alto-Comando alemão de que viria uma invasão pela Noruega, contando com a Suécia, até então neutra, e que apoiaria os britânicos, permitindo ainda o desembarque na Dinamarca. Em prosseguimento, a partir da Escandinávia, haveria a invasão do norte da Alemanha.

Todas essas hipóteses preocupavam Adolf Hitler, mas, na realidade, não saía da sua cabeça um ataque na região de Calais ou da Bélgica. Quanto mais surgiam as informações, mais Hitler ia usurpando o comando dos seus generais.

O impulso principal da campanha era fazer Adolf Hitler acreditar que se os aliados fossem invadir a França, não poderiam fazê-lo antes de julho de 1944, o que o levou a acreditar que uma invasão na França só poderia acontecer a partir de ju-



lho. Possivelmente, o ataque ocorreria nos Bálcãs ou na Noruega, fazendo os alemães dispersarem suas forças, e Hitler mordeu a isca.

Como disse Von Rundstedt, “o ‘cabo da Boêmia’ (como ele chamava Hitler), tentaria agarrar tudo e acabaria por perder tudo”.

O DESESPERO DE ADOLF HITLER

Os aliados procuravam fazer Adolf Hitler sentir que estava cercado por todos os lados, sem saber onde e quando o inimigo atacaria. Assim como imaginava que o mais provável na invasão da França vinda em direção ao Estreito de Dover, no Passo de Calais, realizando, concomitantemente, alguns ataques diversionários em outros locais. Para Adolf Hitler era importante manter o seu 15º Exército em Passo de Calais, a espera da invasão aliada. Hitler confiava em sua intuição.

Von Rundstedt analisava o problema de maneira objetiva. Sua intuição dizia que o ataque seria em

Passo de Calais, onde os aliados poderiam contar com cobertura aérea, sem realizar um longo voo partindo dos aeródromos ingleses, o que permitiria maior permanência sobre o campo de batalha. Calais era o caminho mais curto em direção à Alemanha.

Rundstedt descartava a possibilidade de um ataque com carros de combates na Normandia, local onde Cherbourg e Le Havre fervilhavam com cargas de demolição. Uma frota de invasão que tentasse atravessar 160 km da costa inglesa, fatalmente seria detectada pelos radares e pelos aviões de reconhecimento alemães. Além disso, poderiam detonar as cargas de demolição no momento em que os aliados se aproximassem da costa da Normandia.

Com os aliados capturando Calais, Dunquerque ou Boulogne, não haveria tempo para os alemães explodirem todas as instalações portuárias. Em Calais seria diferente. Não haveria tempo para demolição.

O Almirante Theodore Krancke, comandante do Grupo Oeste da Marinha alemã, acreditava que os aliados necessitavam desembarcar



próximo a um porto. Qualquer ataque deveria acontecer durante a noite, na maré alta, para que pudessem navegar sobre os obstáculos. Seria um ataque distante das falésias e recifes e ondas de pelo menos dois metros. Com ventos superiores a 45 km/h e visibilidade mínima de 4.500 metros.

Rommel, por sua vez, discordava, pois, para superar os obstáculos da própria praia, os aliados teriam que desembarcar em maré baixa durante o dia claro, para que os sapadores pudessem explodir e remover obstáculos, assim como os aliados necessitariam conquistar um porto. Não sabia que, desde junho de 1938, os planejadores britânicos já pensavam nos portos flutuantes. Dwight D. Eisenhower, que se tornaria Comandante Supremo das forças aliadas, recordou certa vez que quando pela primeira vez, se pensou em porto flutuante, em 1942, durante uma reunião, a ideia foi considerada uma zombaria pelos americanos.

No quartel-general de Churchill havia a Seção de Controle de Londres, destinada a cooptar agentes alemães, em colaboração com o

MI6, o MI5 e um setor deste chamado Comitê XX. Esse comitê era destinado a cooptar os espíões, que, posteriormente, eram interrogados por uma equipe especial. O resultado era encaminhado às autoridades civis competentes, para julgamento. Esses espíões nem sempre eram bons agentes. Trinta deles, que, por um motivo ou outro foram considerados culpados por algum fato que colocasse em risco a segurança da operação, foram executados pelos britânicos, mesmo que alguns deles demonstrassem dúvidas quanto ao nazismo alemão ou sentissem que Hitler não era tão invencível assim. Como agentes duplos, seriam uma arma poderosa para alimentar Hitler com falsas informações.

Os britânicos tinham conhecimento de que o serviço secreto alemão estava em busca de informações, dando uma visão da tensão em que viviam nessa incerteza em relação a um possível desembarque aliado. As falsas informações passadas à inteligência alemã pelos agentes duplos eram respaldadas por interceptações das transmissões britânicas.



cas. Felizmente os aliados descobriram qual dos seus códigos havia sido decifrado pelos alemães, o que foi aproveitado despejando informações falsas para o inimigo, desviando a sua atenção da realidade aliada e levando a que fossem obrigados a dispersar seus Exércitos por várias regiões da Europa e fragilizando a região para onde estava dirigida a operação de desembarque aliado no norte da França.

Quando os Estados Unidos entraram na guerra, surgiu um problema: o chefe do FBI, J. Edgar Hoover, não se envolveu com o Comitê XX dos britânicos. Estes estabeleceram, em 1942, o Controle Conjunto de Segurança (JSC), nos moldes da Seção de Controle de Londres, enquanto Hoover criava um “Comitê XX” americano, conhecido por X2.

O JSC e o X2 lançaram uma campanha muito bem montada de desinformação somando-se ao que realizavam os britânicos. Hoover, em realidade um homem sério e competente, antes mesmo dos americanos entrarem na guerra já tinha em suas mãos uma relação elaborada

com os nomes de agentes alemães operando nos Estados Unidos, que pretendiam sabotar as fábricas norte-americanas.

Esses agentes eram apenas sete e alguns não falavam bem o idioma inglês. Ao passarem por Paris, em certo dia em que estavam completamente bêbados, foram ouvidos por integrantes da Resistência Francesa, que transmitiram os detalhes das missões dos agentes alemães ao MI6 britânico, que os retransmitiu ao FBI. Uma vez em terra norte-americana, dois deles se entregaram ao governo, oferecendo-se como agentes. Um deles, ao entrar em uma farmácia, cumprimentou o balconista com a saudação nazista, acabando preso e fuzilado. Em realidade foi o que aconteceu com todos os sete.

Os britânicos, em determinado momento, criaram em Edimburgo o quartel-general do 4º Exército britânico, pronto para ser transferido para a Escandinávia, que nada mais era do que um punhado de operadores de rádio enviando mensagens a serem captadas pelos alemães, através de código conhecido por eles.



Dois agentes duplos alemães deram detalhes da chegada de um oficial de ligação russo para coordenar um plano onde se previa uma investida soviética através da Finlândia, no mesmo momento em que o 4º Exército britânico, fictício, reforçado pelo também fictício 15º Exército norte-americano, estacionado na Irlanda do Norte, visando à invasão da Noruega.

O aumento do tráfego de rádio entre a Escócia e a Noruega convenceu os alemães de que algo estava para acontecer na região nórdica, no mesmo momento em que os soviéticos vazavam informações de estarem prontos para um ataque na Escandinávia e que haveria um ataque naval em Petsamo, no Ártico. O que de fato veio a ocorrer, na realidade, foi uma ofensiva soviética na Finlândia, em junho de 1944, coincidindo com o dia “D”; fixando, com isso, os alemães na região.

Os alemães pediram informações a três dos seus agentes sobre o fortalecimento das fronteiras norte, mas estes eram, na realidade, informantes da maior confiança dos bri-

tânicos, cujas informações permitiram que aeronaves germânicas sobrevoassem a Escócia sem que a RAF os perturbassem. Em suas incursões os observadores alemães conseguiram identificar várias aeronaves, sem perceber que eram de madeira e lona, estacionados em aeroportos fictícios, assim como um bom número de vasos de guerra da Marinha Real, que não se destinavam à Noruega, mas sim para a Normandia no Dia “D”.

Uma missão militar anglo-americana foi enviada à Suécia, visando um possível deslocamento de tropa para o mar Báltico, no mesmo momento em que os aliados aumentavam o reconhecimento aéreo e incursões de comandos para atuarem na costa da Noruega. O volume de tráfego de rádio dirigido à resistência norueguesa e dinamarquesa foi intensificado, enquanto foi desencadeado um ataque ao encouraçado alemão *Tirpitz*, e colocando a pique o navio de transporte de tropas *Danau* e alguns mercantes.

Uma visita fictícia foi realizada pelo ministro Anthony Eden a Moscou, em uma expectativa de invasão



à Escandinávia, o que convenceu Hitler de que haveria um ataque nessa região, obrigando os alemães a manterem cerca de 372.000 homens naquela região, que, no fim da guerra, vieram render-se aos aliados sem dispararem um tiro sequer.

Enquanto isso, o fictício 1º Grupo de Exércitos norte-americano se reunia no sudeste da Inglaterra, como se fosse desembarcar em Calais. Notícias foram divulgadas pelo próprio FBI, através de agentes triplos. Um deles, Albert van Loop, havia estado em Madrid, onde contatou a Embaixada americana e ofereceu os seus préstimos. Para comprovar os seus propósitos, entregou duas chaves criptográficas. O FBI sabia tratar-se de um agente alemão e mandou-o para Nova York, onde usou um de seus agentes que, fazendo passar-se pelo holandês, enviou informações de unidades reais norte-americanas enviadas pelo Atlântico visando serem empregadas no Dia “D”, mas que, na Inglaterra, acabariam com a notícia na imprensa. Simultaneamente, agentes duplos do MI6 e FBI fabricavam relatos fictícios, assim que perceberam

que os alemães acreditaram nas afirmações dos agentes aliados. O logro foi tão grande que o agente duplo britânico Garbo acabou recebendo 20.000 libras dos alemães para liderar uma operação de espionagem dedicada a espionar uma rede aliada que inexistia.

A Resistência Francesa foi uma grande supridora de informações importantes para o Comando Aliado em Londres, apesar das dificuldades construídas com as “áreas proibidas”. Seus agentes viajavam pelas áreas periféricas, conversando com moradores locais, que testemunhavam a construção das fortificações. Muitos militares alemães eram alojados em casas de família, que, como hospedeiros involuntários, iam criando intimidades com o inimigo, ouvindo conversas, às vezes regadas a vinho, de onde surgiam informações importantes, que eram transmitidas à Resistência e, posteriormente, ao MI6. Eram informações dando conta de que determinados armamentos não haviam chegado, a munição disponível e outras mais.

Com essas informações os Aliados criaram uma imagem detalhada



do que enfrentariam quando o Dia “D” chegasse. Segundo se diz, esses informantes anônimos chegavam a cerca de 50.000 homens (ou mulheres). As informações eram tão detalhadas que permitiram que os soldados aliados pudessem ensaiar o ataque usando réplicas criadas em campos de treinamento.

É interessante lembrar aqui a pessoa de René Duchez, pintor e decorador contratado para realizar um trabalho no escritório na Organização Todt, em Caen. Duchez roubou os planos da Muralha do Atlântico que encontrou no escritório referente a fortificações, assim como procurou ouvir as conversas e discussões sobre os métodos de construção. Com isso, muitas vezes guardou no bolso esquemas rabiscados por engenheiros que procuravam mostrar os erros de suas sugestões. Nos finais de semana, Duchez saía de bicicleta com um grupo de crianças para um passeio ao longo da costa, observando as fortificações e produzindo mapas, que enrolava e guardava no guidão. Duchez foi traído mas conseguiu escapar da Gestapo, ao contrário de

sua esposa, que acabou sendo enviada para o campo de concentração de Mautthausen.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade pela derrota alemã na Batalha da Normandia (e no restante da guerra) pode ser atribuída à pessoa de Adolf Hitler, que, em vez de delegar o comando de suas tropas aos seus generais, preferiu dirigir a batalha do seu quartel-general, localizado na Prússia Oriental. Repetia Stalingrado, quando assumiu o comando de um Grupo de Exércitos nas margens do Volga, estando no Mar Báltico, usando apenas mapas. Ao chegar à França, nunca esteve a menos de 240 km da linha de frente.

No dia 6 de junho, Dia “D”, uma resposta rápida ao desembarque aliado foi adiada porque o *führer* estava dormindo. Ao acordar não permitiu que os *Panzers* se deslocassem até o final da tarde, quando então os céus da Norman-



dia já estavam limpos e os blindados já não poderiam se mover, face o risco de serem atacados pela aviação Aliada.

Naquela tarde Hitler ordenou o emprego das armas V-1, contra Londres, o que não obteve um bom resultado. Necessitariam seis dias para transferir os lançadores dos depósitos camuflados para a costa do canal, além do fato de as V-1 não serem armas confiáveis. No primeiro dia foram lançadas vinte e uma delas: quatro caíram imediatamente, três caíram em campo aberto e uma destruiu uma ponte ferroviária. Das 8.000 lançadas no mês seguinte, apenas 24% atingiram seus alvos. Com os Aliados desembarcando tropas nas praias da Normandia, seria mais lógico usar as V-1 contra a cabeça de praia, os portos Mulberry ou os portos fixos.

Enquanto Adolf Hitler atrapalhava seus comandantes, Churchill e Roosevelt, embora tivessem suas ideias e suas dúvidas, não importunaram os generais. Mesmo Eisenhower, Comandante da Força Ex-

pedicionária Aliada (SHAEF), deixava as decisões para seus subordinados. Quando seu assessor Naval, Harry Butcher, foi até seu reboque-alojamento, no Dia “D”, para lhe informar do desembarque, encontrou-o lendo um livro. Ao receber a notícia, dirigiu-se à tenda que abrigava o Quartel-General onde funcionava o centro de operações do SHAEF e, juntamente com Montgomery, aguardou a informação de que a cabeça de praia estava segura. Mais tarde redigiu uma mensagem informando ao general Marshall, seu superior, da vitória alcançada.

Após informar ao general Marshall que estava tudo bem, visitou o general Bradley, que se preparava para atravessar o canal, seguindo depois ao encontro do almirante Ramsay para informá-lo do sucesso, seguindo-se uma pequena entrevista com uns poucos jornalistas.

Os comandos aliados haviam aprendido as lições do Exército alemão, com o emprego de seus blindados em sua *Blitzkrieg* no início da guerra, coordenando o emprego dos blindados juntamente com as



tropas de infantaria e o apoio aéreo, assim como os assaltos aerotransportados, enquanto Adolf Hitler parece que esqueceu os ensinamentos dos seus generais.

Depois de retardar os contra-ataques do general Von Rundsted, Hitler ordenou que não houvesse mais retiradas, apesar dos conselhos que lhe foram dados pelos seus experientes comandantes, além de determinar um combate estático ao invés da guerra móvel e aberta, aperfeiçoadas pela *Blitzkrieg*.

Após o desembarque aliado, as forças alemãs tiveram tempo para reair até o Sena e organizar uma forte posição defensiva, mas Hitler não permitiu, pois continuava com a ideia fixa em relação ao desembarque em Calais. Os blindados foram sendo libertados por Hitler em doses homeopáticas, com suas tropas permanecendo em posição sem ordem para recuar, até serem destruídas ou encurraladas. As divisões de infantaria tiveram o mesmo destino. As tropas que conseguiram escapar retiraram-se a pé, até serem aprisionados pelos americanos, e, no momento em que as

tropas aliadas chegaram próximo à fronteira alemã, no início de setembro, não houve mais resistência organizada.

O poder aéreo foi decisivo para os Aliados. A Força Aérea alemã poderia ter desafiado os Aliados se tivesse empregado mais Messerschmitt Me-262, segundo os entendidos. O uso do primeiro avião militar de ataque a jato como avião de caça também foi retardado por Adolf Hitler, que insistiu que a aeronave fosse desenvolvida como bombardeiro.

Autores enaltecem o carro de combate Tiger alemão como superior aos carros aliados, mas isso não quer dizer que os M-4 Sherman, os M-12, os Crusader A15, os Churchill MK VIII, os T-34 ou os T-44 não fossem bons carros de combate.

Em maio de 1943, os submarinos alemães já estavam acuados, sendo obrigados a se retirar do Atlântico, restando muito poucos para ameaçar o desembarque na Normandia.



Embora os alemães possuíssem um bom serviço de informações, os Aliados não ficavam atrás, funcionando de forma integrada, destacando-se, a nosso ver, o serviço de informações da Grã-Bretanha, mas devendo ser reconhecida também a atuação dos franceses nesta área, mesmo com os riscos de um país ocupado por um inimigo cruel e violento.

Chama também a atenção o desempenho de muitos jovens que desembarcaram no Dia “D” nas praias da França, muitos dos quais soldados inexperientes que nunca haviam entrado em ação, contudo, muito bem treinados e incentivados para desenvolverem seu espírito de luta.

Cabe destacar que, quando as coisas iam dando errado no início da batalha, as tropas aliadas não tiveram dúvidas ou receio de demonstrar iniciativa, como o fez o General Roosevelt, que não titubeou em abandonar um plano cuidadosamente preparado quando ficou claro, que a situação na praia não lhe era favorável. Os próprios generais Patton e Montgomery não

titubearam em desobedecer às ordens quando perceberam que não havia outra solução.

Do outro lado combatia um exército experiente com comandantes capazes, mas sob o comando de um chefe autoritário, centralizador, sem diálogo com seus subordinados, dono da verdade, com uma tropa contaminada pela desilusão, comandada por um líder que pouco se importava com a morte dos seus homens, como demonstrou em Stalingrado e Kursk. A desilusão e a proximidade com a morte faziam com que os alemães ficassem felizes quando eram aprisionados, assim como muitos soldados, não alemães, europeus orientais, que pouco conheciam dos objetivos do povo germânico. Matavam para não morrer e davam graças quando caíam prisioneiros, não tendo pejo em divulgar todos os dados úteis a aqueles contra quem lutavam.

O episódio histórico da invasão da Normandia transmite uma assertiva, uma afirmação: guerra não se improvisa. Requer um estudo de situação rigoroso e deta-



lhado, realizado por militares inteligentes e competentes sob a liderança de um comandante de visão ampla e determinação, que saiba analisar o inimigo sob todos os seus aspectos, e tomar a decisão acertada, no momento correto, não se posicionar como o dono da verdade nem ser dominado pelas suas vaidades. Saber ouvir o seu Estado-Maior, saber dizer não e ter a sensibilidade e a firmeza para mudar de opinião. Deverá saber quando atacar, quando retrair, quando permanecer na posição.

Após o estudo de situação, depois de organizar toda uma estrutura para realizar a operação destinada a atingir o objetivo determinado, o comandante após toma a sua decisão e deve saber o momento exato para o desencadeamento da operação, com toda uma estrutura funcionando em benefício da conquista do objetivo definido.

No momento em que a indecisão grassava, em relação de atacar imediatamente ou transferir a Operação Overlord para depois, Eisenhower perguntou a Montgomery

sua opinião, que se manifestou favorável a desencadeá-la. Eisenhower se concentrou e, após minutos de reflexão, deu o sinal verde para o ataque. Chegada a hora, apenas disse: “*Está bem*”. E permaneceu aguardando informações para definir a hora do lançamento da operação. Ao receber as informações sobre o tempo, estabeleceu a partida para as 4 horas, e apenas acrescentou: “*vamos lá...*”. O resultado foi registrado pela história como a maior operação anfíbia jamais realizada. A Europa começou a ser libertada das garras do nazismo.

BIBLIOGRAFIA

AMBROSE, Stephen E. *O Dia D - 6 de junho de 1944: a batalha culminante da Segunda Grande Guerra*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BEEVOR, Anthony. *Dia D - a Batalha Pela Normandia*. Record: Rio de Janeiro, 2010.

RYAN, Cornelius. *O mais longo dos dias*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004.

THOMPSON, R.W. *O dia “D”: ponta de lança da invasão*. Rio de Janeiro: Renes, 1973.

Tiros-de-Guerra: líderes militares e atualidade

Paulo César de Castro^a

Resumo: Os Tiros-de-Guerra são uma experiência bem sucedida entre o Exército Brasileiro e a Sociedade Brasileira, representados pelo poder público municipal e os milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e formação do povo brasileiro por mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade em que é inserida. O autor analisa, no presente artigo, a situação dos Tiros de Guerra no Brasil, destacando os benefícios que proporciona para a defesa territorial e para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Tiro-de-Guerra, defesa territorial, sociedade

APOIO DA POPULAÇÃO: VITAL PARA A VITÓRIA MILITAR

O Exército Brasileiro tem por missão: defender a Pátria; garantir os poderes constitucionais; garantir a lei e a ordem (GLO); participar de operações internacionais; cumprir atividades subsidiárias; e apoiar a política externa do País¹.

Na segunda metade do século XX, Forças Armadas de países ocidentais, as do Brasil inclusive,

combateram e derrotaram o inimigo irregular, inimigo interno em alguns países. Como ensina David Galula², a batalha pela população é a principal característica da guerra revolucionária. Neste início do século XXI, mais do que nunca a lição de Galula é verdade absoluta: o apoio da população é o centro de gravidade dos conflitos.³

Essa máxima aplica-se a todo o espectro das operações militares. Conquistar, manter e fortalecer o apoio da população é

^a General-de-Exército. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



objetivo primordial nas operações: convencionais, contra forças inimigas regulares; de contrainsurgência, contra guerrilheiros, criminosos e terroristas; de GLO, de manutenção ou imposição da paz, contra forças adversas; de defesa civil, humanitárias e de atendimento a atividades subsidiárias.

Conquistar corações e mentes significa lograr apoio de todas as populações. Na ocorrência de conflito armado contra Estado estrangeiro e de operações internacionais, como as de paz e humanitárias, o objetivo é o apoio das populações brasileira e de nações aliadas, neutras e hostis. Este artigo destaca a população brasileira, cujo apoio é igualmente imprescindível às operações militares de garantia da lei e da ordem, de defesa civil, de atendimento a atividades subsidiárias e humanitárias em território nacional. Enfim, sempre...

OS TIROS-DE-GUERRA, UMA SOLUÇÃO BRASILEIRA

Em 27 de setembro de 1907, foi criado o primeiro Tiro-de-

Guerra⁴ (TG)⁵, pouco antes da instituição do serviço militar obrigatório, em 1908. Os TG multiplicaram-se, mantiveram-se durante todo o século passado e chegaram ao século XXI totalizando 250 organizações militares, distribuídas em todo o território nacional.⁶ Os TG são órgãos de formação da reserva (OFOR), decorrem de um esforço comunitário municipal e permitem a prestação do serviço militar inicial, no próprio município sede do TG, dos convocados e não incorporados em organização militar da ativa, de molde a atender à instrução militar, permitindo conciliar o trabalho e o estudo do cidadão.⁷

Até mesmo por concepção genética, sobressai nos TG o DNA do apoio da população, oficialmente injetado nos convênios que celebram o Exército e os Executivos Municipais. A Prefeitura incumbe-se da construção e conservação da sede do TG, do estande de tiro, da disponibilização de imóveis para residência dos sargentos instrutores e suas famílias, bem como da assistência médico-odontológica-hospitalar



para esses militares e seus dependentes. Incumbe-se, também, do fornecimento do material necessário ao funcionamento do TG, exceto itens de emprego militar, como armamento, munição, equipamento e uniformes, responsabilidade do Exército.

O diretor do tiro-de-guerra é o próprio prefeito municipal, o que bem demonstra a íntima ligação que esses OFOR têm com os municípios hospedeiros, suas autoridades, populações e instituições legislativas. Essa característica é reforçada pela necessidade de lei municipal para amparar as iniciativas e as responsabilidades assumidas pelo poder executivo, alocando-lhe, anualmente, os recursos orçamentários necessários para que o TG possa bem cumprir sua missão.

OS SARGENTOS, LÍDERES MILITARES DOS TG

Os sargentos dos TG são combatentes da ativa, criteriosamente selecionados entre os melhores para

assumir as responsabilidades de chefe da instrução (o mais antigo) e de instrutores dos atiradores, denominação dada aos jovens recrutas que prestam o serviço militar nos TG. Esses sargentos cumprem suas missões em condições bem diferentes das dos seus pares em outras organizações militares do Exército, o que muito valoriza o trabalho que desenvolvem, alicerçado, necessariamente, em elevadas doses de iniciativa, criatividade, sociabilidade e adaptabilidade. Os sargentos dos TG são preparados para:

servir em guarnição isolada, muito distante da unidade da ativa mais próxima e mais distante ainda da sede da Região Militar à qual os TG estão subordinados;

acumular as responsabilidades de comandante de guarnição, de organização militar, de instrutor de tropa, de segurança pelo material bélico do TG, de representante do Exército no município, de orientador e educador de jovens com 18 e 19 anos de idade, em regra;

serem agentes de comunicação social do Exército em seus municípios, para o que são chamados a



manter laços fraternos com outras instituições privadas e públicas com sede na mesma região;

serem agentes dos sistemas de inteligência e de fiscalização de produtos controlados, no território de competência de seu TG;

manter ligação permanente com a Companhia de Comando e Serviços da Região Militar, subunidade da ativa que os enquadra;

exigir ao máximo e estimular seus atiradores em prol da total dedicação às atividades militares, mesmo cientes de que, ainda que voluntários, nada percebem a título de remuneração;

fazer constantes gestões junto aos prefeitos municipais no sentido de dotar os TG do material necessário ao seu funcionamento, bem como de aprimorar e manter as instalações dos quartéis e dos estandes de tiro do TG;

revelar habilidade no relacionamento com unidades de Polícia Militar sediadas na área, em geral comandadas por oficiais, portanto, militares de maior nível hierárquico que os próprios sargentos chefes da instrução;

manter-se atualizados com tudo o que ocorre no Exército, a despeito das distâncias físicas que os isolam dos escalões enquadrantes;

proferir palestras, ministrar aulas e participar de mesas redondas em conjunto com representantes de outras instituições da área, quase sempre com presença da mídia regional.

Eis a síntese do desafio que enfrentam nossos sargentos em seu dia a dia. Tive a grata oportunidade de, quando comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército, em Minas Gerais⁸, visitar e inspecionar os trinta e três TG que me eram subordinados. De todos, sem exceção, saí vibrando e entusiasmado com o valor militar de nossos sargentos e com o alto conceito que o Exército desfrutava em suas comunidades municipais, fruto eloquente da eficácia com que exerciam a liderança militar de sua tropa e da efetividade com que venciam os desafios de sua função, notadamente na conquista do apoio da população municipal.



TG: BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA E VALORES

Aos sargentos, como líderes militares de seus atiradores, incumbe instruí-los para serem combatentes básicos da Força Territorial⁹ e, como tal, aptos a atuar na garantia da lei e da ordem e na defesa territorial¹⁰, desempenhando tarefas limitadas, na paz e na guerra. Eis o vetor “braço forte” da preparação dos atiradores. Para bem trabalhá-lo, os sargentos devem ser mestres exemplares na execução e na transmissão de conhecimentos e habilidades especificamente operacionais.

A “mão amiga” é o segundo vetor do sistema de forças aplicado à preparação dos atiradores. Nesse campo, os sargentos lideram seus subordinados preparando-os para apoiar ações da Defesa Civil e colaborar em projetos de Ação Comunitária. Para lograr êxito nesse campo, os sargentos devem destacar-se no planejamento e na execução de ações em prol de vítimas de inundações, de deslizamentos de terras, de primeiros socorros, de combate a

incêndios e de outras calamidades. Devem, também, demonstrar a mais absoluta integração aos esforços comunitários em diferentes áreas, como educação; saúde; saneamento; reflorestamento; distribuição de alimentos, água potável e agasalhos; e proteção ao meio ambiente, entre outras.

A preparação completa dos atiradores é lograda pela integração dos vetores braço forte e mão amiga a um terceiro — a construção do caráter do soldado e do cidadão. É esse o momento no qual os sargentos são exigidos como educadores, exemplos de caráter, de militares e de cidadãos. A missão, sob esse aspecto, consiste em preparar atiradores: conhecedores dos problemas locais, interessados nas aspirações e realizações de sua comunidade, integrados à realidade nacional; líderes democratas, atentos aos ideais da nacionalidade brasileira e à defesa do Estado Democrático de Direito.¹¹ A educação moral e cívica recebe especial ênfase e o trabalho dos sargentos visa a desenvolver nos jovens: os valo-



res espirituais e morais da nacionalidade; o sentimento das obrigações para com a Pátria; a compreensão das instituições básicas que re-

tradições do Exército Brasileiro a sucessivas gerações de jovens que passam por suas mãos. Os sargentos preparam verdadeiros multiplicado-



Atiradores do Tiro de Guerra 02-025, com sede em Olímpia-SP: defesa da Pátria e cidadania.

gem a sociedade, tais como Governo, Família, Igreja e Forças Armadas; e o sentimento de responsabilidade no desempenho de suas atividades como cidadãos e atiradores, no trato da coisa pública e do material.¹² Ao cumprir essa missão tão específica de desenvolvimento de atributos da área afetiva, nossos líderes militares transmitem os valores, a História, a cultura, os costumes e as

res desses valores. Como instrutores militares e educadores em plenitude, conquistam amigos eternos para o Exército.

ATUALIDADE DOS TIROS-DE-GUERRA

O terreno humano e o terreno cultural. Os sargentos e suas famílias vivem, em geral e por, no mínimo,



dois anos, o dia-a-dia dos municípios que os acolhem. Frequentam igrejas, clubes, comércio, escolas e mais instituições locais. Seus filhos são alunos dos docentes do lugar e suas esposas, por vezes, tornam-se professoras nas mesmas escolas. Com suas famílias e atiradores, participam dos eventos sociais, desportivos, folclóricos, cívicos e típicos das regiões em que vivem. Seu círculo de amizades e relacionamentos inclui o prefeito, vereadores, funcionários do executivo e legislativo municipais, autoridades do poder judiciário, empresários, profissionais da mídia, sacerdotes, delegados de polícia, oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em serviço naquelas mesmas paragens. Os sargentos chefes de instrução e instrutores são, pois, parte do próprio terreno humano e conhecedores profundos do terreno cultural. Eles sabem como provavelmente pensarão e reagirão as lideranças civis, as entidades e a população na eventualidade da eclosão de conflitos que levem ao emprego do Exército em seus municípios. Exercem sua liderança militar não apenas

em relação aos atiradores que lhes são subordinados, mas estendem-na às turmas anteriores de reservistas, várias reunidas em associações de ex-atiradores.

Esses sargentos são assessores indispensáveis para os comandantes de todos os escalões que venham a operar nos municípios em que servem ou serviram. Eles mais do que dominam, são parte do terreno humano e internalizaram, muitas das vezes, a cultura local. Estão afetivamente envolvidos pela atmosfera da cidade hospedeira, compreendem a dinâmica social da área. Receberam títulos de cidadania honorária e moções de louvor da Câmara Municipal, foram condecorados pela Prefeitura e distinguidos como paraninfos de concludentes de cursos civis. A par, levaram a todos esses públicos a mensagem atual e permanente do Exército Brasileiro.

No Exército e no Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA identificou-se a necessidade de se preparar “cabos estratégicos”, em função das “lições da Somália e de outras operações tradicionais, de



assistência humanitária e de manutenção de paz mais recentes, em que os resultados dependeram de decisões tomadas por líderes de pequenas frações. Nessas situações, o graduado individualmente era o símbolo mais visível da política externa dos EUA, influenciando não apenas a situação tática imediata, mas também os níveis operacional e estratégico”¹³. O Exército Brasileiro, para operações de GLO, Defesa Territorial, Defesa Civil e Ação Comunitária, dispõe, como se pode depreender, de vários sargentos¹⁴ selecionados e experientes que, pelo que testemunhei, ousou afirmar, são os nossos “sargentos estratégicos”.

INDICADORES DO APOIO DA POPULAÇÃO - AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Sucessivas pesquisas têm revelado resultados muito positivos para o Exército e as Forças Armadas (FA), quando postas lado a lado com outras instituições nacionais:¹⁵

Fevereiro de 2009: pesquisa

realizada pela Fundação Getúlio Vargas concluiu que, em um universo de 17 instituições brasileiras, o primeiro lugar coube às FA, que conquistaram o índice de 82% de confiança;

2008: pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas revelou que, em um universo de 17 instituições brasileiras, as FA ocuparam o primeiro lugar com 79% de confiança;

Junho de 2008: pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros, intitulada Barômetro AMB de Confiança nas Instituições Brasileiras, concluiu que “as FA se destacaram pela confiança de 79%, dentre as 17 instituições avaliadas”.

Fica evidente que as FA brasileiras detêm elevadíssimos índices de credibilidade junto à população nacional, justa razão de orgulho para os militares brasileiros. Inúmeras razões poderiam ser arroladas para justificar os índices que tanto nos envaidecem: a presença nacional das FA, notadamente do Exército; os valores que aprenderam com seus antigos comandantes,



ensinam e praticam seus atuais integrantes, entre os quais, o patriotismo, a honestidade, a probidade, a responsabilidade, a solidariedade, a dedicação, a simplicidade, a disponibilidade, a camaradagem, o senso de cumprimento do dever etc.

No caso do Exército, a ação de todos e de todas as organizações militares tem concorrido para resultados tão auspiciosos. Neste artigo, é de se destacar o efeito multiplicador decorrente do trabalho de algumas de suas instituições dedicadas à formação de reservas mobilizáveis. Entre elas, destaco os Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, cujos oficiais, na vida civil, levam nossos valores, cultura e mensagem para todos os segmentos formadores de opinião e elites nacionais, muitos reunidos em associações estaduais e, estas, em um Conselho Nacional. Destaco, também, as sementes lançadas em terreno fértil por nossos sargentos nos TG, pelo preparo de sucessivas turmas de atiradores que se mantêm ligadas ao Exército em seus municípios, inúmeras reunidas em associações e clubes de ex-atiradores, a

exemplo dos oficiais da reserva, mensageiros dos valores e das lições transmitidas pelo Exército. Lembro, ainda, dos ex-alunos dos Colégios Militares, cuja maioria se destina à vida civil, na qual se torna vitoriosa e líder, qualquer que seja o segmento profissional que elege. No universo enumerado, os TG são as únicas organizações militares lideradas exclusivamente por sargentos, o que bem atesta o êxito de sua contribuição para a conquista do apoio da população brasileira.

PRESENÇA NACIONAL

Os TG localizam-se em todos os Comandos Militares de Área e Regiões Militares, exceto a 3ª (veja o Quadro nº 1). Estão presentes em quase todos os Estados, sendo exceções Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rondônia. Sua presença nacional ressalta, ainda mais, a importância da missão que cumprem os sargentos que a eles se dedicam ou dedicaram. O conhecimento



Comando Militar de Área	Região Militar (RM)	Estados	TG
CML (Leste)	1ª	Rio de Janeiro Espírito Santo	10 7
CMSE (Sudeste)	2ª	São Paulo	80
CML (Leste)	4ª	Minas Gerais ¹	33
CMS (Sul)	5ª	Paraná Santa Catarina	17 3
CMNE (Nordeste)	6ª	Bahia Sergipe	23 3
CMNE (Nordeste)	7ª	Alagoas Pernambuco Paraíba Rio Grande do Norte	4 9 4 1
CMA (Amazônia)	8ª	Pará	5
CMO (Oeste)	9ª	Mato Grosso	5
CMNE (Nordeste)	10ª	Ceará Piauí Maranhão	13 3 4
CMP (Planalto)	11ª	Goiás Tocantins Minas Gerais ²	4 4 3
CMA (Amazônia)	12ª	Amazonas Acre Rorônia Roraima	8 2 3 7
Total			250

Quadro nº 1 – distribuição territorial dos Tiros-de-Guerra

profundo do terreno humano e cultural que detêm é e será crescentemente relevante para o planejamento e a execução de operações militares nos municípios que os hospedam.

CONCLUSÃO: “ÀS ARMAS!”

Este antigo comando - “às armas!” - alertava para que a guarda do quartel se aprestasse para agir. Lembra-nos, hoje, de que é hora de



ação. Trata-se de empregar com redobrada eficácia o potencial de que já dispõe o Exército, seus sargentos estratégicos, os líderes militares dos Tiros-de-Guerra. Sou testemunha do êxito que obtêm na preparação do braço forte, no emprego da mão amiga e na consolidação do caráter de sucessivas gerações de atiradores, adestrando-os para operações de GLO, Defesa Territorial e Defesa Civil, assim como para ações subsidiárias e humanitárias.

Ao operar isolados de seus comandantes, exercitam a iniciativa, a criatividade, a adaptabilidade, a sociabilidade e a capacidade de comunicação com diferentes públicos e lideranças civis. Conquistam e mantêm diálogo fluido com a mídia regional. Estão preparados para se tornar os líderes influentes de que nos fala o Major Enrique Silvela, do Exército Espanhol.¹⁶

Solução brasileira, concebida há mais de cem anos, os TG são, pois, valiosas peças de manobra no século XXI especialmente indicadas, por sua atualidade, para emprestar contribuição relevante à con-

quista de corações e mentes da população brasileira. Urge conhecê-los e valorizá-los.

“Às armas!”

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *PPB-5, Preparação do Combatente Básico da Força Territorial*, 2ª edição, 2010.

_____. Regulamento para os TG e Escolas de Instrução Militar.

_____. *Regulamento para os Tiros-de-Guerra e Escolas de Instrução Militar*, aprovado pela Portaria nº 1, de 2 jan. 2002, do Comandante do Exército.

DIRETORIA do Serviço Militar, Fev 2007. In: OLIVEIRA, Hermann Moreira de. *ECEME, Dissertação*, Rio de Janeiro, 2007.

Exército Brasileiro, Braço Forte, Mão Amiga. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/>>. Leia-se, também, a *Constituição da República Federativa*, 1988, Art. 142.

GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare, Theory and Practice*. New York: Frederick A. Praeger Inc., 1964.

MATIAS, Marcos; DRUMONT,



Conceição. *Tiros de Guerra, Força e Garra*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2003.

SILVELA, Enrique. O Líder Influente. *Military Review*, Edição Brasileira, Julho – Agosto 2009.

STRINGER, Kevin D. Formação do Cabo para o Desempenho de Funções Estratégicas ('O Cabo Estratégico') Uma Mudança de

Paradigma. *Military Review*, Edição Brasileira, Janeiro – Fevereiro 2010.

VISACRO, Alessandro. Jihad e contrainsurgência: concepções distintas da guerra psicológica. *Military Review*, edição brasileira, janeiro – fevereiro 2010.

¹ *Exército Brasileiro, Braço Forte, Mão Amiga*. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/>>. Leia-se, também, a *Constituição da República Federativa*, 1988, Art. 142.

² GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare, Theory and Practice*. New York: Frederick A. Praeger Inc., 1964, p. 4.

³ VISACRO, Alessandro. Jihad e Contrainsurgência: Concepções Distintas da Guerra Psicológica. *Military Review*, edição brasileira, janeiro – fevereiro 2010.

⁴ MATIAS, Marcos; DRUMONT, Conceição. *Tiros de Guerra, Força e Garra*. Belo Horizonte, Armazém de Ideias, 2003.

⁵ BRASIL. *Regulamento para os Tiros-de-Guerra e Escolas de Instrução Militar*, aprovado pela Portaria nº 001, de 2 jan. 2002, do Comandante do Exército.

⁶ Diretoria do Serviço Militar, Fev 2007.

In OLIVEIRA, Hermann Moreira de. *ECEME*, Dissertação, Rio de Janeiro, 2007.

⁷ BRASIL, Idem, Art. 2º.

⁸ Minas Gerais é o quinto Estado brasileiro em extensão territorial, com 586.528,293 km², equivalente à da França (550.000 km²). Disponível em: <www.brasilecola.com.br/brasil/estados> e <www.paises.hlera.com.br/euro/franca>.

⁹ BRASIL, *PPB-5, Preparação do Combatente Básico da Força Territorial*, 2ª edição, 2010.

¹⁰ BRASIL, *Regulamento para os TG e Escolas de Instrução Militar*, Art. 2º, inciso IV, e Art. 4º, inciso II

¹¹ Idem, Art. 4º, incisos I e III.

¹² Idem, Art. 4º, inciso I e parágrafos 1º e 2º.

¹³ STRINGER, Kevin D. Formação do Cabo para o Desempenho de Funções



Estratégicas ('O Cabo Estratégico') Uma Mudança de Paradigma. *Military Review*, Edição Brasileira, Janeiro – Fevereiro 2010.

¹⁴ Destaquei os sargentos, mas, para ser justo e preciso, devo registrar que, em alguns casos, subtenentes também desempenham a função de chefe de instrução nos TG. Isto ocorre, inclusive,

pela promoção normal de 1º sargentos a subtenentes.

¹⁵ BRASIL, Confiança Nacional nas Forças Armadas, pesquisas dos anos 2007, 2008 e 2009. Centro de Comunicação Social do Exército.

¹⁶ SILVELA, Enrique. O Líder Influyente. *Military Review*, Edição Brasileira, Julho – Agosto 2009.

Os Pedestres do século XVIII: Um protótipo de forças especiais?

Adler Homero Fonseca de Castro^a

Resumo: Concebidos para operações em áreas extremamente inóspitas para a época, os *Pedestres* foram criados, inicialmente em Goiás (1739) e Mato Grosso (1749), e viriam a ter um grande desenvolvimento no final do Período Colonial, havendo companhias deles em Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão e Pará. Com a reforma de 1824, foram mantidas unidades de Pedestres, que passaram a ser classificadas como “fora da linha”, sendo consideradas mais aptas a operações policiais. Servindo-se da história Comparada, na qual é feito um paralelo entre os *Pedestres* brasileiros e os *Rangers* norte-americanos, o presente artigo analisa a constituição e a atuação dessa tropa ligeira brasileira, que pode ser considerada como um protótipo de forças especiais.

Palavras-chave: Forças especiais, tropas ligeiras, tropas coloniais.

A ARTE DA GUERRA NO PERÍODO LINEAR – O SOLDADO AUTÔMATO.

A guerra na Idade Moderna (1452-1789), de forma muito geral, era altamente ritualizada e rigidamente estruturada – no século XV, a difusão do uso dos piques, as

longas lanças com até cinco metros de comprimento, possibilitou que a infantaria armada com eles pudesse resistir a um ataque de cavalaria, mesmo em encontros em campo aberto. Mas isso só acontecia se a infantaria mantivesse sua coesão e, com esta, a parede virtual criada pelas pontas dos piques – de outra forma, o infante continuava muito

^a Historiador. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



vulnerável a um ataque de homens montados cavalo.

Mais tarde, com o crescente aumento do uso de armas de fogo, a necessidade de que as tropas mantivessem formações rígidas não mudou: por um lado, uma linha contínua de baionetas ainda era necessária para a defesa contra uma carga de cavalaria. Por outro, as armas usadas então, com um alcance eficaz muito curto e pequena precisão tornavam o fogo individual totalmente ineficaz: as armas sequer tinham aparelhos de pontaria, pois este seria inútil. Era necessário o emprego em massa de soldados, disparando suas armas em conjunto, em voleio, de forma a se ter um efeito maior sobre um inimigo e mesmo o combate de choque era feito em formações rígidas, lineares, em passo cadenciado. Essa forma de lutar foi incorporada na linguagem especializada, pois quando falamos de “exército de linha”, referindo-nos às tropas regulares, pois estas eram aquelas capazes de combater “em linha”, os irregulares não podendo o fazer.

Uma das consequências desse processo de combate era a crença que o soldado não precisava ser treinado para tarefas complexas ou para ter iniciativa, pelo contrário. Bastava que soubesse marchar em cadência, com um passo de tamanho e ritmo fixos: um livro português recomendava o avanço a “passo grave”, de 66 cm de comprimento a 60 passos por minuto, em caso necessário se podendo usar o “passo acelerado”, de 120 por minuto.¹ O único outro conhecimento que se considerava indispensável era decorar os 22 movimentos necessários para carregar sua arma, de forma a fazê-lo sem pensar, como um robô. De fato, os tempos e movimentos necessários para o municionamento se tornavam tão automatizados que um soldado podia a continuar a executá-los impensadamente, mesmo quando havia um problema: depois da batalha de Gettysburg, nos Estados Unidos, foram recuperados 37.000 fuzis no campo de batalha. Destes, 24.000 ainda estavam carregados, dos quais nada menos do que 18.000 – dois terços do total –



tinham mais de um cartucho no cano, uma delas com nada menos do que 23 deles!²

Uma coisa que se esperava do combatente nessas condições era uma coragem que hoje consideraríamos insana: ele precisava ficar de pé, impassível, vendo seus camaradas na linha tombarem mortos ou feridos durante o combate de tiro. Isso podia gerar situações que hoje consideraríamos inacreditáveis, como na batalha de Fontenoy (1745), sobre a qual Voltaire descreve um determinado momento. Neste, a linha francesa avançava contra os ingleses e, chegando a 50 passos (30 metros), um capitão dos guardas ingleses avançou e tirando seu chapéu para os oficiais franceses, exclamou: “cavaleiros dos guardas franceses, atirem!”. Ao que o conde d’Antroche, dos granadeiros franceses, depois de cumprimentar os ingleses, respondeu: “cavaleiros, nós jamais atiramos primeiro, atirem vocês”.³

A troca das palavras acima não era uma simples cortesia insana:

como escreveu um autor português do período, a “infantaria, que primeiro faz a sua descarga, seguramente é batida; por cuja causa deve procurar o comandante de um corpo, que este faça o seu fogo posterior ao do inimigo”.⁴ Isso por que a primeira descarga, feita com as armas carregadas com calma, era a mais certa e, se os fuzis de então eram muito imprecisos a distâncias maiores, eram muito mortíferos a curto alcance, podendo causar baixas de 40 a 50% em uma só salva. Era necessário avançar para o mais próximo o possível do inimigo para iniciar o tiroteio, o que colocava suas próprias forças à mercê de um adversário que disparasse antes, exigindo um imenso sangue frio das tropas.

Nesse tipo de tática, a iniciativa individual era reprimida: não só era desnecessária, como podia ser perigosa, caso os homens saíssem de formação, desagregando a linha. Também havia o temor que as praças, deixadas sem supervisão muito aproximada de oficial ou graduado, fugiriam: a taxa de



deserção dos exércitos compostos por homens recrutados à força era muito alta, podendo até inviabilizar uma campanha. O problema era tão grave que Frederico da Prússia dedicou o primeiro artigo das *instruções a seus generais* à quatorze medidas contra deserção, recomendando que não se fizessem acampamentos perto de florestas; que se fizessem chamadas diárias; que se mandassem patrulhas de cavalaria para policiar os campos ao redor do acampamento para capturar fugitivos; que não se permitisse que os homens andassem sozinhos, sem a supervisão de um oficial; que se evitassem marchas noturnas e assim por diante.⁵

Isso não era uma questão restrita aos prussianos: na guerra dos Sete Anos (1756-1763), o exército francês perdeu dez mil soldados por deserção, a cada ano.⁶ No caso do exército norte-americano, a taxa de deserção média entre 1820 e 1860 foi de 14,8% anuais.⁷ Uma situação ao que acontecia no Exército Brasileiro do mesmo período, como se pode ver nos Relatórios do Ministério de

Guerra: por exemplo, em 1858 desertaram 1.460 homens, de uma força autorizada de 16.000, ou seja, 9,1% do efetivo, em ambos os casos as taxas de deserção se referindo a um período de paz, ou seja, sem um maior incentivo à fuga das fileiras.⁸

AS TROPAS LIGEIRAS

As rígidas táticas lineares e a dura disciplina resultantes desse tipo de mentalidade eram adequadas aos campos de batalha europeus, mas em situações diversas o sistema muitas vezes apresentava problemas. Por exemplo, onde não havia a presença de uma cavalaria numerosa, o que tinha sido uma das razões da adoção das formações lineares, a coesão das tropas não era indispensável. Por outro lado, as longas linhas de infantaria nem sempre eram possíveis de serem desdobradas, como em terrenos montanhosos ou florestas. Na Europa, onde os exércitos cresceram de forma rápida e constante, isso não era visto como



um problema, os embates ocorriam quase que por acordo mútuo, em áreas servidas por estradas e com campos de cultivo, nos quais a infantaria podia se desenvolver e onde a cavalaria tinha condições de agir de acordo com suas funções.

Essa situação ideal raramente era possível em áreas periféricas, em que o número de soldados envolvidos era muito mais reduzido e onde o terreno era mais agreste. Em termos sociais, nessas áreas também havia habitantes pobres, mas em situações diversas dos camponeses e servos do centro europeu. Em diversos casos, a cultura local era uma de caçadores, pescadores, pastores ou criadores de gado, menos sujeitos ao controle de uma elite agrária. Esses moradores de regiões afastadas dos centros econômicos, muitas vezes formavam forças auxiliares, mas não como parte das unidades regulares, de linha. Isso por o serviço nos exércitos, em quase todos os países, era visto como um castigo, a ser evitado. A ideia desses auxiliares era apoiar as tropas em operações, mas não em tempos de

paz, com seus conhecimentos regionais específicos. Por isso mesmo não eram muito bem vistas pela maior parte dos generais – eles não eram capazes de fazer o combate regular do período, não eram forças “de linha” por não terem condições de combater nessas formações.

Esses grupos de habitantes locais eram muito úteis em ações ditas “irregulares”, como no reconhecimento, escaramuças, ações de inquietação, movimentos de cobertura de forças regulares e deslocamentos rápidos em terrenos ruins, como ainda é o caso de uma força de guerrilheiros atual. Isso porque, servindo quase sempre de forma voluntária, não havia um risco de deserção tão alto nessas tropas e podiam ser empregadas fora de estruturas rígidas e sem supervisão direta de superiores. Deve-se dizer que os oficiais do período não gostavam de comandar esse tipo de unidades, por causa de seu prestígio, muito menor do que os dos regimentos tradicionais. Esse fato se tornava um incentivo adicional para a iniciativa



individual, pois era mais fácil a promoção por mérito dentro dessas tropas, não havendo a mesma competição com a nobreza, que monopolizava os postos das tropas de linha.

Como colocado acima, as condições mais propícias para o surgimento dessas novas formações apareceram em áreas periféricas, em relação ao centro europeu: nas montanhas dos Bálcãs ou nas planícies da Polônia e da Hungria. Nestes locais, em meados do século XVIII, começaram a ser criadas formações de infantaria e cavalaria que operavam dessa forma. Os casos mais famosos foram os dos *Grenzers*, a infantaria croata e húngara que guardava a fronteira com o Império Otomano e a cavalaria ligeira, fosse de cossacos russos, dos ulhanos da Polônia ou de hussardos húngaros.

A cavalaria ligeira do Oriente Europeu teve uma imensa influência em todo o mundo ocidental, por sua eficiência nas funções de reconhecimento, patrulhas, forrageamento, a procura de alimentos para as forças em

operações, e ações de inquietação. Foram um dos modelos da cavalaria moderna, apesar de não serem considerados como adequados para o combate de choque, a cavalaria tradicional na época sendo mais apropriada para essa função. Sua influência não foi só em termos de suas funções, que foram copiadas em todos os outros exércitos: seus coloridos trajes típicos e símbolos foram adotados em quase todos os países europeus, havendo regimentos de hussardos em outros países. No caso do Brasil isso é visível ainda hoje: a bandeirola usada nas lanças dos regimentos de cavalaria de guarda, com listras vermelhas e brancas, representa as cores nacionais da Polônia, em homenagem à cavalaria ligeira daquele país, que alcançou grande fama ao compor parte dos exércitos de Napoleão.

Além da cavalaria, a infantaria ligeira conseguiu alguns sucessos notáveis no século XVIII na Europa, chegando a decidir uma campanha, quando *grenzers* austríacos emboscaram e destruíram um comboio de três mil



carroções de Frederico da Prússia em Skalitz obrigando-o a interromper suas operações na Silésia, em 1758. Por causa dessas ações, o rei prussiano tinha um grande respeito pelas tropas ligeiras dos austríacos, chegando a dizer a um de seus generais que ele deveria

estar mais atento contra eles do que contra quaisquer outras tropas e que esperava que não acreditasse que ele tinha um desprezo contra eles que tinha expressado; mas não tinha encontrado outra forma de inspirar confiança em suas tropas que não os tratando [os *grenzers*] como uma canalha, ou mais baixos dos soldados; que era impossível para eles [os prussianos] oporem qualquer coisa igual daquele tipo e ele não gostaria de sacrificar sua infantaria regular naquele tipo de guerra.⁹

OS RANGERS

Uma das regiões periféricas que foi de fundamental importância no desenvolvimento das tropas ligeiras foi a da América do Norte. Lá as florestas, as grandes

distâncias e a escassez de tropas regulares não contribuía para a difusão das táticas lineares. Além disso, o inimigo mais provável a ser encontrado na região eram os indígenas, que não podiam ser combatidos usando-se as técnicas tradicionais, por serem forças irregulares. Assim, ambos os lados que disputavam a região, franceses e ingleses, empregaram colonos e aliados indígenas, mais acostumados a se mover no terreno repleto de árvores e riachos, mas sem estradas ou postos onde pudessem se abastecer de alimentos.

Como resposta à ameaça indígena, ingleses e franceses criaram unidades especializadas de infantaria ligeira, ou leve, como se diria na terminologia atual. Os franceses, com base nessa experiência das Américas, levantaram na Europa unidades de infantaria ligeira a partir de 1743, essas passando a ter uma grande difusão e elas seriam mesmo a base de um novo tipo de exército, que se consolidou a partir da Revolução Francesa (1789).



Os ingleses, baseados na sua experiência na América do século XVIII, distribuíram para suas forças leves armas raiadas, de precisão, capazes de acertar um alvo até trezentos metros, para melhor aproveitar a forma preferencial de combate dessas unidades, dispersas no campo de batalha, os soldados sendo colocados em formações de “atiradores”, como se dizia na época. As armas raiadas tinham a vantagem adicional de poderem ser usadas na caça, para a obtenção de alimento. Nesse

caso, ainda eram unidades muito especializadas, pois usavam uma arma específica, o *rifle*, palavra em inglês que significa arma raiada, que necessitava de um treinamento especial. Mas, da mesma forma, que as unidades de infantaria leve francesa, as tropas desse tipo levantadas pelos ingleses tiveram um papel muito importante,

primeiro, por mostrar a importância que as armas de precisão podiam ter nos campos de batalha, mas também por causa do desenvolvimento de todo um conjunto de técnicas, específicas para o combate em florestas.

Essas táticas surgiram na América do Norte por causa da situação específica de lá, onde já havia unidades mistas, de nativos e colonos, desde o século XVII, estas operando como infantaria leve – certamente não tinham condições de fazê-lo em linha.



Robert Roger, criador dos *Rangers*

Contudo, um pouco antes da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), tinha surgido a necessidade de novas tropas capazes de operar nas matas, especialmente contra os aliados indígenas dos franceses. Isso era vital: a campanha na região começou já em 1755, com a derrota de uma coluna de soldados regulares e milicianos ingleses, que



sofreram diversas emboscadas em seu avanço contra os franceses, sendo obrigadas a se retirarem, com a perda de 2/3 de seu efetivo. Como uma maneira de combater as forças irregulares francesas, foram criadas companhias de infantaria miliciana colonial, chamada de *Rangers*, pois se moviam (*ranged*) em patrulhas entre um posto e outro da fronteira.¹⁰

Essas companhias – chegou a haver quatorze delas – foram usadas para reconhecimentos de longa distância nas florestas e emboscadas, usando um uniforme verde, ao invés das tradicionais casacas vermelhas das tropas britânicas, para melhor se ocultarem no campo, uma primitiva forma de camuflagem. Nesta função, tinham que saber manejar canoas, para se moverem pelos rios, caçar para se alimentar, se guiar usando marcos naturais e rastrear os inimigos, como se fosse caçadores. Seu comandante, Rogers, escreveu um “catecismo”, de 28 regras para seus soldados, deixando claro desde o início que estavam sujeitos às “regras e artigos da guerra”, não

sendo, portanto irregulares. Ordenava que fosse feita uma chamada diária, os soldados devendo se apresentar com sessenta cartuchos em suas patronas. Este é um detalhe interessante, pois na época, se achava que em uma batalha um soldado poderia disparar poucas vezes, a cartucheira padrão usada podendo receber apenas de dezoito a 29 projéteis, de forma que se achava que as tropas de Rogers teriam que ficar em operações por mais tempo, não dependendo de colunas de suprimentos.

As normas de Rogers são uma lista muito longa para tratarmos aqui, incluindo alguns artigos de relevância atual, como a que determinava o avanço com um espaçamento entre os homens em marcha, para evitar baixas por fogo inimigo – uma coisa que era contrária à forma de combater normal da época– e a determinação que os soldados deviam operar dispersos e que não deveriam se expor ao fogo inimigo. As regras favoreciam, também, o combate e movimentos noturnos, para não ser descoberto pelos inimigos,



exatamente o contrário do que recomendava Frederico da Prússia no mesmo período. Outras normas são específicas à situação daquele século, apesar de ainda terem alguma relevância na atualidade, como a ordem de não disparar suas armas até estar bem próximo do inimigo, usando terçados (sabres curtos) e machadinhas, para ter mais efeito moral sobre o inimigo.

Apesar dos *Rogers Rangers* terem sido dissolvidos no final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), sua forma de combater teria uma grande influência. Nos Estados Unidos, quando o país ficou independente, o congresso autorizou a formação de dez companhias de infantaria ligeira, *riflemen*, homens equipados com armas raiadas. Um processo que foi copiado pelos ingleses em suas tropas ligeiras, que também usavam uniformes verdes, para melhor se ocultar no terreno. Mais tarde, no século XIX, os Estados Unidos ainda criariam outras unidades de *Rangers*, inclusive forças paramilitares, como os *Texas Rangers*, famosos por causa dos

filmes de *cowboys*, mas que tiveram o papel de uma tropa real, encarregada de patrulhas e combate aos indígenas, além de outras atividades de tropas ligeiras na Guerra de Independência do Texas (1835-1836), contra os mexicanos.

Do ponto de vista do presente artigo, gostaríamos de apontar que, quando os Estados Unidos precisaram criar suas primeiras forças de operações especiais na 2ª Guerra Mundial, eles se lembraram das unidades de Rogers e do catecismo dele,¹¹ batizando seus batalhões de operações especiais de *Rangers*, por causa do espírito que tinha levado ao seu surgimento no século XVIII, de operações fora dos padrões do exército regular. Os *Rangers* até hoje são uma unidade do exército regular, o 75º Regimento de Infantaria.

Como tributo aos seus antepassados, os modernos *Rangers* americanos ainda mantêm as 28 regras introduzidas por Roger em 1756, somente atualizadas para as circunstâncias atuais. Isso é uma ideia que faz sentido para o espírito das forças especiais que, como o



nome indica, têm a função de serem empregadas em operações que fogem à normalidade das forças “regulares”, tal como era o caso dos *Rogers Rangers* e de outras unidades de infantaria ligeira do século XVIII.

AS TROPAS LIGEIRAS NO BRASIL

Como dissemos, o movimento para a criação de unidades ligeiras teve por base tropas levantadas em regiões periféricas, onde as condições de combate em linha não eram ideais. Essa falta de condições refletia a situação do Brasil no período colonial e aqui surgiu um tipo um tipo semelhante de tropa ligeira, no século XVIII. Alguns precursores já tinham existido antes: na 1ª metade do século XVII, já tinham sido feito experimentos com a ideia de forças ligeiras, mas não se pode dizer que isso tenha levado ao surgimento de um tipo específico de unidade.

Os bandeirantes paulistas, que são famosos por operarem de forma

irregular, “fora da linha”, não eram parte do esquema militar governamental, a não ser nos casos em que as tropas de linha falhavam, como ocorreu na destruição do Quilombo dos Palmares ou na supressão dos indígenas do nordeste, na Guerra do Açú.¹² Deve-se dizer que, em oposição ao que a imaginação popular faz crer, os “terços” (regimentos) de indígenas de Felipe Camarão e de Negros de Henrique Dias não eram forças irregulares, de guerrilha. Pelo contrário, por causa de sua longa experiência de combate eram unidades que formavam o centro da linha de batalha, não tendo muita relação com o conceito de infantaria ligeira. Os dois terços eram formados por mosqueteiros,¹³ soldados que eram considerados como “de elite,” portando o pesado mosquete, pesando até 11 kg e que necessitava de um suporte para poder ser disparado.

Entretanto, as forças de Henrique Dias e Felipe não eram iguais aos soldados europeus ou mesmo às outras tropas luso-brasileiras do período. Os homens



das duas unidades, por causa de sua grande experiência em combate – ficaram mobilizados por todo o período dos 24 anos de guerra (1630 a 1654) e, por não serem compostos de soldados recrutados à força, tinham uma capacidade de ação independente que lhes dava uma grande vantagem sobre as rígidas formações holandesas.¹⁴ Estas eram compostas por mercenários alistados por apenas três anos e constantemente substituídas por soldados vindos da Europa, não podendo ter a mesma adaptação à situação do Brasil do que os nativos da terra. De qualquer forma, findo o conflito com os holandeses, as experiências locais do exército português com forças não regulares acabaram.

No século XVIII a necessidade de tropas que podiam operar fora das rígidas formações lineares surgiu novamente no Brasil. Em alguns lugares, especialmente inóspitos e distantes, o governo colonial reconheceu que as tropas regulares, “de linha”, não eram as mais adequadas: o vice-rei do Brasil, ao tratar da necessidade de

criar uma cidade fortificada em Mato Grosso do Sul, Iguatemi, recomendava que não fossem enviadas tropas do exército, para não criar receios nos espanhóis do Paraguai e,

além disso, me parece, que esta tropa [de linha] não será a V.^a de nenhuma utilidade, primeiramente porque esta tropa não é a própria para a guerra que se deve fazer naquele Continente, onde só a tropa ligeira de pé, e a cavalo, é que poderá ali ser a mais útil, e em segundo lugar porque não sendo esta tropa formada por homens sertanistas, acostumados a duros trabalhos dos matos e sertões, a maior parte deles ficará pelo caminho, já uns mortos, outros doentes e estropiados as marchas serão infinitamente retardas, e ultimamente com a diminuição de toda aquela gente, não chegará o número que se precisa (...), julgo que 800 destes homens [forças ligeiras] serão mais úteis para por em prática o projeto de V.^a, que 3.000 de outra qualquer tropa.¹⁵

Assim, foram criadas unidades especializadas que, ao contrário dos



Rangers norte americanos, milicianos, aqui eram forças do exército regular. Na maior parte do território, do Pará ao Mato Grosso, foram as Companhias de Pedestres, em São Paulo (incluindo o Paraná), Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram levantadas tropas de “Aventureiros”, infantaria, ou de cavalaria ligeira – uma das unidades criadas no atual estado do Paraná, foi o Regimento de Hussardos de Curitiba, mobilizado em 1766¹⁶ como um tributo aos famosos cavalarianos húngaros, ao mesmo tempo em que se reconhecia seu papel como cavalaria ligeira.

No Rio Grande do Sul, os regimentos de milícias levantados no período das guerras com os espanhóis foram todos de cavalaria ligeira, armados com lanças, um equipamento com que estavam acostumados. Em 1770, foi criada uma tropa de linha, a *Legião de Cavalaria Ligeira*, unidade que foi um marco de mudança na forma de pensar da administração portuguesa do Brasil. Até ela, as poucas unidades de cavalaria existentes no País eram de *dragões*,

originalmente uma força de infantaria montada, que usava cavalos inferiores, de um tipo mais barato e mais fácil de achar no País, além de ser um tipo de unidade mais apropriada para funções de polícia. Entretanto, na guerra dos Pampas a cavalaria ligeira era, de longe, mais adequada, o que foi reconhecido naquele ano.

Mesmo a infantaria, que normalmente não é associada às campanhas do Sul, se aproveitava dos soldados ligeiros. Em uma carta para o governador de São Paulo, de 1775, durante o ápice das guerras no Sul, o vice-rei, marquês do Lavradio, dizia que sem o socorro de tropas de São Paulo, “principalmente a dos voluntários [ligeiros] será impossível que o general em chefe daquele Exército [no Rio Grande do Sul] possa empreender nenhuma das ações que lhe tenho ordenado”, Lavradio continuando, determinando que os voluntários, tropa ligeira, deviam seguir, mesmo sem estarem plenamente organizados e não terem os recursos necessários para uma força de linha, pois “esta



qualidade de gente e aquela tropa tira as suas maiores vantagens da própria irregularidade”, os exploradores de São Paulo, os bandeirantes do passado, “nunca foram vestidos regularmente; eram armados a sua fantasia; alguns iam calçados; a maior parte descalços; as selas de seus cavalos eram uns couros; assim atravessando os pântanos, os rios; subiam e desciam as serras, atacavam os inimigos e se faziam formidáveis.” O vice-rei fazendo um grande elogio a este tipo de força, complementando: “Sempre que estes homens foram chamados ao Rio Grande nas Companhias Aventureiras, iam quase em igual desordem; assim trabalhavam; e alguma coisa que por lá se fez boa, quase sempre se lhe deveu a eles”.¹⁷ A própria falta de meios logísticos mais complexos era uma vantagem, como escreveu o marquês do Lavradio em outra carta ao governador de São Paulo:

os corpos ligeiros, é da sua instituição o atravessarem os matos, subirem e descerem serras e passarem por algum dos descômodos que se encontram

em caminhos semelhantes. A infantaria regular necessita de mais comodidades; e como esta deve acompanhar o parque [de artilharia] (...) é necessário que vá por caminhos menos dificultosos, e onde possa encontrar mais socorros para facilitar suas marchas.¹⁸

As forças ligeiras empregadas no Rio Grande do Sul, como os “Aventureiros”, eram compostas de voluntários, alistados para uma campanha, estando adiante de seu tempo, por não serem recrutados a força. Por outro lado, tinham um aspecto antiquado, de agirem em troca da possibilidade de obterem lucros com o saque de gêneros inimigos ou ganharem a posse de terras conquistadas. De qualquer forma, uma das ações mais notáveis da cavalaria nacional surgiu da ação de um ex-desertor do Regimento de Dragões do Rio Pardo, José Borges do Canto, que em 1801 formou, voluntariamente, um pequeno esquadrão de cavalaria ligeira de quarenta homens e foi atacar as missões espanholas na parte ocidental do Rio Grande do Sul. Usando táticas de movimento



rápido, diversões e, principalmente, grande ousadia e coragem, conseguiu capturar as principais forças inimigas na Região – 150 soldados espanhóis, um grande número de índios e dez canhões, só na missão de São Miguel.¹⁹ As ações de Borges do Canto resultaram na incorporação de terras equivalentes a 40% do atual território do Rio Grande do Sul.

OS PEDESTRES

Outro tipo de tropa ligeira foi criado para operações em áreas extremamente inóspitas para a época foram os *Pedestres*. Inicialmente em Goiás (1739) e Mato Grosso (1749), elas viriam a ter um grande desenvolvimento no final do Período Colonial, havendo companhias deles em Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás (que incluía a atual Tocantins), Mato Grosso (a área correspondente aos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia), Maranhão (incluindo o Piauí) e

Pará, que no século XVIII englobava todos os outros estados da região Norte: Pará, Amazonas, Amapá e Roraima, em alguns locais as companhias tendo efetivos consideráveis, quase de um batalhão: em 1800, eram 400 deles no Espírito Santo,²⁰ em 1829, havia 386 deles no Mato Grosso.²¹

Os soldados dessas companhias não tinham uma aparência muito militar, por exemplo, os de Mato Grosso e Goiás não recebiam sapatos no período colonial, andando descalços, pois esse era o costume dos sertanejos de então. Quando os Aventureiros de São Paulo foram formados, o governador explicava que estava ia “formar algumas companhias de Aventureiros Caçadores, tiradas de homens pedestres fortes, e que assim mesmo descalços vão fazer a guerra, dando-se-lhes só uns calções e véstias muito curtas, a que eles chamam *Jalecos*”.²² Não que isso fosse importante. Ao contrário das tropas de linha, que tinham que tentar impressionar o inimigo no campo de batalha, combatendo com seus



vistosos e coloridos uniformes de gala, os Pedestres, sendo tropas ligeiras, deviam operar ocultos no campo e uma roupa mais discreta e prática era mais adequada.

Nessa linha, a ideia dos Pedestres era de um soldado mais flexível e adaptável do que o das unidades regulares. Isso porque tinham que atuar como os outros soldados normais quando isso fosse necessário. Só que, muito além dos conhecimentos dos soldados de linha, tinham que fazer patrulhas, agir como correios, fazer profundas penetrações de reconhecimento em território hostil e atuar contra incursões de forças irregulares, como indígenas e quilombolas, rastreando-as e perseguindo-as. Tudo isso no cerrado, selvas amazônicas e pântanos mato-grossenses, áreas que são muito inóspitas para aqueles que não conhecem as exigências da vida nessas áreas, isso até os dias de hoje.

Além do que foi dito, tinham que operar em destacamentos pequenos, muitas vezes a dezenas – ou centenas – de quilômetros dos

centros administrativos, com homens que não podiam ser compelidos ao serviço. Tinham que ser independentes, com grande iniciativa para resolver problemas imediatos, não podendo esperar por ordens, que podiam levar dias ou mesmo semanas para chegar. O governo tinha que ter plena confiança neles e em suas ações, ao contrário do que acontecia com as tropas de linha de então.

A formação destes homens não podia se resumir a marchar, ter coragem e disparar em cadência. Tinham que ter pontaria: não era possível um sistema de suprimentos que os abastecesse em longas missões nos sertões, longe de qualquer habitação. Eram obrigados eles mesmos a se suprir, recolhendo alimentos da terra e usando suas armas para a caça. Isso implica que sua pontaria tinha que ser melhor do que a dos recrutas normais, que muitas vezes nunca disparavam suas armas.

Para o Brasil, a formação dos Pedestres era muito exigente: quando a companhia de Pedestres do Mato Grosso foi criada o



governador, Rolim de Moura, pessoalmente selecionou o pessoal para a unidade, escolhendo apenas os melhores e exigindo “que os soldados soubessem nadar, pilotar canoas, atirar bem, guiar-se na selva, rastrear e perseguir na selva e no pântano”.²³ Ainda assim, eram soldados menos dispendiosos baratos do que a tropa regular da capitania, soldados de cavalaria, Dragões, vindos de Portugal: os homens da capitania recebiam apenas a metade do soldo dos cavalarianos e não recebiam cavalos. Também não usavam uniformes, vestindo os trajes típicos da região, uma calça curta, presa nos joelhos, e uma camisa, roupas mais próprias e confortáveis do que os uniformes de lã, compostos de casaca, colete e camisa, como os usados pelos Dragões.

Há uma descrição de sua atuação no Mato Grosso poucos anos depois da criação da unidade, na qual o governador elogia a tropa, dizendo que eram “todos mulatos, os quais servem com utilidade tanto no rio como na terra”, ou seja, sabiam operar as canoas usadas na

navegação fluvial, sendo igualmente “bons nadadores e acostumados com o sertão, nada lhes serve de embaraço”. O governador ainda elogiando sua pontaria e a rapidez de seus deslocamentos em longas distâncias, maiores mesmos do que a cavalaria de Dragões da capitania: os Pedestres andam mais rápido [do que os Dragões], pois não se preocupam com a alimentação e condução de mantimentos, carregando sua alimentação, um pouco de farinha, no alforje”²⁴ – quando em destacamento, o pessoal deles recebia munição extra para poder caçar.

Uma vantagem adicional era resultado de outra exceção às normas do exército regular do período: nas forças regulares do Brasil Colonial, ao contrário das milícias, a tropa era totalmente segregada, não se recrutavam negros ou pardos para as fileiras, apesar dos indígenas serem aceitos. Mesmo nas milícias e ordenanças não se misturam as “raças”, havendo unidades só de negros (os Henriques) e outras de pardos. No



entanto, no Mato Grosso, os Pedestres foram compostos pelo melhor pessoal disponível, fossem eles negros, mulatos, *caiborés* (mestiços de índios e negros), índios e brancos nativos. Como um fator positivo adiciona, por causa da origem local dos homens, esses eram mais resistentes às doenças tropicais do que os soldados não aclimatizados, vindos de Portugal. O importante, no caso, é que o acesso às fileiras baseava-se no mérito e não em critérios arbitrários, como a cor da pele.

As descrições acima, no tocante aos uniformes – ou a falta deles – podem dar a ideia de uma tropa desleixada, que não passaria confiança na sua habilidade para enfrentar soldados regulares, em campo aberto. Na verdade, isso era uma visão comum em todo mundo na época, onde os oficiais das tropas regulares viam com certo desprezo os irregulares, o serviço neles não sendo considerados como uma opção de carreira.²⁵ No entanto, como vimos para o Rio Grande do Sul, eram tropas que, operando nas condições apropriadas, podiam ser



Soldado do Regimento de Dragões do Rio Grande

altamente efetivas. Também não se deve imaginar que não tinham condições de enfrentar tropas regulares no seu meio – é claro que tropas ligeiras, de qualquer tipo, em campo aberto, não teriam condições de enfrentar uma cavalaria pesada sem o apoio de infantaria de linha, pois não eram adequados ao combate de choque. No entanto, a história do Brasil mostra algumas ações heroicas envolvendo infantaria ligeira, apesar do seu papel nelas não ser lembrado.

Na defesa do Forte de Coimbra em 1801, comandado por Ricardo



Franco, parte da guarnição era composta de Pedestres, o que ajuda a explicar a ativa defesa feita, com emboscadas, reconhecimentos de longa distância e outras atividades clássicas de infantaria ligeira. Isso é fascinante, considerando que estamos falando de um cerco, um tipo de ação onde há pouco espaço para ações desse tipo.

O cerco de Coimbra, contudo, não foi a única ação que os Pedestres de Mato Grosso participaram. Tão importante, apesar de totalmente relegado pela historiografia nacional foram as duas resistências feitas no forte da Conceição. Em 1763, no final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), os espanhóis da Bolívia tinham intimado os portugueses a abandonar a posição fortificada no atual estado de Rondônia, o que interromperia as comunicações da capitania com o Pará. Para garantir essa via, o governador Rolim de Moura tinha construído uma paliçada, o forte de Nossa Senhora da Conceição, à cerca de quatro quilômetros ao norte do local onde seria, depois, construído o forte

Príncipe da Beira. Para guarnecer a fortificação, o governador, Rolim de Moura, tinha aumentado o efetivo dos Pedestres e criado uma companhia de Aventureiros, seguindo ele mesmo para o forte da Conceição com esses reforços.

Em abril, uma força de 1.200 espanhóis estabeleceu uma fortificação no Rio Itomanas, na Bolívia, próximo da posição portuguesa. Rolim de Moura enviando seus homens para inquietá-los e para capturar prisioneiros, para obter informações sobre o inimigo, uma medida que foi de fundamental importância. Com base nas informações obtidas, e com reforços vindos de Cuiabá – soldados de ordenanças (milícias), escravos armados e índios, que fizeram sua força chegar a 800 homens –, Rolim de Moura passou ao contra-ataque. Enviou três destacamentos contra os espanhóis, um deles anfíbio, movendo-se em canoas e, apesar da grande inferioridade numérica, de preparo e de armamento – os escravos estavam armados com lanças – duas das colunas foram bem sucedidas, a



terceira, que desobedeceu as ordens e fez um ataque direto isolado contra a fortificação inimiga, foi repelida. Mesmo assim, a ação luso-brasileira teve grande efeito, causando temor nas forças inimigas, interrompendo a ofensiva espanhola.

Um segundo ataque ocorreu três anos depois. Sabendo da possibilidade do início de hostilidades sem aviso, o governador tinha tomado medidas, preparando sua pequena “flotilha” de canoas armadas, enviando patrulhas para reconhecerem as terras espanholas e montando postos de vigilância na fronteira. Medidas que foram insuficientes: o forte no Guaporé, que tinha sido reconstruído em pedra e rebatizado como “Bragança”, tinha uma guarnição de apenas cem homens do Mato Grosso e outros cem vindos do Pará. Mas os espanhóis enviaram uma grande expedição com 4.200 homens, tendo, inclusive, peças de artilharia de calibre mediano, quatro canhões de 8 libras e outros quatro de 6 libras, enquanto a defesa só podia contar

com pequenas bocas de fogo. Apesar da grande superioridade numérica espanhola, o ataque não se concretizou, pois a região, muito sujeita a doenças tropicais, cobrou um pesado tributo em vidas aos soldados que tinham vindo dos Andes, a força espanhola sendo obrigada a desistir de seu intento.²⁶

Nesses dois ataques, as capacidades dos Pedestres foram de fundamental importância para manter a posse de Rondônia e do Mato Grosso como um todo, por causa da questão de comunicações com o Pará. Seu papel em reconhecimentos, na operação das canoas armadas e na inquietação ao adversário marcam características dos soldados que têm que operar na Selva, até os dias de hoje.

OS PEDESTRES NO SÉCULO XIX

Com o fim das operações militares contra os Espanhóis a partir de 1777, a história dos Pedestres não acabou, apesar das unidades de “Aventureiros” terem



sido dissolvidas, por não terem utilidade em tempo de paz. Isso não era o caso dos Pedestres, pois eles eram usados em patrulhas, policiamento e funções de correio, pois os únicos serviços públicos do tipo eram mantidos pelos militares. Mais importante, a tropa era necessária para a proteção de comunidades e vias de comunicação ameaçadas por ataques de indígenas.

No Espírito Santo, onde havia um “corpo” (batalhão reduzido) de Pedestres, chegou a ser necessária, em 1817, a construção de uma trincheira com seis quilômetros de comprimento em Linhares, “cobrindo assim as plantações dos habitantes”.²⁷

A proteção das povoações contra ataques indígenas também foi a razão da manutenção dessas tropas em outros locais. De fato, essa era uma função considerada tão importante, que quando houve a drástica redução dos efetivos do Exército na Regência, na ordem de 60% da força existente, a lei que fixava as forças de terra abria uma única exceção, esta para as unidades

de Pedestres do Espírito Santo e de Mato Grosso: era autorizado que seu efetivo fosse aumentado, se isso fosse considerado necessário.²⁸

No entanto, por essa época, os exércitos tinham passado por uma transformação na Revolução Francesa (1789). Como os franceses: como os soldados lutavam por um ideal, ao contrário do que acontecia antes, a percepção da necessidade de se manter um rígido controle sobre as tropas, além da própria visão social sobre eles mudou. Os homens agora eram *cidadãos* e não apenas servos da nobreza e podiam ter iniciativa própria, pois defendiam não uma classe que não era a sua, mas a *pátria*, de todos.

Considerando essas mudanças, os soldados da Revolução e, depois, os Napoleônicos, eram treinados para, além de seu papel, *na linha*, operar relativamente isolados, como infantaria ligeira. A tática francesa do período se aproveitaria disso, com suas linhas de batalha sendo precedidas por atiradores dispersos, que usavam suas armas de fogo para cobrir os movimentos



das tropas principais e tentavam desorganizar os oponentes com o tiroteio, permitindo um assalto. O uso dessas formações já fora feito na França eles desde meados do século XVIII, só que a Revolução marcou uma mudança marcante, por se ter passado a usar soldados regulares também para essa função, estes sendo treinados para combater em linha e em atiradores, o que antes era uma especialidade das tropas ligeiras. Algo que seria a marca das tropas do século XIX até os dias de hoje.

O procedimento dos franceses foi copiado por todos os países. Vários mantiveram unidades regulares de infantaria ligeira, como os *Jägers* (caçadores) do exército prussiano, os *Riflemen* ingleses ou os *Chasseurs* (caçadores) franceses, só que essas forças eram de soldados treinados para combater em ordem aberta e, ao mesmo tempo, em linha.

Portugal, ao contrário das potências europeias, tinha ignorado a experiência adquirida nos sertões do Brasil, não criando unidades específicas de caçadores até bem

tarde, mas foi obrigado a adotá-las com a invasão francesa de 1808.²⁹ Neste caso, contudo, a base da reorganização não foi a da experiência nas Américas, copiaram os modelos ingleses, pois estes foram responsáveis pela reestruturação de sua força militar. Assim, foram criadas unidades específicas de *Caçadores*.

Os Caçadores luso-brasileiros seguiam o padrão britânico, de infantaria ligeira regular, os homens sendo armados com fuzis raiados e operando em linha e de forma dispersa. Para isso, exigia-se deles uma instrução muito mais completa do que a antiga infantaria regular, além de um grau muito maior de iniciativa pessoal dos soldados. Sem a supervisão direta e imediata de oficiais e graduados, tinham que escolher seus alvos, movimentar-se em campo aberto aproveitando a cobertura do terreno e saber o momento em que teriam que se recolher às linhas de batalha, para evitar o ataque de uma formação inimiga, especialmente de cavalaria. Eram características que o preconceito da nobreza do período



moderno (1452-1789) negava que as pessoas comuns poderiam ter, o que provou ser incorreto pela ação da infantaria ligeira de vários países.

No Brasil, com a Independência, se considerou que as tropas ligeiras eram as mais adequadas para o serviço no Brasil: em 1824, os antigos regimentos de infantaria das capitanias foram todos transformados em batalhões de caçadores, sendo mantidas apenas três unidades de infantaria pesada, os granadeiros, mas isso apenas até 1831. Toda a cavalaria também foi convertida em unidades ligeiras.

No entanto, mesmo com a reforma de 1824, foram mantidas unidades de Pedestres, que passaram a ser classificadas como “fora da linha”. Isso não significava que não eram tropas regulares, eram parte do exército permanente, apenas que não eram consideradas como sendo capazes de formar parte da “linha de batalha” em um combate, sua função sendo mais policial. Isso, junto com a introdução das unidades de

caçadores, mostra uma importante mudança na forma de pensar do exército brasileiro de então: os caçadores eram unidades muito mais versáteis, sendo capazes, de forma geral, de exercer as funções dos antigos Pedestres e, ao mesmo tempo, tomar parte em um combate regular, em campo aberto contra outras unidades de infantaria e, principalmente, cavalaria.

É verdade que havia dúvidas sobre a plena capacidade dos caçadores para todas as funções de infantaria da época, assim como outros problemas. Por exemplo, o fuzil raiado que lhes era fornecido era extremamente caro. Uma solução para isso ocorreu em 1842, quando foram recriadas as unidades de infantaria regular, fuzileiros, os caçadores recebendo o mesmo armamento que eles, com pequenas diferenças: seus fuzis tinham os canos oxidados em negro, para não refletirem luz, os caçadores não recebiam *terçados*, sabres curtos destinados ao combate corpo a corpo, seus uniformes eram verdes e usavam correias de couro preto, ao



invés de branco, para poderem se mimetizar melhor no campo.

Por essa época, os Pedestres já eram bem diferentes do padrão antigo. Em 1839 as antigas unidades tinham sido rebatizadas como *caçadores de montanha*, um nome copiado de uma tropa de infantaria ligeira criada por Napoleão para operar nos Pirineus, mas que no Brasil não tinham treinamento de tropas de montanha. Eram os antigos Pedestres e voltariam a receber esse nome três anos depois. Além da mudança de nome, as unidades tinham se tornado mais semelhantes às do exército como um todo. Nas discussões do parlamento de 1841 que levaram à criação de unidades de fuzileiros e ao retorno dos Pedestres no exército no ano seguinte,³⁰ o ministro da guerra colocou a respeito deles:

Todos sabem que esses antigos corpos de pedestres e divisões do Rio Doce [Pedestres do Espírito Santo] eram destinados para andarem pelos matos propriamente ocupados de embaraçar as invasões dos

índios, em prenderem pretos fugidos, e mesmo em abrir certas picadas pelos matos; e eram armados com a propriedade conveniente para tais serviços: andavam descalços, traziam uma jaqueta e uma espingarda, qualquer que fosse, boa para dar fogo, e um terçado [sabre curto]; o que se fez, porém, com a mudança? Deu-se-lhes uma organização perfeitamente militar; hoje, andam calçados, tem fardamento, correame, armamento, e tudo o mais que é próprio de soldados de linha; e como é que, assim armada e vestida, pode esta gente entrar nos matos para fazer o serviço que dela se exige?³¹

Mesmo assim, as unidades de Pedestres continuariam a existir, convivendo com os caçadores, mas com funções diferentes. Atuavam mais como polícia – de fato, a força policial no Rio de Janeiro era chamada de Pedestres, apesar de não ser parte do exército. O equipamento dado aos soldados ligeiros sendo mais adequado para essa função de polícia do que para o combate regular: cada homem recebia uma clavina (espingarda



curta), do tipo usado pela cavalaria, sendo mais manejável no mato. Só que esta, ao contrário das armas distribuídas à cavalaria, tinha uma baioneta. Também recebiam uma pistola e uma espada, apesar desta não estar prevista na lei³² e de ser armamento um pouco exótico para um homem a pé. Talvez a espada fosse usada como um facão de mato, apesar de não ser adequada para isso.

Por um decreto de 1851 a força de Pedestres alcançou seu maior efetivo no Império,³³ eles numerando 1.040 praças, 6% do efetivo do exército em 1855, distribuídos em onze companhias. Esse efetivo era, contudo, menor do que o existente no final do Período Colonial e a manutenção dessas forças, em meados do século XIX, já era um anacronismo: suas funções, de policiamento, poderiam – e deveriam – ser exercidas por policiais.

Em 1855, o ministro da Guerra, general Bellegarde, fez uma séria crítica aos Pedestres, colocando que os oficiais não queriam servir nessas unidades, de

forma que apenas “inferiores que não nutrem esperanças de acessos nas fileiras do exército propriamente de linha, ou por paisanos faltos das precisas habilitações”, procurassem esses comandos. Os oficiais regulares que de fato serviam nelas sofriam em suas habilidades, pois “a especialidade do serviço faz esquecer todos os hábitos da vida militar, onde as privações são superiores às porque passa na generalidade das guarnições”. Como os oficiais de Pedestres, sendo fora da linha e não pertencendo aos quadros do exército regular, não tinham sua carreira garantida, havia problemas destes em assegurarem sua vida após saírem da tropa. O ministro chegou a colocar isso como um problema, pois “neste intento os meios ilícitos nem sempre são desprezados”.³⁴ O fato é que, em 1860 os Pedestres foram extintos³⁵ e transformados em corpos de guarnição, fixos. Com estes, o Exército continuou a exercer funções de polícia até o final do Império.



A GUIA DE CONCLUSÃO

Hoje em dia os Pedestres são apenas uma nota de pé de página na nossa história militar – e esse é o motivo do presente artigo. Para as forças armadas, o culto da história é importante, não como uma curiosidade, mas tendo em vista a motivação para o combate. A tradição e o exemplo de nossos antepassados ajuda a formar o espírito de corpo, algo que é reconhecido, através do uso de uniformes históricos, nomes de unidades homenageando heróis do passado, cerimônias em datas relevantes ou o uso de símbolos, como a *bomba* da artilharia, uma munição que não se emprega há mais de 120 anos, mas que ficou na memória da corporação.

Como todos os exércitos, o dos Estados Unidos reconheceu isso, batizando uma das suas unidades de operações especiais de *Rangers*, em homenagem ao papel desempenhado por eles há duzentos anos. O Brasil, por sua vez, teve uma força em tudo semelhante aos *Rangers*, os Pedestres, com uma

gloriosa história de lutas, mas estes caíram no esquecimento: um dicionário militar recente sequer reconhece seu papel como força do exército, dizendo que este era um nome de “certos corpos de milícias”.³⁶

Para nós, a questão que se coloca, portanto, não é uma de fazer uma homenagem específica a este tipo de tropa – talvez isso não caiba, já que os Pedestres foram usados como força policial na repressão aos indígenas, tal como os *Rangers*, diga-se de passagem. Só que esta é uma atividade que hoje, talvez, pode ser vista como “politicamente incorreta”. O ponto que queríamos chamar a atenção é que o Exército Brasileiro tem uma história riquíssima e variada, mas que não é conhecida, nem mesmo pela própria força – há vários, milhares, de livros, tratando da história operacional da Força, mas muito pouco foi escrito sobre a história da sua organização, o que tem que ser feito, assim que possível.



BIBLIOGRAFIA

ANAIS do Senado do Império do Brasil, tomo I. Brasília: Senado Federal, 1978. Sessão de 4 de agosto de 1841.

BRASIL. Repartição do Ajudante Geral. Mapa demonstrativo das alterações ocorridas no pessoal do Exército. Barão de Suruí, 27 de abril de 1858. BRASIL – Ministério da Guerra. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858.

_____. Relatório da repartição dos negócios da guerra apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Pedro d'Alcântara Bellegarde. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855.

_____. Decreto nº 214, de 20 de Agosto de 1842. *Aprova o plano da organização da força fora da linha*.

_____. Decreto nº 782, de 19 de Abril de 1851. *Aprova o Plano da organização do Exército em circunstâncias ordinárias*.

_____. Decreto nº 2.662, de 6 de outubro de 1860. *Aprova o plano da organização dos Corpos de Guarnição do Exercício*.

_____. Lei de 24 de novembro de 1830. *Fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1831-1832*.

_____. Arsenal de Guerra. *Minuta de ofício do vice-diretor do Arsenal de Guerra da Corte, Francisco Soares da Silva, em 24 de janeiro de 1850, perguntando sobre armamento enviado para os Pedestres de Goiás*. Mss Arquivo Nacional.

CÂMARA, João Pedro da. Governador de Mato Grosso. *Mapa militar que compreende o estado atual das tropas que guarnecem a capitania geral do Mato Grosso e Cuiabá no ano de 1769*. Mss IHGB.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas das Guerras Holandesas. Revista do Exército Brasileiro*, edição especial, 1998.

CHILDS, John, *Armies and warfare in Europe: 1648-1789*. New York: Holmes and Meier, 1982.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do*



Brasil : 1630-1648. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. pp. 49 e 160. E SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, Herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra por (...)*. Recife, FUNDARPE, 1984.

COFFMAN, Edward M. *The old Army: a portrait of the American Army in peacetime: 1784-1898*. Oxford: Oxford University press, 1988.

COGGINS, Jack. *Arms and equipment of the civil war*. Garden City: Doubleday, 1962.

CORRÊA Filho. Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

DOCUMENTOS relativos incorporação do território das missões ao domínio português no ano de 1801.

Ofício Do tenente coronel Patrício ao General Governador. 1 de setembro de 1801. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 1. Porto Alegre: A Federação, 1921

DUFFY, Christopher. *The army of Frederick the Great*. Chicago: Emperor's press, 1996.

HOMEM, Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira. Ajudante do Regimento de Infantaria de Chaves. *Breve instrução militar sobre a infantaria dedicada ao Ilustre e excelente senhor D. Luiz da Cunha Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*. Parte I. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1761.

MARTELO, David. *Os caçadores: os galos de combate do Exército de Wellington*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

¹ HOMEM, Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira. Ajudante do Regimento de Infantaria de Chaves. *Breve instrução militar sobre a infantaria dedicada ao Ilustre e excelente senhor D. Luiz da Cunha Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*. Parte

I. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1761. p. 78.

² COGGINS, Jack. *Arms and equipment of the civil war*. Garden City: Doubleday, 1962. p. 29.



³ VOLTAIRE. *Histoire de la guerre de mil sept cent quarante & un*. Seconde partie. Londres: Jean Nourse. 1756. p. 300

⁴ HOMEM, *op. cit.* p. 125-126.

⁵ THE KING of Prussia's Military Instruction to his Generals. <https://goo.gl/bl6hYH>. Acesso em setembro de 2016.

⁶ CHILDS, John, *Armies and warfare in Europe: 1648-1789*. New York: Holmes and Meier, 1982. p. 71.

⁷ COFFMAN, Edward M. *The old Army: a portrait of the American Army in peacetime: 1784-1898*. Oxford: Oxford University press, 1988. p. 193.

⁸ BRASIL – Repartição do Ajudante Geral. Mapa demonstrativo das alterações ocorridas no pessoal do Exército. Barão de Suruí, 27 de abril de 1858. BRASIL – Ministério da Guerra. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858.

⁹ DUFFY, Christopher. *The army of Frederick the Great*. Chicago: Emperor's press, 1996. p. 131

¹⁰ ZABOLY, Gary. *American colonial Ranger: the Northern Colonies, 1724-64*. New York: Osprey, 2004. p. 6 e segs.

¹¹ WIKIPEDIA, Robert Rogers' 28 "Rules of Ranging". goo.gl/ftwdeq. Acesso em: setembro de 2016.

¹² Sobre esse assunto, ver: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

¹³ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil : 1630-1648*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. pp. 49 e 160. E SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, Herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra por (...)*. Recife, FUNDARPE, 1984. p. 381.

¹⁴ Ver: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas das Guerras Holandesas. Revista do Exército Brasileiro*, edição especial, 1998.

¹⁵ CARTA do marques do Lavradio ao governador de São Paulo, sobre assuntos de defesa. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1772. *DOCUMENTOS Interessantes*. Vol. IX, Iguatemi. São Paulo: Industrial de São Paulo, 1895. p. 110.

¹⁶ CARTA do Governador de São Paulo, Luís Antônio de Souza, ao vice-rei do Brasil, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as unidades criadas na Capitania. São Paulo, 13 de novembro de 1767. *DOCUMENTOS Interessantes*.



Vol. XIX. São Paulo: Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 87.

¹⁷ CARTA do vice-rei, Marques do Lavradio a Martim Lopes do Lobo de Saldanha, governador de São Paulo. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1775. DOCUMENTOS Interessantes. Vol. XVII. São Paulo: Tipografia Paulista, 1895. pp. 44-45.

¹⁸ CARTA do vice-rei, Marques do Lavradio a Martim Lopes do Lobo de Saldanha, governador de São Paulo. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1775. DOCUMENTOS Interessantes. Vol. XVII, *op. cit.* p. 15.

¹⁹ DOCUMENTOS relativos incorporação do território das missões ao domínio português no ano de 1801. Ofício Do tenente coronel Patrício ao General Governador. 1 de setembro de 1801. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 1. Porto Alegre: A Federação, 1921. p. 36.

²⁰ OFÍCIO do Governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo, ao Secretario de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares informando do estado das fortificações e do parque de artilharia para a sua defesa. Vitória, 8 de novembro de 1800. Mss Arquivo Ultramarino.

²¹ DOCUMENTOS com que instruiu o seu relatório à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil o Ministro Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda, e Presidente do Tesouro Nacional, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, na sessão de 1829. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1829. p. 447.

²² CARTA do governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao ministro Martinho de Melo e Castro, São Paulo, 14 de abril de 1777. *Documentos interessantes*. Vol. XXVIII. São Paulo: Andrade Mello & C., 1898. p. 336.

²³ CÂMARA, João Pedro da. Governador de Mato Grosso. *Mapa militar que compreende o estado atual das tropas que guarnecem a capitania geral do Mato Grosso e Cuiabá no ano de 1769*. Mss IHGB.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ DUFFY, *op. cit.* p. 133.

²⁶ CORRÊA Filho. Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 370 e segs.

²⁷ MEMÓRIAS para servir à história até ao ano de 1817 e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 7. Março de 1933. Vitória: Vida Capixaba, 1933. p. 111.



²⁸ BRASIL – Lei de 24 de novembro de 1830. *Fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1831-1832*. Artigo 3º.

²⁹ MARTELO, David. *Os caçadores: os galos de combate do Exército de Wellington*. Lisboa: Tribuna da História, 2007. pp. 11 e segs.

³⁰ BRASIL – Decreto nº 214, de 20 de Agosto de 1842. *Aprova o plano da organização da força fora da linha*.

³¹ ANAIS do Senado do Império do Brasil, tomo I. Brasília: Senado Federal, 1978. Sessão de 4 de agosto de 1841, p. 64.

³² BRASIL – Arsenal de Guerra. *Minuta de ofício do vice-diretor do Arsenal de Guerra da Corte, Francisco Soares da Silva, em 24 de janeiro de 1850, perguntando sobre armamento enviado*

para os Pedestres de Goiás. Mss Arquivo Nacional.

³³ BRASIL – Decreto nº 782, de 19 de Abril de 1851. *Aprova o Plano da organização do Exército em circunstâncias ordinárias*.

³⁴ BRASIL – Relatório da repartição dos negócios da guerra apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Pedro d’Alcântara Bellegarde. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855. p. 9.

³⁵ BRASIL – Decreto nº 2.662, de 6 de Outubro de 1860. *Aprova o plano da organização dos Corpos de Guarnição do Exército*.

³⁶ BIBLIEX - BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. *Dicionário militar brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005. p. 672.

Estratégia da resistência

Cláudio Skora Rosty^a

Resumo: As invasões da Companhia das Índias Ocidentais ao Nordeste do Brasil durante o século XVII surpreenderam os portugueses, que não dispunham do poder militar necessário à defesa de sua colônia mais importante. Para se verem livres do invasor, os luso-brasileiros desenvolveram uma forma de guerrear própria, baseada em emboscadas e ações de inquietação, quebrando a vontade de lutar do inimigo ou sua disposição de atuar fora dos muros das cidades. Nascia assim a versão luso-brasileira da Guerra Brasília, forma genuinamente nacional de combate e primeiro emprego efetivo da atual Estratégia da Resistência. O presente artigo discute o conceito dessa estratégia, apresentando o exemplo histórico da guerra irregular empreendida contra os invasores neerlandeses.

Palavras-chave: Estratégia da resistência, invasões holandesas, guerra irregular.

Conceitualmente, a Estratégia da Resistência é uma das Estratégias de Segurança adotadas pela Nação, que consiste em desgastar, por meio do conflito prolongado, um poder militar superior, buscando enfraquecer seu moral e sua vontade de lutar, pelo emprego continuado de ações não convencionais e inovadoras, como, por exemplo, a tática nativa de guerrilhas.

A Estratégia da Resistência adota uma atitude defensiva no campo estratégico e, no entanto, no campo tático, adota uma postura ofensiva. É uma estratégia do desgaste, que emprega ações táticas não regulares contra as forças invasoras militarmente superiores.

Essas ações táticas não regulares podem ser conduzidas por forças

^a Coronel de Infantaria. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



convencionais, atuando fora dos padrões regulares de guerra, e por forças propriamente constituídas para esse tipo de combate, como o Bispo D. Marcos Teixeira, Matias de Albuquerque e seus comandados fizeram na primeira resistência contra o invasor mercenário em terras brasileiras. Nessas operações, as ações psicológicas assumiram papel fundamental, principalmente, para a conquista da opinião pública.

Historicamente, a aplicação da estratégia da resistência nas invasões holandesas ocorreu em quatro fases bem definidas:

1ª fase: da preparação da resistência, antes do combate;

2ª fase: da resistência inicial, retardamento e internamento, apoiado por um ponto forte;

3ª fase: do combate de resistência, propriamente dito; e

4ª fase: da luta pela libertação.

Tanto como ocorreu em 1624, na Bahia, quanto em 1630, em Pernambuco, o início dos combates foram favoráveis ao invasor, por te-

rem a seu favor a vantagem estratégica, da massa e da surpresa. As manobras táticas nas operações de resistência contra os invasores holandeses se caracterizaram pelo conjunto de ações, que visaram desgastar psicologicamente as forças invasoras, tirando-lhes a vontade de lutar, pela execução de operações de resistência, por meio das companhias de emboscadas, na guerra brasileira.

RESISTÊNCIA À PRIMEIRA INVASÃO HOLANDESA

Na primeira invasão holandesa, as quatro fases do combate de resistência estiveram presentes e se desenvolveram em um curto espaço de tempo.

A primeira fase, a de preparação da resistência, ficou caracterizada com as típicas medidas de defesa territorial, pois o governador-geral do Brasil Diogo de Mendonça Furtado, tão logo recebeu a notícia da invasão, providenciou a colocação de peças de artilharia em vários



locais fortificados e convocou a população civil para auxiliar na defesa.

A fase da resistência inicial, retardamento e do internamento ficou caracterizada com o desembarque próximo do Forte de Santo Antônio, com a conquista da Porta de São Bento, com o aprisionamento do governador Mendonça Furtado, com a queda da capital da colônia brasileira (Salvador), até a ocupação pelos luso-brasileiros do Arraial do Rio Vermelho.

Na resistência inicial foi alcançado o primeiro e grande impacto psicológico sobre o invasor, quando o capitão Francisco Padilha matou o mercenário governador da cidade, Johan van Dort e quando, sobressaiu o vulto de D. Marcos Teixeira, liderando e organizando o primeiro centro da resistência baiana, no Arraial do Rio Vermelho.

A fase seguinte, a do combate de resistência propriamente dito, é o período mais duradouro do conflito. É a principal fase das ações de resistência. Nessa fase caracterizou-se o apoio externo, vindo reforçar e

consolidar as ações de desgaste sobre o inimigo, tanto física, como psicologicamente, como ocorreu em Salvador, pela guerrilha *mazomba* levada a cabo pelas 27 companhias de emboscada, sendo os invasores obrigados a retrocederem, para os limites da capital.

Na fase final, a luta pela libertação foi caracterizada pela chegada de D. Fadrique de Toledo, com a “Jornada dos Vassalos”, passando a ser o comandante do teatro de operações, pondo fim ao combate de resistência, passando a planejar e conduzir as operações convencionais, concretizando a expulsão dos invasores.

RESISTINDO À INVASÃO DE PERNAMBUCO

Na segunda invasão holandesa, também, as quatro fases do combate de resistência estiveram presentes, porém ocorreram em um espaço de tempo bem maior e com outras características.



A primeira fase, a de preparação da resistência começou, quando Matias de Albuquerque, desembarcou no Brasil, em 1629, como “Fortificador das Capitânicas do Norte do Brasil”, trazendo consigo três navios e 27 soldados. Novamente, medidas de cunho defensivo do território prevaleceram nessa primeira fase da manobra, que ficou caracterizada pelas típicas medidas de defesa territorial, com levantamento de áreas prováveis de desembarque, mobilização parcial da população, melhoria das fortificações existentes e implementação da instrução das tropas, buscando harmonizá-la com o ambiente operacional.

A fase da resistência inicial, retardamento e do internamento ficou caracterizada, com o desembarque na praia de Pau Amarelo, com a conquista do corte do rio Tapado e do rio Doce, com o retardamento da progressão inimiga em Olinda e, culminando com a posse do Recife. Seguiu-se o retardamento, com os combates de encontros pelas Companhias de Emboscadas, entre Olinda e Recife, impedindo o deslocamento e a circulação do inimigo,

abatendo-lhe o moral e possibilitando desta forma o internamento, ou seja, o estabelecimento do primeiro centro da resistência em Pernambuco, no Forte Real (Arraial) do Bom Jesus.

A próxima fase, a do combate de resistência propriamente dito, nesse momento, não pôde ser aplicada devido à traição de Calabar, surpreendendo os defensores, trazendo consequências diretas e irreparáveis.

As investidas flamengas contra Igarassu, Rio Formoso, Porto Calvo, aplicando a doutrina anti-guerrilha, conhecendo agora o terreno, os itinerários, a forma nativa de lutar e os locais favoráveis às emboscadas, conduziram as forças batavas a conquista do Pontal de Nazaré, do Forte Real (Arraial) do Bom Jesus e ao alargamento de suas conquistas no litoral nordestino. Mesmo assim, com esse forte golpe, que atingiu o moral, os luso-brasileiros continuaram mesclando ações regulares na defesa de pontos-fortes e em localidades, com as ações irregulares, incendiando fazendas e emboscando, desgastando os intrusos



nos seus pontos de partida, chegando até mesmo, a ameaçá-lo no Recife, como foi a audaz incursão de Soares Moreno.

A derrota na batalha da Mata Redonda, onde os lusos-espanhóis, comandados por um líder afoito, que acabou perdendo a vida em combate, lutaram de forma convencional, abrindo um precedente na continuação das incursões das Companhias de Emboscada sobre o território ocupado pelos invasores. Assim, os capitães como Felipe Camarão, Sebastião do Souto, Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Rebelinho e outros levaram o combate de resistência a um patamar nunca antes alcançado, inclusive mesmo depois da chegada de Nassau e da sua campanha expansionista nas Alagoas, Sergipe e Maranhão. Foi a luta de resistência, aliada ao emprego de forças regulares que o detiveram em Salvador, em 1638, obrigando-o a retornar ao Recife, desgastado e derrotado.

A notícia do regresso de Nassau à Holanda foi suficiente para retemperar os ânimos dos patriotas e a reação tornar-se mais consistente do

que antes, dando início à quarta e última fase da Guerra de Resistência, que é a luta pela libertação, iniciada com a Insurreição Maranhense, em 1642, e com a Pernambucana, após o compromisso Imortal de Ipojuca, em 1645, quando João Fernandes Vieira, líder da resistência patriota, chamou de “luta pela liberdade divina”.

No início da Insurreição, o Pontal de Nazaré foi recuperado, tornando-se o porto de abastecimento de produtos vindos da Bahia e de outros locais, logo em seguida, foi erguido o novo centro de resistência, o primeiro Quartel General do Exército Brasileiro, em homenagem a Matias de Albuquerque e ao que foi, o primeiro reduto das tropas de resistência, passando a se chamar Arraial Novo do Bom Jesus.

As batalhas e as conquistas se seguiram, com destaque para a Batalha do Monte das Tabocas, onde os patriotas pela primeira vez derrotaram as tropas holandesas, em um combate direto, tornando possível o prosseguimento das ações ofensivas. E com as duas batalhas, que ocorreram nos Montes Guararapes,



ficando evidente a passagem de atuação de um exército irregular, com ações indiretas, para o regular sob o comando de Francisco Barreto de Menezes. Tornou-se forte em seus homens, em sua estrutura e organização. Essa tropa cercou a capital holandesa no Brasil e, aplicando as bem sucedidas técnicas de guerrilha, evitou que os invasores sitiados abrissem caminho pelo interior de Pernambuco, bem como, detendo aquelas forças, que tentavam apoiar-se nas capitânicas vizinhas.

Na Guerra da Restauração, a luta pela libertação atingiu o seu ponto máximo, quando os patriotas, com suas estâncias-redutos bloquearam e isolaram, por completo as forças invasoras no Recife, após as memoráveis conquistas nos Montes Guararapes.

E, em uma operação conjunta, os patriotas, aproveitando o bloqueio naval, realizado pela frota da Companhia de Comércio do Brasil, comandada por Pedro Jaques de Magalhães, em 1654, investiram sobre a Cidade Maurícia e imobilizaram o inimigo. Assim, os discípulos

de Matias de Albuquerque concluíam a última fase de sua manobra, expulsando definitivamente o estrangeiro invasor do nosso território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, no caso da concretização de uma hipótese de conflito na atualidade, onde a intervenção de organismos internacionais, com apoio militar e diplomático de potências do Primeiro Mundo, em algum rincão do nosso País, em especial na Amazônia ou no Pantanal, o emprego da Estratégia da Resistência é a mais adequada para se opor a eles.

Essa talvez seja a única solução para enfrentar, e derrotar o usurpador, assim como os nossos antepassados o fizeram contra a Companhia das Índias Ocidentais, preservando o patrimônio nacional, a soberania e a integridade territorial.

Napoleão e a Campanha da Áustria

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: O período Napoleônico caracterizou-se pelo constante antagonismo entre França e Inglaterra e respectivos aliados. Napoleão, em 1804, tinha planos para invadir as Ilhas Britânicas, mas, com a derrota de sua esquadra na Batalha de Trafalgar e com a entrada da Rússia na coalizão, os franceses direcionaram seu esforço para o leste, dando início à Campanha da Áustria. O presente artigo analisa as principais ações desta campanha que culminou com a vitória francesa em Austerlitz, em 1805.

Palavras-chave: Guerras Napoleônicas, Campanha da Áustria, estratégia.

INTRODUÇÃO – A TERCEIRA COALIZÃO

Pelo tratado de paz de Amiens, assinado entre França e Grã-Bretanha, em 1802, esta deveria devolver à França a Ilha de Malta e todos os territórios conquistados nas Américas. Contudo, a negativa da Grã-Bretanha em entregar a ilha de Malta iniciou novo conflito com os franceses.¹ As tensões entre ambos

os países se agravaram quando os franceses enviaram uma força expedicionária para sufocar a rebelião de escravos no Haiti, a qual tinha o apoio dos britânicos.

A captura de navios mercantes franceses e holandeses pela Marinha Real britânica, em represália ao aumento de taxas sobre os produtos britânicos na França ordenado por Napoleão, resultou na ocupação

^a Coronel de Artilharia. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



francesa do Hanover, território continental de propriedade do rei da Inglaterra. Após declarar guerra contra a França, em 1803, a Grã-Bretanha buscou negociar com diversas monarquias a criação de uma nova coalizão, oferecendo vantagens econômicas a quem nela tomasse parte. Em 1805, com a adesão da Áustria, de Nápoles, da Rússia e da Suécia ao conflito, apoiando os ingleses, formou-se a Terceira Coalizão. Essa aliança tinha como principal objetivo tentar deter as crescentes ambições do imperador francês em criar um cinturão de estados tributários sob sua esfera de influência.

Espanha, Itália, Holanda e Baviera conservaram-se fiéis à França, enquanto a Prússia, evitando maior comprometimento, permaneceu em estado de neutralidade.

Napoleão planejou, inicialmente, invadir as Ilhas Britânicas mas, após a derrota da esquadra franco-espanhola em Trafalgar (1805) e com a entrada da Áustria e da Rússia na guerra, foi forçado a abandonar a travessia do

Canal da Mancha para empreender uma campanha contra a Áustria, agora um inimigo prioritário que ameaçava seu território. Outro fator que motivou Napoleão investir contra a Áustria foi a informação de que o exército russo estava se deslocando pela Europa central, para se unir às forças austríacas.

O GRANDE EXÉRCITO FRANCÊS

Antes mesmo da formação da Terceira Coalizão, Napoleão organizou uma poderosa força de invasão destinada ao ataque às Ilhas Britânicas, a qual ficou estacionada nos arredores de Boulogne, no norte da França, onde recebeu treinamento de qualidade e tornou-se apta a realizar diversos tipos de manobra.²

As tropas em Boulogne constituíam o núcleo do que, mais tarde, Napoleão chamaria de seu Grande Exército (*Le Grande Armée*). Inicialmente o exército francês possuía um efetivo de aproximadamente 200 mil homens, organizados em



sete corpos – grandes-unidades capazes de operar independentemente até a chegada das reservas. O corpo-de-exército, ocupando uma posição defensiva adequada, era capaz de sobreviver a, pelo menos, um dia de combate sem receber suprimentos, característica que conferia ao Grande Exército significativa flexibilidade nas operações.

Napoleão criou uma reserva de cavalaria composta por 22 mil homens, organizada em duas divisões de couraceiros, quatro divisões de dragões e duas divisões de dragões a pé; com o apoio de 24 peças de artilharia. Em 1805, o Grande Exército lançado contra a Áustria havia crescido em tamanho e qualidade, alcançando o efetivo de 350 mil homens bem treinados, equipados adequadamente e liderados por oficiais profissionalmente competentes.

O EXÉRCITO RUSSO

O exército russo de 1805, por outro lado, reunia muitas características antiquadas: não havia grandes-unidades permanentes³; os oficiais

superiores eram selecionados dentro da aristocracia (mesmo sem competência ou experiência militar) e os soldados, sob o pretexto de manter a disciplina, eram frequentemente punidos com severidade excessiva. Além disso, os oficiais subalternos e os suboficiais possuíam treinamento muito deficiente, não sendo capazes de conduzir seus comandados nas complexas manobras que a batalha exigia.

A artilharia russa, entretanto, possuía longa tradição de eficiência, sendo comum seus artilheiros combaterem duramente para impedir a captura de seus canhões.

O sistema logístico russo dependia essencialmente do aproveitamento dos recursos locais ou do fornecimento de itens de suprimento por seus aliados. Ian Castle assinala as deficiências logísticas do Exército russo:

Quando o exército de Kutuzov, com cerca de 46.000 homens, partiu em 25 de agosto de 1805, enfrentou uma longa e estafante marcha para o oeste. Com deficiências logísticas sensíveis, o



exército austríaco precisou suprir os russos, fornecendo-lhes diversos itens para atender suas necessidades básicas.⁴

Aproximadamente 70% do suprimento do exército russo foi provido pelos austríacos. A deficiência estrutural da logística e a grande extensão das linhas de suprimento comprometiam o poder de combate do soldado russo, causando, inclusive, problemas sanitários à tropa.

O EXÉRCITO AUSTRIACO

O Arquiduque Carlos, irmão do imperador austríaco Francisco José I, iniciou uma reforma no exército em 1801, na qual retirou do Conselho Real a autoridade para tomar as decisões sobre as forças militares na Áustria. Carlos, porém, perdeu sua influência quando, à revelia de sua opinião, a Áustria decidiu entrar na guerra contra a França. Assumiu o comando do exército austríaco o general Karl Mack, que instituiu uma nova organização para a infantaria, passando o regimento a

ser constituído por quatro batalhões, cada qual composto por quatro companhias.⁵ O treinamento dos oficiais de infantaria, contudo, não acompanhou esta modificação, resultando em unidades comandadas com liderança deficiente. Todd Fisher assinala que

O exército austríaco que aguardava Napoleão encontrava-se em estado de confusão, ainda ressentido pelas derrotas nas guerras contra a Primeira e a Segunda Coalizões. Nesses conflitos, os exércitos da Revolução Francesa e do Consulado continuamente superaram seus homólogos dos Habsburgos. Os problemas que assolavam o exército do Sacro Império Romano eram amplos, englobando a logística, a tática, a estratégica e a política. Seu exército levava desvantagem em comparação com os franceses, em rápida modernização.⁶

A cavalaria austríaca tinha a reputação de ser a melhor da Europa, mas, com o aumento dos efetivos da infantaria, muitos cavaleiros foram transferidos para unida-



des de infantaria, vindo a enfraquecer suas fileiras e diminuindo sua eficiência.

A MANOBRA DE ULM

Após perder seu poder naval em Trafalgar, Napoleão desistiu de invadir a Grã-Bretanha e partiu para enfrentar os austríacos e russos. Assim, em menos de 20 dias, Napoleão levou seu imenso exército em marcha acelerada, atravessando a Europa de uma ponta a outra.

O exército austríaco, com 80 mil homens sob o comando do general Mack, encontrava-se posicionado no alto Danúbio, nas proximidades de Ulm, no Württemberg, perto da fronteira com a Baviera, esperando que os franceses atravessassem a Floresta Negra.

Napoleão, no entanto, flanqueou a posição austríaca contornando a floresta pelo Norte e influiu para o sul, colocando o grosso do seu exército entre Ulm e Viena e cortando a retirada a Mack.

Este poderia escapar enquanto a manobra não se completasse, mas

foi iludido por Karl Schulmeister, alemão a serviço dos franceses, que se infiltrou no estado-maior austríaco à custa de fornecer, com a permissão de Napoleão, informações corretas sobre o dispositivo francês. Schulmeister levou Mack a acreditar na ocorrência de um levante em Paris contra Napoleão, o qual seria obrigado a retirar suas tropas para voltar à capital.⁷ Julgando que sua posição estava em segurança, Mack permaneceu em Ulm até ser completamente envolvido pelos franceses.

Ulm foi vigorosamente bombardeada pela artilharia francesa e Mack, instado à rendição, capitulou, com todo o seu armamento, em 20 de outubro de 1805. Com a perda de cerca de 2 mil baixas, em duas semanas o *Grande Armee* havia eliminado 4 mil austríacos e tomado quase 60 mil prisioneiros de guerra, capturando 80 bandeiras e 200 canhões, tudo sem recorrer a uma grande batalha.⁸

Posto fora de ação o exército de Mack, Napoleão voltou-se contra



os russos e iniciou marcha em direção a Viena, através da calha do Danúbio.

do Arquiduque Carlos, o mais capaz general austríaco naquela altura, composto por 90 mil homens, estava retido no norte de Itália, fixado



Napoleão com seus oficiais durante a Campanha da Áustria

A BATALHA DE AUSTERLITZ

Napoleão avançou com grande rapidez sobre Viena, realizando uma marcha em pleno inverno e percorrendo em 23 dias a distância que separava Ulm de Viena, que ocupou sem resistência.

Na Boêmia, em Olmutz, os russos tinham-se reunido aos austríacos. Todavia, a manobra de Napoleão havia dispersado o exército austríaco. O exército de Mack tinha sido aniquilado em Ulm; o exército

pelos 50 mil soldados do marechal Massena. Dessa forma, as forças combinadas da Áustria e da Rússia, na Boêmia, compreendiam aproximadamente 75 mil russos e 18 mil austríacos.

Napoleão estava preocupado com a possibilidade de a Prússia entrar na guerra contra a França, o que poderia mais que duplicar o efetivo inimigo, e verificou a necessidade de encerrar a campanha o mais rapi-



damente possível, induzindo os comandantes da coalizão a darem-lhe batalha imediatamente.

Napoleão saiu de Viena para o norte, penetrando na Boêmia, onde, propositadamente, simulou estar com receio das forças da coligação e com seu exército enfraquecido. Realizando manobras de avanços e recuos, tinha por objetivo criar, nos comandantes inimigos, a impressão de que o flanco direito de seu exército estava fragilizado, provavelmente extenuado e com pouca munição.

Napoleão enviou emissários aos imperadores russo e austríaco, a fim de sondá-los acerca de uma possível paz. Em resposta, o imperador russo Alexandre enviou um plenipotenciário com as condições para a paz. Napoleão fingiu estudar a proposta, hesitou, suspirou, e terminou por repudiá-la, fingindo-se desesperado, mas disposto a vender caro sua derrota. O emissário russo, enganado, tranquilizou o estado-maior austro-russo, que adotou o Plano Weyrother: um ataque principal contra o “fragilizado” flanco direito



Mapa mostrando a manobra durante a Batalha de Austerlitz



francês e ataques diversionários ao flanco esquerdo.

A planície de Austerlitz⁹ foi o palco da batalha. Era inverno e os lagos da região estavam congelados. O norte do campo de batalha era dominado pelos montes Santon (210 m de altura) e Zuran (260 m), onde Napoleão se posicionou no início dos combates. No centro da planície, erguia-se a colina de Pratzen, um pequeno movimento do terreno com cerca de 12 metros de altura e encostas suaves. Napoleão calculou que seus inimigos, ao enviarem o grosso de sua tropa para envolver-lhe o flanco direito, estariam enfraquecendo o próprio centro, onde pretendia atacar. Com o objetivo de reforçar seu flanco direito, ordenou ao Marechal Davout, que estava em reserva na cidade de Viena, para marchar de Viena até Austerlitz.¹⁰

A batalha teve início às oito horas do dia 2 de dezembro e, como previsto, as tropas russas atacaram o flanco direito francês, sem, contudo, obterem sucesso: os ataques foram mal coordenados e os franceses ou mantiveram suas posições,

ou as recuperaram quando perdidas. Começaram a chegar os primeiros homens de Davout. Por volta das nove horas, Napoleão ordenou ao marechal Soult¹¹ que tomasse a colina de Pratzen. Saint-Hilaire e Vandamme, comandantes subordinados a Soult, encarregaram-se do ataque. Saint-Hilaire avançou sobre o outeiro coberto por uma espessa névoa que, repentinamente, foi dissipada um sol. Os russos que ocupavam Pratzen foram surpreendidos pelo avanço francês e recuaram depois de uma hora de luta feroz. Um pouco mais ao norte, Vandamme prosseguiu na investida.

Em seguida, Napoleão deslocou-se de Zuran para Pratzen e mandou reforçar o ataque de Vandamme. Os russos que ainda reagiam foram afastados pela cavalaria pesada de Napoleão. Por volta das duas horas da tarde, o exército austro-russo encontrava-se dividido em dois, como pretendia Napoleão. Daí em diante, ao norte, apesar da bravura dos russos, uma bem-coordenada série de ataques franceses conseguiu impor a superioridade napoleônica.



O foco de Napoleão deslocou-se para o sul: a divisão de St. Hilaire e parte do III Corpo de Davout levaram o pânico às tropas inimigas que lá se encontram. Os soldados russos tentaram fugir atravessando o lago de Satschan, que estava congelado. Submetida a intenso fogo da artilharia francesa, a camada de gelo do lago se quebrou, provocando o afogamento de regimentos inteiros. David Chandler destaca a ação dos franceses em Satschan, desencadeada, inicialmente, contra a artilharia russa em fuga:

A artilharia francesa, com uma granada de obus bem colocada - ou apenas um golpe de sorte - atingiu um vagão de munição enquanto atravessava um caminho estreito próximo aos lagos. Uma explosão estrondosa invadiu o ar escuro da noite, e outra via de fuga foi bloqueada. Como resultado, uma coluna da artilharia russa foi imobilizada, atolada no terreno lamacento, enquanto algumas guarnições conseguiram desviar cautelosamente sobre o gelo, que parecia ser forte o suficiente para suportar o peso dos canhões. No entanto, de acordo com o relato francês, Napoleão

(o artilheiro) não iria permitir que os russos escapassem desse modo, e ordenou que sua artilharia disparasse deliberadamente para romper o gelo em torno dos fugitivos.¹²

A Batalha de Austerlitz, na verdade, foi decidida logo nas primeiras horas, todavia, a espantosa destruição que o exército russo sofreu deveu-se a uma série de erros de seus comandantes e à hábil estratégia de Napoleão.

O resultado do embate em Austerlitz foi decisivo. Após o ataque das forças aliadas ao flanco direito francês, este começou a ceder lentamente; em seguida, boa parte do exército de Napoleão que estava oculto avançou, e conseguiu dividir as fileiras adversárias, atacando a retaguarda, cercando e empurrando o inimigo para afogar-se no lago congelado, com apoio de sua ágil e precisa artilharia. Logo a derrota das forças aliadas se fez presente, com a perda de 27 mil homens, enquanto, o exército francês sofria apenas 9 mil baixas.¹³ Na avaliação do historiador Richard Overy, Aus-



terlitz “foi a melhor batalha de Napoleão, um atestado de sua intuição estratégica e do carismático exemplo que conseguia transmitir.”¹⁴

REFLEXÕES FINAIS

As vitórias de Napoleão em Austerlitz (contra Áustria e Rússia) e em Campo Tenese (contra o Reino de Nápoles)¹⁵ puseram fim à Terceira Coalizão. A batalha de Austerlitz foi apenas o coroamento de um muito bem sucedido plano estratégico que compreendeu:

- a fixação do exército de 90 mil homens do Arquiduque Carlos, no norte da Itália;

- a movimentação das forças que desbordaram a Floresta Negra, pelo norte, culminando com o cerco e a capitulação de um exército de 80 mil homens;

- a rapidez do avanço sobre Viena e posterior invasão da Boêmia;

- os blefes e enganos perpetrados por Napoleão, fazendo com que os aliados não esperassem pelos

prussianos e fossem atraídos a travar a batalha de Austerlitz nas piores condições.

Em 26 de dezembro de 1805 Áustria e França assinam o tratado de Presburgo (Bratislava). A vitória contra a Áustria permitiu que Bonaparte redesenhasse o mapa da Europa. Ele obrigou o Imperador da Áustria a abdicar de seu título de Sacro Imperador e o milenar Sacro Império Romano-Germânico foi extinto. Com isso, centenas de pequenos territórios austríacos perderam sua independência e foram incorporados a outros estados germânicos, aliados de Napoleão, formando a Confederação do Reno, que deveria ser leal a Bonaparte.

A Prússia sentiu-se ameaçada com o poder da França sobre os estados germânicos membros da confederação e declarou guerra. A Quarta Coalizão foi formada, e, pouco mais de um ano depois, derrotada. Nessa ocasião, Napoleão tornou-se o Senhor da Europa.



BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Pedro Cordolino de. *História Militar*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1998.

CASTLE, Ian. *Austerlitz 1805: the fate of empires*. Oxford: Osprey Publishing, 2001.

CHANDLER, David G. *The campaigns of Napoleon*. Nova York: Macmillan, 1966.

_____. *Austerlitz 1805: Battle of three emperors*. Oxford: Osprey Publishing, 1990.

DARÓZ, Carlos. Dois momentos de Napoleão: as campanhas da Áustria e da Rússia. *Carlos Daroz-História Militar*. Disponível em <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2011/08/dois-momentos-de-napoleao-as-campanhas.html>>. Acesso em 11 nov. 2015.

ENGLUND, Stephen. *Napoleão: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

FISHER, Todd. *The Napoleonic War: the rise of emperor 1805-1807*. Oxford: Osprey Publishing, 2001.

FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2002.

KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2000.

KNÖTEL, Richard. *Uniformenkunde*. Berlim: 1890.

LANNING, Michael Lee. *Chefes, líderes e pensadores militares*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1998.

MAGALHÃES, J.B. *Civilização, guerra e chefes militares*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2000.

OVERY, Richard. *A história da guerra em 100 batalhas*. São Paulo: Publifolha, 2015.

POPE, Stephen. *The Cassel dictionary of the Napoleonic Wars*. London: Cassel, 1999.

SANTOS, Francisco Ruas. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1998.

SCHNEID, Frederick. *Napoleon's Italian Campaigns: 1805-1815*. Westport: Praeger Publishers, 2002.

SMITH, Digby. *The Napoleonic Wars data book*. Londres: Greenhill, 1998.



¹ FISHER, Todd. *The Napoleonic War: the rise of emperor 1805-1807*. Oxford: Osprey Publishing, 2001, p.9-10.

² Napoleão realizou diversas visitas a seu exército em Boulogne com o objetivo de verificar a instrução e elevar o moral dos soldados.

³ O escalão mais elevado no exército russo era o Regimento.

⁴ CASTLE, Ian. *Austerlitz 1805: the fate of empires*. Oxford: Osprey Publishing, 2001, p.23

⁵ Sistema quaternário. Anteriormente, o exército austríaco era organizado pelo sistema ternário: Regimento composto por três batalhões, cada um possuindo três companhias.

⁶ FISHER, Todd. *Op.Cit.*, p.19.

⁷ Como Mack pusesse dúvidas, Napoleão mandou imprimir, no próprio acampamento, um número falsificado de uma gazeta de Paris que trazia notícias da tal revolução imaginária. Mack deixou-se ficar em Ulm.

⁸ CHANDLER, David. *Austerlitz 1805: Battle of three emperors*. Oxford: Osprey Publishing, 1990, p.15.

⁹ Hoje Slavkov, na República Tcheca.

¹⁰ Os soldados do marechal Louis Nicolas Davout cobriram 110 km em 48 horas e foram fundamentais para o desenlace da batalha

¹¹ Marechal Nicolas Jean de Dieu Soult.

¹² CHANDLER, Op.Cit., p.81.

¹³ DARÓZ, Carlos. Dois momentos de Napoleão: as campanhas da Áustria e da Rússia. *Carlos Daroz-História Militar*. Disponível em < <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2011/08/dois-momentos-de-napoleao-as-campanhas.html>>. Acesso em 11 nov. 2015.

¹⁴ OVERY, Richard. *A história da guerra em 100 batalhas*. São Paulo: Publifolha, 2015, p.69.

¹⁵ SCHNEID, Frederick. *Napoleon's Italian Campaigns: 1805–1815*. Westport: Praeger Publishers, 2002.

A esquecida participação do Exército Brasileiro na missão de busca e salvamento do FAB 2068

Manoel Cândido de Andrade Netto^a

Resumo: Em julho de 1967, a queda de uma aeronave C-47 da Força Aérea Brasileira (FAB) em plena floresta Amazônica desencadeou uma das maiores operações de busca e salvamento (SAR) já realizadas no Brasil. Na ocasião, efetivos da FAB e do Exército Brasileiro trabalharam conjuntamente para localizar a aeronave e resgatar os sobreviventes e os corpos daqueles que faleceram na tragédia. Escrito por um dos integrantes da missão de busca e salvamento, este artigo tem por objetivo descortinar a pouco conhecida participação dos militares do Exército nos trabalhos, que permitiram resgatar com vida cinco sobreviventes da tragédia.

Palavras-chave: Aviação, busca e salvamento, Amazônia.

Em minha fé de ofício na parte referente ao 1º semestre do ano de 1967 consta o seguinte:

47 da I Zona Aérea acidentado na Amazônia, por autorização do Comandante do I Exército.¹

MISSÃO DE BUSCA E SALVAMENTO – Participação de militares desta GU: a 23 de junho foi designado para constituir a equipe de busca e salvamento para localizar o avião C-

Embora nela não conste, tratava-se do avião de matrícula FAB 2068, que decolou de Jacareacanga para cumprir missão militar junto à

^a Coronel de Engenharia e das forças especiais. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Guarnição de Cachimbo, responsável pela operação do “fixo de posição” SBXI que apoiava a navegação aérea na região Amazônica. No dia 15 de junho, uma quinta-feira, às 0440h, depois de uma pane em todos os instrumentos de navegação e já sem combustível, na tentativa de uma aterragem de emergência, a asa esquerda do avião bateu em uma sumáuma, cuja copa se destacava da mata, e caiu, incendiando-se em seguida. Vinte dentre os vinte e cinco homens que o guarneciam perderam a vida. As árvores da floresta, tão logo a aeronave bateu no solo, voltaram a sua posição normal, ocultando no seu seio os sobreviventes e o que restou da aeronave.

Tão logo foi confirmado o acidente, teve início a maior operação de busca e salvamento que se tinha notícia até então em todo o mundo.

ANTECEDENTES

Naqueles dias muitos informes e informações que chegavam em todos os momentos e por todos os meios congestionavam os canais de

comunicação das seções de informações dos comandos militares de área de todo o país, inclusive os da I Zona Aérea, em Belém do Pará. Eles davam conta de uma possível tentativa de implantação, na Amazônia, de uma base de guerrilha de ideologia marxista. Tais suposições não eram produzidas por devaneios de alguma imaginação doentia, tanto assim é que, alguns anos depois, pelo mesmo motivo, o Exército realizou uma grande manobra no Sul do Pará, a Marabá 70. Tudo culminou, mais tarde, com as operações desenvolvidas na região de Xambioá, em combate a uma tentativa de estabelecer ali uma base de guerrilha. Em meio a esse clima tenso, um radiograma enviado de Cachimbo informava que índios Txucarramães, possivelmente aliciados por elementos estranhos à área que por lá haviam passado naqueles dias, estariam se preparando para invadir as instalações daquele “fixo de posição”. O efetivo militar lá estabelecido era composto por sargentos especialistas em controle de tráfego aéreo e em meteorologia,



sendo muito pequena a fração de infantaria que estaria apta a realizar uma limitada operação de defesa das instalações. O armamento e a munição existentes, embora suficientes para a segurança imediata das instalações em situação normal, teria que ser complementado. Outro problema que preocupava era a necessidade de manter em funcionamento os equipamentos de apoio à navegação aérea e, a qualquer custo, a operação da pista de pouso, uma vez que não havia qualquer ligação por terra ou por via fluvial com o restante do país.

A situação foi agravada pelo fato de alguns militares terem avisado pequenos grupos de índios Txucarramães pintados com as cores de guerra e armados com bordunas ocultos na periferia da mata que envolve a pista. Dentro deste quadro geral e das condições políticas da nação no momento, o Comando da I Zona Aérea resolveu enviar para Cachimbo uma tropa para se preocupar exclusivamente com a segurança, liberando os especialistas para a operação normal daquela unidade. Tão logo a tropa chegasse

ao local e fosse verificada a necessidade, seriam enviados para lá novos efetivos para responder à altura a qualquer ameaça futura ao bom funcionamento daquele importante ponto de apoio à navegação aérea na região Amazônica.

Foi prestada uma fração de valor equivalente a um pelotão de infantaria (menos), apoiado por elementos de saúde, e, como a missão era típica de defesa, para aumentar seu poder de fogo levavam duas metralhadoras .30 em substituição aos fuzis-metralhadoras específicos.

EFETIVO CONSTITUÍDO PARA A MISSÃO

1) Tripulação

- 1° Ten Av Newton Nogueira de Almeida Filho (1°/2° GAv)² – Comandante da aeronave;

- 1° Ten Av Moisés da Silva Filho (1°/2° GAv) – Copiloto;

- 2° Sgt Av Raimundo Mirasol Botelho (1°/2° GAv) – Mecânico de voo;



- 2º Sgt RT Raimundo Godinho de Moraes (1º/2º GAv) – Radiotelegrafista

2) Apoio

- Cap Med Paulo Fernandes (HABE)³ – Médico;

- Civil Afonso Alves da Silva (Serviço de Proteção ao Índio)⁴ - Auxiliar de Enfermagem;

- Indígena Bergorothy Betami (Serviço de Proteção ao Índio).

3) Tropa

- 1º Ten Esp Luiz Velly (Sv R Ae)⁵ - Comandante do pelotão;

- 2º Sgt IG Nilo Favaro (Cia PA QG I ZAe)⁶;

- 3º Sgt IG Gilberto Barbosa de Souza (BAeB)⁷;

- Cb IG Rosamiro Batista Neto (BAeB);

- Cb IG Nelson Odair da Silva Barros (BAeB);

- Cb IG Geraldo Calderaro de Brito (BAeB);

- Cb Raimundo Wilson Alves Garcia (BAeB);

- Cb IG José da Silva Maria (BAeB);

- Sd Alcindo Guilherme da Silva Otero (Cia PA QG I ZAe);

- Sd Brigido Tomé de Sousa Paz (Cia PA QG I ZAe);

- Sd Eloi Barbosa Andrade (Cia PA QG I ZAe);

- Sd Gil Conceição Guimarães (Cia PA QG I ZAe);

- Sd Ivan Manoel Pinheiro de Brito (Cia PA QG I ZAe);

- Sd José Evangelista Marques de Lima (Cia PA QG I ZAe);

- Sd José Maria Teixeira (Cia PA QG I ZAe);

- Sd Luis Maximiliano de Souza Feio (Cia PA QG I ZAe);

- Sd Mário Neves de Araújo (Cia PA QG I ZAe);

- Sd Nelson Nunes da Silva (Cia PA QG I ZAe).

A TRAGÉDIA

O avião C-47 FAB 2068, com quatro tripulantes, conduzindo como passageiros dezenove militares, um civil, funcionário do Serviço Federal de Proteção ao Índio e um indígena, totalizando 25 pessoas a bordo, decolou de Belém às 1850h



do dia 15 de julho de 1967, com destino a Cachimbo, com um pouso técnico intermediário em Jacareacanga. Durante este voo, um dos radiocompassos sofreu uma pane, ficando inoperante.

Em Jacareacanga, depois do jantar, com apenas um dos radiocompassos funcionando, o que em situação normal impediria o voo, o piloto recebeu ordem de decolar, pois tratava-se de uma “missão militar”. Segundo comentou-se na ocasião, um voo classificado como “missão militar” deveria ser feito ainda que correndo certos riscos, pois poderia estar envolvendo eventos de grande relevância como o salvamento de vidas humanas, segurança nacional e assim por diante.

Muitos criticaram o fato de o avião ter decolado à noite, em plena selva Amazônica, apenas com um radiocompasso funcionando. Críticas pesadas à pessoa que teria dado a ordem para que a missão prosseguisse naquelas condições foram feitas. Os críticos se esqueceram que analisavam um fato ocorrido há cerca de 50 anos, quando as comunicações não eram fáceis como são

hoje, que a situação política era preocupante, que o perigo que a minúscula guarnição de Cachimbo corria poderia por em risco toda a navegação aérea da região. A crítica só é válida quando o crítico se coloca no tempo e no espaço no qual o fato que analisa ocorreu. A situação era grave e exigia providências imediatas. A ordem foi dada por quem tinha condições legais para fazê-lo e, com certeza, foi fruto de um apurado e meticuloso estudo de situação.

A decolagem foi realizada às 2115h com destino a Cachimbo. Durante o voo, o único radiocompasso que funcionava entrou em pane. Embora a noite fosse clara, uma neblina típica da região conhecida como “barba de bode” começou a cobrir toda a selva poucos metros acima das copas das árvores. Ela impedia que se distinguísse qualquer referência no solo que possibilitasse a realização da navegação visual. Todos os procedimentos adotados no intuito de fazer uma navegação estimada não deram resultado, pois, até as 2400h, não haviam encontrado a pista de Cachimbo. O



piloto tentou voltar para Jacareacanga, mas, pelos mesmos motivos, também não conseguiu encontrar esse ponto. Pelo rádio foi solicitado que acendessem uma grande fogueira junto à pista de Jacareacanga para que o clarão os orientassem. Outro C-47 que lá pernitoou, levantou voo e ficou girando nas proximidades com os faróis de aterrager ligadof. Nada adiantou. Depois de 4 horas e 15 minutos de voo o piloto decidiu tomar o rumo de 330° para tentar atingir Manaus. O radiotelegrafista lançava ao ar as informações que davam conta de tudo que acontecia a bordo. Todas as estações táticas da FAB que operavam em todo o país, no regime H-24, acompanharam os últimos momentos do FAB 2068. Sem qualquer referência no solo, não foi possível aos pilotos verificar que fortes ventos na camada impulsioavam o avião para Oeste. Às 0430h o combustível estava se esgotando. O armamento, a munição e todo o material pesado que podia ser dispensado foi alijado procurando aliviar a carga do avião. Tudo o que foi pos-

sível ser usado para amortecer pancadas no interior da aeronave foi utilizado para acolhoar os passageiros. Um bote foi inflado na tentativa de proteger os corpos contra os efeitos da possível pancada contra as árvores. Todas as providências para uma aterrager de emergência foram tomadas.

Enquanto o avião voava o SALVAERO (Serviço de Salvamento Aeronáutico) tomou várias providências visando auxiliar a navegação do FAB 2068. Cinco aviões decolaram de Manaus fazendo diferentes rotas com os faróis de aterrager ligadof. Foi solicitado ao VARIG PP-VJT, varredura SVH, uma varredura radar na rota Cachimbo-Manaus. A estação rádio de Santarém, fora do horário de operação, foi colocada no ar.

Em todo o Brasil, nas estações rádio da FAB, os telegrafistas acompanhavam tensos o desenrolar dos acontecimentos vividos por seus colegas em voo em uma região não sabida da longínqua e misteriosa selva Amazônica. Todos ouviram quando o 2S Raimundo Godinho de Moraes avisou que ia frenar



Os destroços do C-47 FAB 2068 no interior da Floresta Amazônica após o desastre

o transmissor, pois naquele momento fariam um pouso de emergência na selva. Em seguida o tétrico som ininterrupto do manipulador premido indicou que aquele voo terminara.

Às 0440 h P, depois de 7 horas e vinte e cinco minutos de voo, ao tentar pousar, a asa direita da aeronave bateu na copa de uma sumatúma que se destacava da uniformidade da selva, girou e caiu incendiando-se em seguida.

No solo, o crepitar das chamas e os gritos de inúmeras pessoas que não haviam morrido ainda. Entre muitas, um grito apavorante se destacou fazendo um tétrico pedido: “sargento atire em mim...” E depois o silêncio... Silêncio apenas quebrado por alguns gemidos, quase inaudíveis, talvez de esperança de algum inacreditável sobrevivente. E a selva, muda e indiferente a tudo, como sempre, permaneceu como se nada houvesse acontecido.



CONSIDERAÇÕES SOBRE A OPERAÇÃO DE BUSCA E SALVAMENTO (SAR)

Confirmada a queda do 2068 foram desencadeados todos os procedimentos previstos para esta situação. O SALVAERO elegeu a Base Aérea de Manaus situada em Ponta Pelada, na confluência do Rio Negro com o Amazonas, para, a partir das 1830h de 16 de julho, ser o Centro de Comando da Operação SAR a ser desencadeada imediatamente. O major-aviador Wilson Silva Cardoso, possuidor do curso de coordenador de busca aérea, atividade altamente especializada, foi designado para coordenar os trabalhos específicos. O PARASAR (Esquadrão Aeroterrestre de Busca e Salvamento) foi deslocado do Campo dos Afonsos, sua sede, para Manaus. Cerca de 35 aeronaves de diferentes tipos foram reunidas em Ponta Pelada. Tão logo quanto possível foram iniciados os voos de busca.

A coordenação de uma operação de busca de grande porte implica em uma gama imensa de atividades complexas. Inicialmente a logística necessária para suprir os meios aéreos utilizados em grande quantidade, em combustível e em manutenção. O pessoal envolvido precisa ser alojado, alimentado em terra e em voo e receber apoio de saúde e psicológico. E, acima de tudo, exige uma coordenação meticulosa, cuidadosa e eficiente no emprego dos meios aéreos envolvidos, com equipamentos de diferentes performances como autonomia de voo e velocidade de cruzeiro, cobrindo toda a imensidão da selva, sem deixar de sobrevoar uma só área, por menor que seja.

Um estudo de situação baseado em todas as informações conseguidas leva a eleição de uma área provável de queda do avião. Na carta essa área é plotada e em seguida dividida em retângulos ou quadrados compatíveis com as possibilidades das aeronaves disponíveis para a busca considerando um período efetivo de voo compreendido entre, por exemplo, às 0800h e às 1700h.



Antes de adotar tal procedimento, levando em consideração elementos mais específicos, como a direção e a velocidade dos ventos no nível do voo, dados fornecidos pelo Centro Meteorológico, as possíveis proas magnéticas voadas, a velocidade do avião, foram levantadas quatro diferentes trajetórias que poderiam ter levado o 2068 a quatro prováveis locais. No dia 18, doze aeronaves anfíbias fizeram essas rotas pousando nos rios onde houvesse moradores nas margens, procurando ouvi-los. Nada foi conseguido de positivo. Nos dias 20 e 21 informes conduziram as buscas para a região de Tefé. No dia 22, quinze aeronaves trabalhavam diretamente nessa busca. Um CA-10 Catalina, no município de Tefé, conseguiu de um morador a informação que na madrugada do dia 16 ouvira por duas vezes o barulho de um avião, entre as 0300h e 0400h da manhã. Um C-47 chegado de Tefé transmitiu a informação que moradores ouviram quando um avião voava a baixa altura a região de Jubará.

Além da tripulação da aeronave embarcam também para os

voos de busca, observadores em número variável de acordo com as características de cada equipamento. Se a busca fosse realizada em um B-17, por exemplo, além dos elementos empenhados como os dois pilotos, o radiotelegrafista e o mecânico de voo, podiam embarcar mais cinco elementos para guarnecer os postos de metralhador de proa, metralhador de cauda, lateral direita e lateral esquerda. Um elemento permanecia em repouso enquanto os outros guarneciam os postos em quartos de uma hora. Ao final do quarto é feito um rodízio de posição. Coberta toda a área prevista, os aviões retornam a base.

O NÚCLEO DA DIVISÃO AEROTERRESTRE (Nu Div Aet) É CHAMADO A PARTICIPAR

Nos primeiros dias após o acidente com o FAB 2068 não foi dado muita ênfase pela imprensa ao fato. No Nu D Aet (Núcleo da Divisão Aeroterrestre, atual Brigada de Infantaria Paraquedista) comentava-



se o acontecido conforme as notícias que recebíamos dos companheiros da FAB que serviam na Base Aérea dos Afonsos. Num determinado momento chegou ao Centro de Instrução Especializada General Penha Brasil (CIEsp GPB) a ordem, através do então Comando do I Exército, para preparar uma equipe de dez elementos para atuar na busca e salvamento do FAB 2068.

O então capitão Hamilton Franklin de Melo, por determinação do comandante do Centro, passou a organizar a equipe que, depois de algumas *démarches*, ficou assim constituída:

- Cap Ivo Augusto Barreto de Oliveira;
- Cap Carlos Alfredo Pellegrino;
- Cap Med Arlindo Bastos de Miranda;
- Cap Carlos Buch Neto;
- Cap Manoel Cândido de Andrade Netto;
- 1º Ten Amaury;
- 1º Sgt Eneas;
- 2º Sgt Cruz Filho;

- 2º Sgt Gismar Correa de Andrade;

- 1º Sgt Portilio (DOMPSA).⁸

Na manhã do dia seguinte embarcamos no C-130 Hércules que transportava um helicóptero UH-1D e fomos para Manaus. Lá chegando fomos recebidos pelo pessoal do PARASAR com muita simpatia. É preciso dizer que alguns de seus oficiais haviam feito o estágio de selva junto com o curso de comandos, na tropa paraquedista do Exército, e um deles, o Dr. Santos, o curso de precursor paraquedista. O Cap Guaranys, do PARASAR disse para mim que eles estavam muito felizes pela nossa presença, mas que ao mesmo tempo se sentiam tristes por que parecia que a aeronáutica não confiava neles.

Ficamos, juntamente com o PARASAR, alojados na primitiva sede do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), às margens do Rio Negro próximo ao edifício do IAPTEC, no centro de Manaus. Passávamos os dias inteiros voando fazendo a operação “pente fino” e



ao anoitecer nos recolhíamos ao CIGS.

No dia 26, por volta das 1030h, o SA-16 Albatroz FAB 6539 transmitiu uma mensagem telegráfica informando que avistou o FAB 2068 nas coordenadas 02° 15'S - 65° 00'W. O primeiro indício do local foi dado por uma inusitada concentração de urubus.

MUDANÇA DA BASE PARA TEFÉ

A partir desse momento a Marinha se juntou ao Exército e à Aeronáutica nessa gigantesca operação. O Distrito Naval de Belém colocou a disposição do SALVAERO o navio hidrográfico *Sirius*, que saiu de Manaus em direção a localidade de Jubará, onde chegaria dois dias depois para apoiar as equipes e as tripulações de resgate.

A equipe do SALVAERO, com muito material de apoio, se deslocou para o aeródromo de Tefé. Enquanto isso, nós e o PARASAR carregamos um C-47 com todo o

nosso material individual e o equipamento necessário para o salvamento. Embora obedecendo aos limites de peso, o avião estava pesado e literalmente cheio. Tanto assim é que nós, os passageiros, viajamos deitados sobre a carga. Já era fim de tarde quando chegamos a Tefé.

Em reunião conjunta, levando em conta que o UH-1D FAB 8530 recém-chegado ao Brasil não tinha guincho de carga, as limitações dos paraquedas que tínhamos na época, a situação do local da queda do avião, a selva fechada e a possibilidade de grande dispersão face aos ventos de camada, decidimos descer de rapel a partir do helicóptero. Como não tínhamos material especializado, improvisamos com o equipamento de um paraquedas TU do qual retiramos o velame e utilizamos as duas argolas em D para passar a corda e fazer o freio de descida. Prendemos a corda de nylon nas argolas de amarrar a carga no piso do helicóptero. Ele levantou voo e os capitães Sérgio e Guarany fizeram o teste aprovando a adaptação.



Na manhã do dia 27, voamos para Jubará, uma clareira habitada nas margens de um rio com possibilidade de pouso para os aviões Catalina e Albatroz e a navegação do navio *Sirius*. Ao lado de uma meia dúzia de casas havia uma casta-

Por volta das 1140 h foi feita uma primeira tentativa de descida no local do acidente, mas as condições meteorológicas desfavoráveis não permitiram. Por meio de gestos e acenos foi possível uma primeira comunicação com os sobreviventes.



O *Jornal do Brasil* noticia o resgate dos sobreviventes.

nheira com cerca de 40 metros de altura que poria em risco a operação do helicóptero naquele local. O coordenador indenizou o proprietário da árvore e ela foi derrubada com as motosserras. Ficou assim estabelecida neste local uma base avançada que reduzia a cerca de metade o tempo de voo necessário entre Tefé e o local do acidente.

Foram avistados os três sobreviventes que tinham possibilidade de locomoção que, com gestos, foram tranquilizados, deixando entendido que o helicóptero retornaria.

Entre as 1400h e 1500h as condições melhoraram e foi possível a descida em rapel do pessoal de salvamento. Os primeiros a descer foram os capitães Guaranis, Sérgio e



Dr. Santos, e o Sgt Lins, nessa ordem. Em bilhete amarrado a corda informaram o nome dos cinco sobreviventes e o estado de saúde deles. Foram descidos pela corda os materiais necessários, tais como rações de combate, explosivos, medicamentos, motosserra, combustível e formol em grande quantidade. Tendo em vista a distância da base e o tempo necessário para a descida do pessoal e do material e o trajeto para a base, não foi possível realizar outra sortida naquele dia. Também não foi possível realizar nenhum resgate neste dia, pois o estado dos sobreviventes, a falta do guincho e a mata muito fechada não o permitiram.

Na queda do avião sete militares foram poupados, quase todos sem condições de locomoção e muito machucados: Cap Médico Paulo Fernandes, Ten Luiz Velly, 2º Sgt Raimundo Mirassol Botelho, 3º Sgt Gilberto Barbosa de Souza, cabo Geraldo Calderaro de Brito, cabo Nelson Odair da Silva Barros e Sd Ivan Manoel Pinheiro de Brito. O cabo Calderaro, que teve uma das pernas amputada na altura da patela,

faleceu na tarde do dia 18 de julho, cerca de 50 horas depois da queda. Às 1130h de 27 de junho, cerca de duas horas antes da chegada do primeiro elemento do PARASAR, capitão Guarany, no local do acidente, o cabo Barros faleceu. O cabo Barros, a despeito de estar muito machucado e com dificuldade de locomoção, foi quem encontrou uma fonte de água, ajudou a colocar o pessoal que não tinha condições de se mexer acomodados nas quatro poltronas parcialmente inteiras na cauda do que sobrou do avião e, revirando as cinzas, encontrou duas latas de conserva. Apenas cinco militares foram resgatados com vida.

No dia 28 soubemos que um C-130 viajara para Miami (EUA) para trazer o guincho do helicóptero. Três capitães do Exército – Andrade Netto, Buch e Bastos – o capitão Cordovil da Aeronáutica, e três sargentos do PARASAR desceram de Rapel. Quando eu estava em pé com os pés apoiados no esqui já totalmente fora do helicóptero o major Cardoso com uma faca fabricada pela IMBEL⁹ na mão, com o corte



apoiado na extensão da corda que passava nas argolas em D do piso me avisou que em caso de pane ele, para não sacrificar a aeronave e nem as vidas que estavam dentro dela cortaria a corda. Depois desse animador preâmbulo comecei a descer. O freio não funcionou, na tentativa de frear com a mão fez com que a palma de minha mão direita ficasse em carne viva. O mesmo aconteceu com o capitão Buch. O capitão Cordovil tentou frear passando a corda em torno de seu braço esquerdo provocando nele queimadura de terceiro grau. A primeira coisa que fizemos ao chegar ao solo foi entregar nossas rações individuais para serem repartidas entre os sobreviventes. Ficamos apenas com o mínimo indispensável para enganar a fome até a próxima chegada do helicóptero.

O pessoal de saúde ficou apoiando os sobreviventes e os demais componentes foram distribuídos nos diferentes trabalhos como o recolhimento dos restos mortais das vítimas e a abertura da clareira. No início dos trabalhos convencemos os sobreviventes de que o barulho

que faríamos era absolutamente necessário para o resgate deles. Depois de algum tempo o explosivo e o combustível acabaram e aí tivemos que convencê-los que, embora não fizéssemos tanto barulho, continuaríamos o trabalho. Informamos também que assim que o tempo melhorasse o helicóptero retornaria trazendo mais material. Enquanto o helicóptero não chegava passamos a derrubar árvores com machados e facões de mato.

O dia 29 amanheceu fechado. O sargento Barbosa registrou no diário que até os dois médicos estavam trabalhando na abertura da clareira. A tarde o tempo melhorou e o helicóptero voltou, agora equipado com o guincho para carga. Como a abertura da mata já era suficiente para realizar o resgate e uma maca especial foi descida pelo guincho. O resgate do primeiro ferido foi iniciado por volta das 1430h.

Para o resgate o critério adotado foi o de gravidade dos ferimentos. Assim, o tenente Velly, com fratura na bacia, foi acomodado na maca e alçado pelo guincho. A



maca foi presa do lado de fora do helicóptero que imediatamente foi para Jubará. De lá partiu para Manaus no Albatroz. Na segunda sortida foi transportado o soldado Brito e na terceira o capitão Paulo, ambos de maca fazendo o mesmo itinerário que o tenente Velly. Na última, os sargentos Botelho e Barbosa. De Manaus, um C-130 os conduziu ao aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, de onde foram levados para o Hospital Central da Aeronáutica.

No dia seguinte começamos a ser resgatados já que a clareira estava praticamente pronta. O pessoal que ficava continuava os trabalhos até que o helicóptero pudesse lá pousar. Tão logo descíamos em Jubará, uma embarcação nos conduzia para bordo do navio hidrográfico *Siriús*. Lá designavam o camarote de um oficial para nos alojar e como voltávamos de um trabalho braçal em selva, nossa roupa estava muito suja, éramos encaminhados a cantina de bordo onde adquirimos bermuda e camiseta (nas cores do uniforme de marinha) e nossa roupa

mandada para a lavanderia. Enquanto tomávamos um banho, nossa roupa era lavada e pouco tempo depois a recebíamos bem limpa e bem passada.

A bordo tivemos ocasião para repousar e nos recuperar do grande desgaste que sofremos nos dias anteriores. A comida era muito boa e estávamos bem alojados. A rotina de bordo nos permitia descansar bastante e ler muito. Navegamos até Manaus de onde embarcamos em um C-47 com destino ao Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência foi muito rica em ensinamentos para todos os que dela participaram. Imagino que uma operação dessa envergadura tenha levado a Aeronáutica a rever conceitos e editar novas normas. Foi tão grande a importância desse fato que motivou a escolha do dia 26 de julho, data em que o FAB 2068 foi encontrado, como o “Dia da Aviação de Busca e Resgate”



Os sobreviventes e os membros do PARASAR foram várias vezes reunidos nesse dia e homenageados, recordando sempre as palavras ditas pelo tenente Velly ao capitão Guarany o primeiro elemento de salvamento a descer no local do acidente:

“- Eu sabia que vocês viriam.”

Não temos notícia que em alguma dessas ocasiões tenha sido feita qualquer referência à participação dos paraquedistas do Exército na operação de resgate.

Para nós do CIEsp GPB, além da experiência individual adquirida, propiciou, depois de várias palestras que realizamos, a compra de material especializado pelo qual muito ansiávamos: redes de selva, sacos de dormir, mosquetões de escalada, ponchos, cordas importadas de nylon, motosserras, equipamentos diversos ...

De certa forma recebemos o reconhecimento de nossa capacidade operacional por parte de algumas autoridades que dela duvidavam. Fomos regimento recompensados pela concessão de duas medalhas,

uma pelo Exército e outra pela Aeronáutica: a Medalha do Pacificador com Palma e a Medalha Mérito Santos Dumont (Prata).

Esta operação realmente foi de grande vulto, pois motivou uma grande concentração de aeronaves:

Tipo de aeronave	Quantidade
C-47	9
SB-17	3
H-13	2
C-54	2
CA-10	6
UH1-D	1
C-82	2
SA-16	2
UC-36	2
C-130	4
P-15	1
C-130 (USAF) ¹⁰	1
C-183 (USAF)	1

Um total de 36 aeronaves, perfazendo 1.057 horas voadas e percorrendo a distância de 288.028 quilômetros.

Terminada a missão que não foi coberta por nenhum fotógrafo, o pessoal de informações do então



Ministério da Aeronáutica, sabendo que o capitão Ivo fez três filmes de fotografias de toda a nossa atividade, pediu que lhe fossem entregues imediatamente os filmes, que eles revelariam e nos entregariam em seguida as fotografias. As fotografias, cerca de 98 poses, não nos foram entregues e ninguém sabe o destino que tiveram. Seria interessante recuperá-las, para constarem da história da FAB e da Brigada de

Infantaria Paraquedista. Creio que isso seja legalmente possível, pois já se passaram cerca de cinquenta anos

Hoje em Cachimbo há um modesto monumento que homenageia os 25 militares, que há 50 anos escreveram uma página gloriosa na história da Força Aérea Brasileira.

¹ Folhas de alterações do Cel Manoel Cândido de Andrade Netto.

² 1º Esquadrão do 2º Grupo de Aviação.

³ Hospital de Aeronáutica de Belém.

⁴ Atual Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

⁵ Serviço Rádio da Aeronáutica.

⁶ Companhia de Polícia da Aeronáutica do Quartel-General da I Zona Aérea.

⁷ Base Aérea de Belém.

⁸ Dobragem, manutenção de paraquedas e suprimentos pelo ar.

⁹ Indústria de Material Bélico do Brasil.

¹⁰ Força Aérea dos EUA.

A saga dos aviadores brasileiros na República Dominicana

Manuel Cambeses Júnior^a

Resumo: Significativo e instigante capítulo da historiografia aeronáutica e pouco conhecido dos historiadores brasileiros foi a ação desenvolvida por ex-pilotos de caça da Força Aérea Brasileira a serviço da República Dominicana, no final da década de 1940. O presente artigo revisita a história dos aviadores a serviço da Nação caribenha.

Palavras-chave: Aviação, República Dominicana.

O ditador Rafael Trujillo Molina governava a República Dominicana com mão de ferro mandando matar seus opositores e desafetos onde quer que estivessem. Como estes não tivessem voz dentro do país, devido à ação coercitiva do governante, passaram a se organizar e idealizar uma invasão partindo do exterior. Ademais, o ditador, colhendo os frutos pela sua intransigência no poder, de repente se viu ameaçado por países que queriam

ajudar quem quisesse derrubar o seu governo.

Desde o final da 2ª Guerra Mundial, exilados cubanos conseguiram apoio entre os governantes que não compactuavam com Rafael Trujillo. Na liderança dos exilados estava o general Juan Rodriguez Garcia, um dos fundadores do Movimento Revolucionário Dominicano. Junto com ele, o ex-presidente dominicano Juan Emilio Bosch Gaviño efetuava viagens pela região e

^a Coronel Aviator. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



conseguia financiamento para o movimento na Venezuela e no Haiti.

Os exilados se instalaram em território cubano com a anuência do presidente cubano Ramón Grau San Martín. Posteriormente, para evitar maiores repercussões, foram transferidos para a Ilha de Cayo Confites, também em território cubano.

Em julho de 1947, as forças revolucionárias já estavam compostas por milhares de homens e inúmeros aviões de transporte e combate, entre eles o avião de caça P-38, além de navios de desembarque adquiridos por dominicanos residentes nos Estados Unidos (EUA) simpatizantes à causa.

Entretanto, preocupado com a imagem de Cuba e pressões externas, principalmente vindas dos EUA, devido ao apoio explícito à causa, o presidente cubano deu um ultimato para que fosse desmantelada a base dos revolucionários, determinou a posse das armas, principalmente dos aviões de combate, obrigando-os a dispersar o movimento.

Em realidade, em 1947, Rafael Trujillo teria poucas chances de repelir um ataque dessa magnitude. Porém, iniciou uma ofensiva diplomática - envolvendo suborno, pressões e favores - e conseguiu que Cuba retirasse o apoio aos rebeldes, em setembro de 1947. Para o governo norte-americano, tradicional árbitro em questões caribenhas, não interessava perder Trujillo, que, latinamente, aderiu ao anticomunismo, bastante exaltado à época.

Para Rafael Trujillo o ato de desmantelar os revolucionários pelo governo de Cuba fez com que se preocupasse mais com a Venezuela. Este país tinha como presidente Romulo Ernesto Bettancourt Bello, que, apesar de ter galgado o poder através de um golpe militar, tinha um viés socialista em sua gestão.

A Venezuela, por ser um país grande produtor de petróleo, era cortejada pelos EUA. O mandatário dominicano não se conformava com o fato de não conseguir adquirir aviões de combate do governo norte-americano, enquanto os venezuelanos não encontravam restrições



para a importação de aeronaves, recebendo seis caças P-47 Thunderbolt e três bombardeiros B-25 Mitchell.

Rafael Trujillo acusava Romulo Bettencourt de ter doado US\$ 3 milhões aos revolucionários da Ilha Cayo Confites e, como era impossível uma intervenção militar contra a Venezuela, urdiu um plano para derubá-lo do poder através de um golpe militar.

Um documento reservado da Inteligência norte-americana, enviado em 19 de julho de 1947 ao embaixador americano na República Dominicana, revela a presença em Ciudad Trujillo do ex-presidente venezuelano General Eleazar Lopez Contreras, que tinha sido expulso do seu país pelo governo Bettancourt.

Objetivando facilitar a coesão dos militares venezuelanos para o

desejado golpe, Trujillo planejou o início do movimento simulando uma rebelião de militares da Aeronáutica, fazendo um bombardeio sobre os quartéis e prédios governamentais por aviões dominicanos portando as cores das aeronaves da Fuerza Aerea Venezolana.



Os aviadores brasileiros na República Dominicana

Para que o plano fosse bem realizado seria necessário adquirir aviões de combate semelhantes aos utilizados na Venezuela, o que não seria

impossível devido a grande quantidade de aviões militares disponíveis para venda no comércio internacional com o término da 2ª Guerra Mundial. Porém, onde encontrar pilotos devidamente habilitados para pilotá-los?

A Força Aérea da República Dominicana, na época denominada Compañia de Aviación, possuía



pouquíssimos homens com capacidade para pilotar aviões de combate e, para executar a missão, havia a necessidade de contratar aviadores estrangeiros.

Ao contrário de seus vizinhos do Caribe, dinheiro para aquisição de armas não era problema, pois, de 1945 a 1947, a receita de exportação de produtos agrícolas dominicanos tinha mais do que duplicado, passando de US\$ 29,5 para US\$ 74,3 milhões.

No que concerne à Aviação Militar, face à carência de aviadores experientes e bem treinados, a solução encontrada foi contratar pilotos no exterior, especificamente no Brasil.

Quando o Brasil declarou guerra às forças do Eixo, milhares de jovens brasileiros, atendendo ao chamamento da Pátria, se alistaram dispostos a defender o país. Dentre estes figuravam jovens que tinham escolaridade suficiente para ingressar nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Alguns deles optaram pelo CPOR da recém-criada Aeronáutica.

A Força Aérea Brasileira havia participado ativamente da 2ª Guerra Mundial e mandado pilotos, da ativa e da reserva, para serem formados e treinados nos EUA. Terminado o conflito mundial, não havia como absorver todos os aviadores nos quadros da Aeronáutica. Os que estavam na reserva foram os primeiros a serem dispensados. Muitos conseguiram emprego nas companhias de aviação; entretanto, nem todos tiveram a mesma sorte, pois a FAB liberou, no pós-guerra, cerca de 400 pilotos. Ou seja, naquele momento, passou a existir um seleto grupo de pilotos militares, altamente treinados para o combate, que vivenciou o incômodo dissabor do desemprego.

Quando surgiu a ideia de contratar pilotos brasileiros para prestar serviço ao governo dominicano, entrou em cena o comandante Mário Joppert Carneiro da Cunha, piloto da Aerovias Brasil, bem-relacionado com as autoridades dominicanas por estar casado com a filha do Coronel Rafael Arturo Espaillet, oficial da alta cúpula do governo, chefe do Servicio de Inteligência



Militar (SIM), a temida polícia secreta do ditador Rafael Trujillo.

Joppert saiu em campo no sentido de contatar com pilotos brasileiros adestrados em aviões de caça com o objetivo de realizar escolta de bombardeiros B-25 que cumpririam missão de bombardear pontos específicos da Venezuela.

Para explicar aos brasileiros a missão que seria realizada, veio ao Brasil o sogro de Joppert, o Coronel Espaillet, informando que o planejamento previa uma esquadrilha composta de sete aeronaves de caça, que sairia de Porto Rico para encontrar com os B-25 sobre o oceano e escoltá-los, defendendo de eventuais inimigos até o final da operação de bombardeio. Aproveitando o ensejo, informou aos pilotos brasileiros que cada um receberia US\$ 1.000,00 para o cumprimento da missão.

Finalmente, após algumas semanas de muita expectativa, os brasileiros embarcaram pela Pan American com destino a Porto Rico, local de onde deveria partir para a missão de bombardeio ao território venezuelano.

Chegando à capital do país San Juan, foram recebidos por subalternos do coronel Espaillet, que providenciaram os primeiros contatos para o acolhimento do grupo, instalando-os no



O De Havilland Mosquito, um dos ícones da 2ª Guerra Mundial, foi um dos aviões voados pelos brasileiros na República Dominicana.

Hotel Normandie e mantendo-os informados de todas as informações pertinentes à missão.

Após angustiante espera de duas semanas, eis que apareceu no hotel onde estavam hospedados o Comandante Mário Joppert e transmitiu aos conterrâneos brasileiros que a missão tinha sido abortada pelo governo dominicano. Entretanto, caso tivessem interesse, havia



uma nova proposta do Coronel Es-paillat, para que prestassem servi-ços na aviação militar da República Dominicana, treinando pilotos para a formação de um esquadrão de caça.

Como não tinham emprego ga-rantido no Brasil, e realmente não tinham o que perder, viajaram até a República Dominicana, onde foram recebidos por dois oficiais domini-canos e levados para um hotel loca-lizado na Calle El Conde, uma das principais vias da Ciudad Trujillo.

Logo, o Coronel Espailat veio até o hotel onde estavam hospeda-dos e negociou com os pilotos bra-sileiros os termos do novo contrato que estabelecia o pagamento de US\$ 1.000,00 por mês para treinar os pilotos e, no caso da ocorrência de uma invasão ao território domi-nicano, cada um receberia a quantia de US\$ 10.000,00. Entretanto, se a República Dominicana resolvesse invadir algum país receberiam a polpuda quantia de US\$ 20.000,00.

Ao que tudo indica, o verda-deiro motivo da desistência da mis-são por parte do ditador Rafael Tru-jillo teria sido a saída do poder na

Venezuela do presidente Romulo Bettancourt, seu grande desafeto.

Romulo Gallegos, sucessor de Bettancourt, foi eleito presidente da Venezuela, ficando poucos meses no poder, pois foi deposto por um golpe militar liderado por oficiais simpáticos ao ditador dominicano Rafael Trujillo e, segundo consta, financiados por ele.

No segundo semestre de 1950 foi renovado o contrato com os pi-lotos brasileiros por mais um ano. Muito embora estes acertos fossem verbais, e renovados a cada ano, os aviadores não tinham do que recla-mar, pois os dominicanos sempre mantiveram a palavra, cumpri-mento cabalmente tudo que foi tra-tado.

O pagamento, por exemplo, foi religiosamente feito em espécie por intermédio de um auxiliar direto do comandante da Base Aérea General Andrews, o Coronel Hernandez.

Em termos de comparação, en-quanto os pilotos ganhavam US\$ 1.000,00 mensalmente, um oficial do posto de major na Força Aérea Brasileira recebia de soldo apenas US\$ 70,00.



É de se ressaltar que, da difícil situação de reservistas desempregados, estavam agora em situação financeira bem mais confortável, pois tinham guardado uma boa quantia e formado um bom pé-de-meia.

Com a permanência dos aviadores de caça brasileiros no país, Rafael Trujillo conseguiu montar uma força aérea competente e bem treinada. Quando houve uma nova tentativa de invasão ao país, em 1959, a Força Aérea Dominicana estava pronta. O instrumento forjado pelo ditador com o inexcusável apoio de nossos patrícios foi fundamental para rechaçar novas tentativas de exilados, em abril e junho de 1959.

Entretanto, a pouca integração com os dominicanos, o limitado círculo de amizades dos brasileiros e, sobretudo, a saudade do torrão natal influenciaram decisivamente no desejo de retornar ao Brasil.

De volta ao Brasil, os jovens aviadores continuaram suas vidas em várias atividades, notadamente na aviação comercial. Alguns regressaram na Força Aérea Brasi-

leira, apesar de, na situação de reservistas, terem de se sujeitar a recomeçar quase do zero, ou seja, atrás do último colocado aspirante aviador da ativa.

Para esses intrépidos aventureiros patrícios, em plena louçania da juventude, a enriquecedora passagem pela República Dominicana ficou indelevelmente gravada em suas retentivas como um período repleto de emoções, expectativas, arrojo, determinação, companheirismo e, acima de tudo, o desejo incontido de realizar o ardente sonho de todo guerreiro alado: “Voar, Combater, Vencer!”.

A esse pugilo de bravos combatentes, a nossa admiração!

) Nilton Miguel Ajuz;

) Carlos Alberto de Freitas Guimaraes;

) Itamar Pereira de Oliveira;

) Rivaldo José Barbosa;

) João Carlos Menna Barreto

Monclaro;

) Wilson Bittencourt Braga;

) José Rafael Martins e

) Gilberto Syllos Clark.

“Injurioso e ultrajante”: as cartas falsas de Arthur Bernardes

Marco Túlio Freire Baptista ^a

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo analisar as circunstâncias em que ocorreu a disputa eleitoral para a Presidência da República do Brasil para o mandato de 1922 a 1926, tendo como foco central o grande escândalo, profusamente noticiado nos jornais, das cartas ofensivas à honra militar, atribuídas ao então candidato Arthur Bernardes. O episódio causou um grande racha na sociedade brasileira, observável em todos os seus estratos sociais e pela intensa batalha jornalística que acompanhou ativamente a campanha. Neste contexto, a classe armada se envolveu nas disputas e acabaram por vitimizar visceralmente as Forças Armadas brasileiras.

Palavras-chave: cartas falsas, Imprensa, Primeira República, Clube Militar.

PRELÚDIO

Em fins de julho de 1921 a providência deu seus primeiros sinais do tenebroso período em que estaria mergulhada a política nacional na capital brasileira, o Rio de Janeiro. No dia 24 falecera, abrupta e prematuramente, aquele que foi o maior fenômeno da crônica carioca, o jornalista Paulo Barreto, ou João do

Rio como era conhecido. Seu corpo embalsamado foi velado e chorado por milhares de pessoas no hall de entrada do prédio do jornal *A Pátria*.¹ Diante de seu corpo inerte, vestido com a túnica de gala da Academia Brasileira de Letras, perfilaram desde as maiores autoridades e personalidades da sociedade carioca e brasileira até o cidadão comum, acostumado a instruir-se na

^a Coronel Aviador. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



sagacidade inteligente de suas crônicas publicadas nos jornais em grandes tiragens. Vertiam-se lágrimas pelo que, inconscientemente se sabia, iriam perder uma crítica precisa e autêntica do maior escândalo da política nacional, envolvendo visceralmente as Forças Armadas.

O autor de obras imortais, como *A encantadora alma das ruas* e *As religiões do Rio*, perderia, assim traído pelo destino, a oportunidade de despejar sobre os fatos, já se delineando nos subterrâneos das intrigas e do mau caratismo, toda a sua acidez e objetividade de cronista inigualável do caráter humano. João do Rio, sempre capaz de lançar uma palavra nova sobre o que já se sabia, transformando o corriqueiro num grande alerta para a sociedade, certamente teria dado diferentes rumos à sórdida batalha que se desenvolveria nos meses seguintes nos jornais de todo o país. Na edição do *Jornal do Brasil* de 25 de julho, a notícia da morte de João do Rio ironicamente disputava espaço na mesma página com o lançamento da chapa Nilo-Seabra da Reação Repu-

blicana, que fazia oposição ao candidato oficial Arthur Bernardes na campanha presidencial que iniciava.²

A disputa eleitoral desde o início foi marcada por graves trocas de ofensas entre nilistas e bernardistas, mas se intensificou quando vieram à tona as cartas de Arthur Bernardes ofensivas à classe armada, incendiando definitivamente a campanha e acirrando os ânimos das duas partes.

ENTÃO, AS CARTAS...

Em 8 de outubro³ por volta das duas horas da tarde, Mário Rodrigues, redator político do *Correio da Manhã*, recebeu um telefonema do senhor Irineu Machado que procurava Edmundo Bittencourt, fundador e proprietário do jornal. Como este se encontrava na estação de águas de Lindoya, em São Paulo, dispôs-se a lhe apresentar o seu intento. Informou que estava na presença de uma pessoa que possuía um importante documento de grande interesse político. Adiantou que esta pessoa estava de partida no



dia seguinte para a Europa e pretendia entregar os documentos ao senhor Edmundo Bittencourt, mas que na sua ausência entregaria a um redator do *Correio da Manhã*. Por isso, solicitou-o que fosse buscar em sua casa. Mário Rodrigues tomou um táxi e rapidamente chegou na residência de Irineu, onde foi apresentado a Oldemar Lacerda, o portador de duas cartas de Arthur Bernardes, presidente de Minas Gerais e candidato à Presidência do Brasil no pleito que se avizinhava, ambas dirigidas ao Sr. Raul Soares, as quais continham diversas ofensas ao Exército Brasileiro e ao marechal Hermes da Fonseca. Diante de algumas indagações sobre “pontos obscuros” e sobre a autenticidade, Irineu Machado forneceu-lhe outra carta de Arthur Bernardes endereçada ao deputado Ribeiro Junqueira, como elemento de comparação quanto a legitimidade das anteriores. A condição para a publicação era somente aguardar que Oldemar chegasse à Europa.⁴

Mário Rodrigues entregou-as a um diretor do *Correio da Manhã*,

Raimundo Silva. Ansioso pela publicação, mas necessitando tomar alguma precaução, Raimundo Silva, acompanhado de Amálio Silva, se dirigiu ao tabelião Fonseca Hermes, irmão do marechal, a fim de reconhecer oficialmente a assinatura de Arthur Bernardes. Atendidos pelo tabelião substituto, este se recusou a reconhecer a firma de Arthur Bernardes, visto que em sua ficha constava a assinatura com o nome completo, Arthur da Silva Bernardes, e não como se apresentava na carta: Arthur Bernardes.⁵

No dia seguinte, domingo, 9 de outubro, uma das cartas foi publicada no *Correio da Manhã* sob o título “Injurioso e Ultrajante”, acompanhada de um artigo intitulado “Ultraje ao Exército”, no qual o redator desfiava o rosário de adjetivos pejorativos que, segundo ele, Arthur Bernardes atribuía aos oficiais do Exército na sua carta dirigida ao Senador e Ministro da Marinha, Raul Soares. A carta era datada de três de junho daquele ano e tratava do banquete que os oficiais da Guarnição do Rio de Janeiro ofereceram no dia anterior ao marechal Hermes



da Fonseca. Referia-se ao marechal, ex-Presidente da República, como “um sargentão sem compostura” e seguia nos desaforos taxando o banquete de “ridículo e acintoso” e como uma verdadeira “orgia”. Demonstrando um rancor com o Exército ao ponto de recomendar ao Ministro da Marinha que usasse de “toda energia”, de acordo com suas “últimas instruções”, pois “esta canalha” (referindo-se aos oficiais) precisava ter “uma reprimenda para entrar na disciplina”. Além disso, também exortava a Raul Soares que interferisse no Palácio do Catete para ver, conforme constava na carta, “se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para longe esses generais anarchizadores”.

Por último, depois de atacar os oficiais, teria direcionado sua fúria para o próprio Presidente, Epitácio Pessoa, recomendando a Raul Soares que “se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento

ajustaremos contas”. O artigo apontava, também, onde Bernardes supostamente teria tido o máximo de audácia e injúria à oficialidade, quando refere que “a situação não admite contemporizações e os que forem venaes, que é quasi a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões”.⁶

É verdade que a acidez e falta de compostura apresentadas na carta chamaram a atenção por não ser compatível com a conduta habitual do presidente de Minas Gerais que, de imediato, contestou a autenticidade da carta.⁷ No entanto, os termos e acusações presentes nas cartas sugeriam também uma certa verossimilhança com os sentimentos que muitos estavam cultivando pelo Exército e pela Marinha. Como uma espécie de desabafo, que teria amparo em muitas outras gargantas de políticos, militares e civis.

Fato é que a República nascera da usurpação de poder do Império pelos militares; Deodoro nem chegara ao final de seu mandato e tivera o poder usurpado por Floriano Peixoto, mesmo contrariando fortemente a primeira Constituição. Daí



por diante, a conduta militar caracterizou-se, em boa parte, pelo poder político, tendo seu auge com a presidência do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), quando o estrato superior das Forças Armadas se transformara em verdadeira classe política. A classe militar ansiosa por direitos de cidadania, não só não renunciava a sua condição de integrante do Estado, como se utilizava da força que esta condição lhe dava para lutar por mais poder, de dentro para fora. Dessa forma não eram parte de um movimento da sociedade, e sim do Estado. José Murilo de Carvalho fala em “estadania”, ou seja, a consolidação da cidadania vindo do próprio Estado e não das classes sociais.⁸ É nesse clima que os excessos e a ambição de poder deixaram profundas marcas na sociedade com relação a classe militar inserida na política. Chegou-se na segunda década do século XX com um forte rancor dos políticos civis contra a classe militar, bem como desta contra os primeiros.

O RANCOR MILITAR

Os Imperadores do Brasil mantiveram ministros civis nas pastas da Guerra e da Armada na maior parte dos gabinetes do Império, contudo, isso mudou após a República e, para contentamento dos militares, estas funções máximas das Forças passaram a ser ocupadas por Oficial Generais. No entanto, passados quase 30 anos, com a assunção da Presidência por Epitácio Pessoa, este quadro se alterou novamente, nomeando os civis Pandiá Calógeras e Raul Soares para as pastas da Guerra e da Marinha; o segundo, posteriormente foi substituído, sucessivamente, por Ferreira Chaves e Veiga Miranda.⁹

Em meados de 1921, o Governo de Epitácio e a classe armada encontravam-se em plena oposição. Falava-se abertamente em perseguição aos militares pelo Governo e movimentações (transferências) arbitrárias.¹⁰ Um incidente caracterizou bem os rancores da classe armada, foi a prisão do capitão-tenente Luiz Autran de Alencastro Graça devido ao seu discurso num



jantar realizado no Palace Hotel, que fora oferecido pela guarnição da capital ao marechal Hermes da Fonseca. Neste discurso Graça teria exposto a situação precária da Armada perante a cúpula da oficialidade. Tendo sido publicado nos jornais por jornalistas que estavam presentes ao evento, a reação dos ministros da Guerra e da Marinha foi a prisão do referido oficial por oito dias no presídio da Ilha das Cobras.¹¹ Os ministros da Guerra e da Marinha eram, respectivamente, Pandiá Calógeras e Raul Soares. Este último, justamente o destinatário da carta ofensiva ao Exército publicada pelo *Correio da Manhã* e que tinha data de 3 de junho, dia seguinte ao evento ...

Se as ofensas contidas nas cartas podiam parecer demonstrar esse rancor, o primeiro desfiar do novelo de maquinações subterrâneas logo levou ao círculo íntimo do marechal Hermes da Fonseca, o possível beneficiado com a destruição da candidatura de Arthur Bernardes. E, lembrando-se que as cartas foram entregues por Oldemar Lacerda,

cumprir questionar o quanto este cidadão era confiável diante de uma denúncia tão grave.

OLDEMAR LACERDA

Logo que o escândalo ganhou as manchetes dos jornais e desperitou os debates políticos por todo o Brasil, um nome veio à tona, Oldemar Lacerda, e o quebra-cabeças das maquinações que ocorreram meses antes começavam a se desvendar.

Mas quem era este homem que conduzia as cartas de Arthur Bernardes à publicidade nacional? O nome Oldemar Maria de Lacerda figura no *Almanak Laemmert* de 1910 como capitão assistente do estado-maior da 3^o Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da Capital Federal.¹² Da mesma forma (capitão) aparece em Diário Oficial de 1912, como presidente de Junta de Alistamento da 9^o Região Militar do Distrito Federal.¹³ Segundo Magalhães, Oldemar, através dos filhos de Hermes da Fonseca, passara a frequentar o Palácio do Catete, durante a



presidência do marechal (1910-1914).¹⁴ Assim, vivia de traficar influência para fornecimento de mercadorias para o Governo, beneficiando comerciantes e industriais. A proximidade com o círculo íntimo da família do Marechal pode ser percebida em evento mais reservados naquele período, como o batizado do filho do tenente Leônidas da Fonseca, neto de Hermes da Fonseca.¹⁵ Também uma fotografia publicada na *Revista da Semana* e também na revista *Fonfon*, que ilustra a posse do marechal Hermes da Fonseca na presidência do Clube Militar, na qual Oldemar aparece próximo de Nair de Tefé, esposa do marechal.¹⁶ Outra imagem que se costuma apontar como proximidade com a família de Hermes da Fonseca é a caricatura de Oldemar feita por Nair de Tefé e publicada duas vezes na *Gazeta de Notícias*.¹⁷ No entanto, esta pode (e deve) ser

atribuída mais à percepção sarcástica da cartunista que o identifica como “Homem do Dia”, por ascender rapidamente às manchetes dos jornais e ser alvo dos comentários políticos, após o escândalo das cartas.

Em 1916, Oldemar Lacerda foi lembrado pelo senador João Luís



Caricatura de Oldemar Lacerda feita por Nair de Tefé (Rian) sob o título “O homem do dia”.

Alves que estava em disputa pela sucessão do governo do Espírito Santo. Dentre seus planos estava a ideia de forçar uma intervenção federal. Planejando conflagrar o estado, confiou a Oldemar a tarefa de comprar arma-

mento. O gatuno não conversou, meteu a mão numa considerável quantia e enviou para Luís Alves caixotes repletos apenas de serragem.¹⁸

Infiltrar-se na alta sociedade parece ter sido sua estratégia para adquirir influência, ou pelo menos, parecer tê-la. Desta maneira seu



nome também estava associado às corridas de cavalo, como “turfman”,¹⁹ o que provavelmente não o era. E nas grandes festas de agremiações sociais, como foi o caso de sua participação, no setor de *buffet*, da comissão de organização da festa do Clube São Cristóvão, noticiada pela *Gazeta de Notícias* em junho de 1914.²⁰

Apesar de parecer ter certo prestígio, seu nome figurava mesmo era nas páginas policiais. Sendo os casos mais notórios o contrabando de Gonçalves Campos & Cia e o desvio financeiro na firma Pinto Lima. O primeiro caso, ocorrido em 1915, Oldemar exercia a função de fiel da Alfândega e foi acusado de tentar subornar os contínuos do Tesouro e roubar os autos do processo judicial do caso de contrabando da empresa Gonçalves Campos.²¹ O segundo caso, tratava-se do inquérito da 1ª Delegacia Auxiliar, no qual Oldemar era acusado de, enquanto caixa da firma Pinto Lima & C, ter desviado a quantia de 111.660\$789 e de ter falsificado documentos bancários em nome da firma, como a carta de crédito em

favor do construtor Luiz Zanni que retirou material da casa Soares & C.²²

Embora a façanha tenha lhe rendido alguns meses de cadeia, de finais de 1919 para início de 1920, os grandes empresários parecem não terem se preocupado com isso. A Capital Federal se preparava para comemorar seu primeiro centenário de Independência e entre os preparativos estava o arrasamento do morro do Castelo, tarefa de interesse para empresas nacionais e estrangeiras. A empresa Pearson Incorporation logo se ligou a Oldemar para garantir sua preferência na concessão. Sempre pronto a criar ilusões, Oldemar apresentou à empresa uma fotocópia de uma carta do Presidente Epitácio Pessoa para o prefeito do Rio, escrita em papel timbrado do Palácio do Catete, na qual recomendava a preferência da empresa Pearson. Como levantou-se dúvida quanto a assinatura do Presidente, ele apresentou um decreto assinado por Epitácio como comprovação da autenticidade da assinatura. A transação, ou porque a



sua comissão era muito alta, ou porque desconfiou-se da honestidade de Oldemar, acabou sendo dispensada pela empresa.²³

Em julho de 1921 o senhor Emílio van Linden, gerente da Companhia Transmarina (fornecedora de material ferroviário), recorreu a Oldemar para conseguir preferência de sua empresa no fornecimento de material e trilho para a Estrada de Ferro Central do Brasil. Rapidamente providenciou-se uma proposta, que ele levou consigo para trazer, logo em seguida, devidamente protocolada e com um despacho favorável do diretor da Central. De tempos em tempos, Oldemar solicitava uma quantia a troco de “gorjetas e gratificações” para os funcionários e o tempo ia passando. Convocado a dar provas da veracidade do negócio, apresentou uma certidão de despacho de aceitação da proposta que dava o prazo até outubro para efetivação. Nem precisa pensar muito para se concluir que era tudo falso! Daí, Oldemar resolveu sumir um pouco e anunciou sua partida para Europa para tratar de

assunto urgente sobre o arrendamento da ilha de Trindade.²⁴

Essa última mutreta de Oldemar deixou-o premido pelo tempo, necessitando “desovar” as cartas falsas rapidamente, com a chegada de outubro. Dessa maneira a trama subterrânea se fez atabalhoada e com o conhecimento de diversas pessoas, civis e militares.

O SUBTERRÂNEO

A trama teve início alguns meses antes de ser deflagrada a batalha nos jornais. Segundo declarou Edmundo Bittencourt na sua folha, ele já tinha conhecimento das cartas desde junho daquele ano.²⁵ A questão teria começado em razão de Oldemar, habitual traficante de influência, ter ponderado que a falência da candidatura do marechal Hermes da Fonseca lhe reduzira às possibilidades de negócios. Assim, maquiou atentar contra a candidatura de Arthur Bernardes e reanimar as possibilidades do marechal, a quem granjeava proximidade nos círculos



de amizade. Por esse motivo solicitou a Jacinto Cardoso de Oliveira Guimarães, conhecido falsificador, que produzisse uma carta que incompatibilizasse Arthur Bernardes com Hermes da Fonseca diante da classe militar.²⁶ Por outro lado, a venda da carta poderia lhe garantir um bom dinheiro para empreender seu necessário desaparecimento do Brasil por algum tempo.

O irmão do marechal, o tabelião Fonseca Hermes, contou em depoimento que fora procurado por Oldemar Lacerda em sua residência, acompanhado dos senhores Dr. Pedro Burlamaqui e Anacreonte Borba Gomes. Oldemar teria lhe exibido um retalho de papel com a assinatura de Arthur Bernardes e questionado se ele reconhecia a assinatura do presidente de Minas Gerais e, ainda, se possuía alguma correspondência do mesmo que pudesse usar de comparação. A este questionamento, Fonseca Hermes teria informado que a única carta que possuía era uma destinada ao Dr. João Luís Alves “a propósito do processo de reconhecimento dos

poderes para a constituição da Câmara” naquela legislatura. E, como não sendo sua, não poderia fornecer. Esclarecendo seu interesse, Oldemar teria informado que possuía uma carta de Arthur Bernardes que poderiam impossibilitar a sua candidatura, além de oferecer a mesma, caso Fonseca Hermes visse possibilidade de salvar a candidatura do Marechal. Ainda questionado sobre a autenticidade da carta, Oldemar esclareceu que o perito Serpa Pinto já as examinara e dera como verdadeiras.²⁷

Interessante notar-se que, brevemente, Serpa Pinto seria o perito “idôneo” escolhido pelo Clube Militar para avaliar a autenticidade das cartas, mesmo pesando publicamente sobre ele diversas acusações que atentavam contra o seu caráter; inclusive um processo de estupro de uma menor que corria no Cartório do 5º Ofício de Niterói.²⁸

Como Fonseca Hermes, para tomar uma decisão, tivesse condicionado examinar ele mesmo a carta, a qual não havia sido levada, a questão ficou em suspenso até que ele,



por intermédio do irmão de Oldemar, João Maria de Lacerda, solicitasse novamente que mostrasse a carta. Numa segunda entrevista, Oldemar ainda não lhe mostrou, mas antecipou seu total conteúdo.²⁹

Não vendo muito futuro com o tabelião, irmão do Marechal, Oldemar procurou Irineu Machado, político experiente, engajado na campanha de Nilo Peçanha, contudo sem o menor entusiasmo, pois o Marechal mais lhe convinha. Ao ver o conteúdo e a redação da carta, Irineu Machado se agradou muito do serviço e sugeriu uma nova carta, esta, datada de 3 de junho, teria um teor mais ácido, justamente a primeira que foi divulgada pelo jornal *Correio da Manhã*. Para a redação desta segunda carta, Oldemar adquiriu a correspondência de Arthur Bernardes enviada ao Dr. João Luís Alves que estava em poder de Fonseca Hermes para servir de modelo. Como Fonseca Hermes não o entregara voluntariamente, Oldemar acertou-se com o filho do tabelião, Eduardo, que subtraiu a referida carta da escrivaninha de seu pai, em um momento de ausência.³⁰ Até

este ponto, o irmão do Marechal tinha conhecimento da trama e o sobrinho estava completamente envolvido, já que fornecera material para a falsificação.

Outro militar de elevada patente também fora procurado por Oldemar, trata-se do coronel Philadelpho Rocha. Segundo seu próprio depoimento ao “Rio – Jornal”, tinha conhecimento desde junho, de um “trabalho” de Oldemar para dar ganho de causa a candidatura do marechal Hermes. Um novo encontro em setembro, Oldemar teria dito ao coronel que o marechal era um “trouxa”, por ainda ter escrúpulo em política. Nessa ocasião, Oldemar o teria explicado que o “trabalho” tratava-se de uma carta ofensiva ao Exército e ao Marechal, com “autorria” de Arthur Bernardes e que daria “um tiro” na candidatura deste, mas que, no entanto, não aceitara. Ciente da farsa, o coronel Philadelpho se calou até novembro, quando o escândalo já era grande e depois de o Clube Militar votar favorável pelo exame da carta. Em sua entrevista, também citou outros conhecedores da farsa, tais como o comandante



Alencastro Graça (da Armada), o senador Frontin, o Dr. Raphael Pينهiro, o Dr. Lacerda de Albuquerque, o Sr. Adolpho Moreira, o capitão Cunha Mattos (da Escola de Aperfeiçoamento), deixando claro que muitos outros também tinha conhecimento.³¹

Como se pode observar, as histórias sobre as cartas falsas já vinham desde junho, portanto quando estourou o escândalo com a publicação pelo *Correio da Manhã*, muitos poderiam ter denunciado, mas ou não o fizeram ou fizeram tarde demais. Acresce que o envolvimento de Oldemar, por si só, já desacreditaria a veracidade das cartas, já que era por demais conhecido por suas falcatruas. No entanto, foi na legitimidade de um documento fornecido por este farsante que o Clube Militar, representante legal das Forças Armadas, resolveu apostar todas as suas fichas...

A COMISSÃO DO CLUBE MILITAR

O Clube Militar, presidido pelo próprio Hermes da Fonseca, embora

tivesse tentado se fazer passar despreziosamente pelo assunto, na verdade foi um ferrenho articulador de boa parte da trama contra Arthur Bernardes. Na noite do dia 12 de novembro de 1921, ao término da sessão da Assembleia Geral Extraordinária do Clube Militar, a qual teve por destinação estudar um substitutivo para a Lei de Promoção, tendo surgido a discussão sobre se deviam ou não se pronunciar sobre o escândalo que tomava os jornais, duas moções foram propostas. A primeira do capitão Pedro Gomes que pedia para que deixassem a questão das cartas, pois se tratava de um assunto exclusivamente político e não militar, e outra, do tenente-coronel Fructuoso Mendes, que pedia que se formasse uma comissão para suprir de provas técnicas sobre o assunto. Postas em votação, aprovou-se, por esmagadora maioria, a formação da referida Comissão, cuja presidência foi dada ao almirante Silvado.³² A primeira sessão dessa comissão ocorreu já no dia 16 de novembro, no entanto, se perdeu em elucubrações sobre a amplitude de ação do



Clube Militar, com diversos pareceres, até que na quarta sessão os oficiais resolveram acrescentar “emoção” aos seus trabalhos, iniciando uma sequência de desconfianças e possíveis ameaças. O almirante Silvano informou que fora chamado ao telefone e ameaçado de morte caso declarasse que a carta era verdadeira. O comandante Mello Pina logo se adiantou a contar que pessoa de sua família chamaram a atenção para um indivíduo preto que aparecia diante de sua casa toda vez que ele chegava. Para não ficar para trás, o general Gomes de Castro informou que, havia dias, dois homens pretos não abandonavam a porta de sua casa.³³

Arthur Bernardes nomeou, como seu representante junto ao Clube Militar, o general Barbosa Lima e como perito grafotécnico o Sr. Edgard Simões Corrêa.³⁴

Pouca coisa caminhará até a oitava sessão, quando foi informado que o representante de Edmundo Bittencourt, responsável pela publicação das cartas no *Correio da Manhã*, seria o general Ximeno Vile-

roy.³⁵ O marasmo e entraves sofreram um “susto” com a notícia de que Oldemar estava de volta da Europa. O *Diário da Bahia* anunciou, no dia 29 de novembro, que Oldemar Lacerda, pivô dos acontecimentos, havia desembarcado do navio *Avon* em Salvador no dia anterior.³⁶ Oldemar desembarcara em Salvador para evitar uma possível prisão no Rio de Janeiro, já que ainda tinha pendências judiciais relativas a seu último golpe. A possibilidade de prisão de Oldemar punha em risco o andamento das articulações para desmoralizar Arthur Bernardes, pois, caso fosse para a cadeia, havia uma real chance dele abrir o bico e confessar a fraude, desmoralizando mais ainda a classe armada. Se, antes, o adiamento de qualquer conclusão pela Comissão seria benéfico aos militares anti-bernardistas, pois manteria a dúvida sobre a dignidade de Arthur Bernardes até a eleição, então, passou a ser urgente uma conclusão desfavorável ao presidente de Minas Gerais.

A sessão seguinte, de dois de dezembro, declarou finalmente pronto o gabinete na sede do Clube



Militar para que fossem realizadas as análises.³⁷ A partir daí iniciaram-se as investigações, as quais deviam obedecer o seguinte critério de imparcialidade: o perito Serpa Pinto deveria fazer seus procedimentos por parte do Clube Militar, os quais seriam conferidos pelo perito Simões Corrêa, por parte de Arthur Bernardes; da mesma forma, o perito Simões Corrêa deveria fazer seus procedimentos, os quais seriam verificados por Serpa Pinto. Desta maneira dever-se-ia obter resultados isentos de parcialidade e em comum acordo entre as partes.³⁸

A primeira constatação feita por todos que viram as cartas, mesmo pelos jornais, era o fato de o nome Arthur aparecer com o “T” sem corte, coisa que não se verificava na assinatura do presidente de Minas Gerais. Na ânsia de fazer provas, Edmundo Bittencourt publicou em seu jornal um artigo no qual afirmava que possuía outro documento autêntico no qual Arthur Bernardes também havia assinado seu nome sem cortar o “T”.³⁹ De posse dessa informação o perito Simões Corrêa facilmente deduziu que este

documento deveria ter servido de base para o decalque (cópia) e já arriscava que encontraria as mesmas coincidências apontadas nas cartas falsas. Por este motivo solicitou que o *Correio da Manhã* apresentasse o referido documento para análise, pois que dessa maneira determinaria a origem da falsificação. Como era de se esperar, o general Vileroy, em resposta à Comissão, informou que o Sr. Edmundo Bittencourt não apresentaria o documento, pois comprometia a terceiros.⁴⁰

Os procedimentos de verificação adotados por Simões Corrêa, que também deveriam ser acompanhados pelo perito da Comissão, Serpa Pinto, para serem refutados ou confirmados, acabaram por causar um grande desconforto aos que intencionavam provar que as cartas eram verdadeiras. Por este motivo a Comissão decidiu, arbitrariamente e por unanimidade, suspender as verificações do perito Simões Corrêa, limitando-o apenas a acompanhar os trabalhos de Serpa Pinto. Também no dia 17 decidiu-se determinar que fossem finalizados os traba-



lhos até o dia 20, mesmo sob protestos de Simões Corrêa que apontava a irresponsável prematuridade para a finalização dos trabalhos.⁴¹

Diante de tantas afrontas à razão e à honra militar, o general Gomes de Castro apresentou ao almirante Silvado sua carta de saída da Comissão, alegando para tal a “inesperada intimação” feita para o término dos trabalhos, bem como o “deplorável assentimento dos membros da Comissão”. Desta forma, recusava-se a participar de tão fraudulento movimento militar. Na mesma sessão onde foi lida a carta de Gomes de Castro, o perito Simões Corrêa declarou que “o perito da Comissão, só poderia chegar à conclusão de identidade gráfica e autenticidade entrando-se em absoluta privação dos sentidos” [louco!].⁴² Por fim, a Comissão, a despeito de todas as evidências apontadas concluiu pela veracidade das cartas, atribuindo-as a Arthur Bernardes em seu relatório final datado do dia 27 de dezembro de 1921, assinado pelo perito Antônio Augusto de Serpa Pinto.⁴³

Das perícias realizadas nas cartas pela Comissão foram publicados dois livros que permitem reconstituir todos os procedimentos adotados pelos dois peritos grafotécnicos escolhidos. Um relatando todas as atas de sessões e os procedimentos realizados sob a égide do perito da Comissão, Serpa Pinto, intitulado *Documentos Históricos relativos a perícia legal da carta ofensiva aos brrios da classe armada*, publicado pelo Clube Militar; outro publicado pelo perito contratado por Arthur Bernardes, Edgar Simões Corrêa, intitulado “*As cartas falsas*” *atribuidas ao Snr. Dr. Arthur Bernardes e a prova da verdade*, ambos publicados ainda em 1922. Com a análise técnica descortina-se uma terrível intencionalidade por parte do Clube Militar e conduzida por seu perito. Este procurou, com a aprovação da Comissão, excluir uma das cartas, concentrando a análise em um único documento. Nesse, descartou inicialmente todos os elementos constitutivos da escrita para se fixar apenas na assinatura. Esta manobra reduziu bastante



o escopo de possibilidades desta ciência tão inexata e possibilitou gerar dúvidas quanto a autenticidade. Por outro lado, o perito Edgard Simões Corrêa, desde o início procurou produzir diversos mapas comparativos de todas as letras grafadas nas cartas, o que levou a uma grande quantidade de indícios sobre a falsidade das mesmas, bem como ao método de falsificação.⁴⁴ Para a análise utilizou-se de diversos documentos reconhecidamente autênticos de punho de Arthur Bernardes como elementos de comparação.

Reproduções fotográficas ampliadas permitiram ver interrupções não usuais na escrita cursiva que denunciavam um processo de cópia. Da mesma forma, o perito Simões Corrêa observou que a escrita de Arthur Bernardes era bastante irregular, apresentando diversas formas de grafar várias letras, mas que, no entanto, fazendo uma comparação entre as duas cartas a ele atribuídas, percebia-se uma uniformidade da grafia das letras, além de não haver o traço de corte do “T” de Arthur em ambas as cartas, elementos que sugeriam fortemente a falsificação

pelo processo de decalque, ou seja, cópia de cada caracter sobre um documento original, engessando o produto final num padrão que não correspondia a nenhum outro documento de origem considerado autêntico por Arthur Bernardes.⁴⁵

Enquanto parte dos militares de alta patente se esforçava para dar ares de veracidade às cartas, outra se ultrajava com a aceitação de uma mentira. Foi o caso do general Gomes de Castro, no dia 24 de dezembro, dirigiu uma conferência no teatro São Pedro cujo objetivo foi mostrar publicamente os diversos aspectos da falsidade das cartas, ou a “quintupla estúpida e immoral falsidade”: no papel, na caligrafia, no decalque (processo de cópia), no estilo e, finalmente, no recuo dos acusadores.⁴⁶ Tudo era acompanhado minuciosamente pelos jornais.

BATALHA JORNALÍSTICA

Paralelamente à batalha pseudo-judicial do Clube Militar desenrolava-se uma intensa batalha



jornalística com os diversos periódicos da capital polarizados entre a campanha de Nilo Peçanha e a de Arthur Bernardes, além desses polos, ainda haviam periódicos antinilistas e anti-bernardista que favoreciam uma possível substituição da candidatura de Arthur Bernardes por Hermes da Fonseca, era o caso do jornal *O Combate*, onde era redator um dos filhos do Marechal Hermes. O estopim da crise foi o *Correio da Manhã* que, não podendo recuar, disparou pesadamente contra os bernardistas, permitindo farpas também para os apoiadores de Hermes da Fonseca e levando a batalha até às vésperas do seu desfecho sangrento, quando apresentou entrevista do falsário Jacinto Guimarães, na qual falava de uma nova carta, do Sr. João Luis Alves a Fonseca Hermes, na qual havia uma proposta de compra das cartas de Arthur Bernardes.⁴⁷ Esta carta nunca foi mostrada, nem em fotografia, mesmo assim o general Ximeno Vileroy deu publicidade a um folheto escrito por ele e intitulado “Reação Republicana e as cartas”, no qual, dentre outras coisas

apresentava o suposto texto dessa carta⁴⁸. Em sua oposição direta estava a *Gazeta de Notícias* que desmontava a todo o momento as acusações do *Correio da Manhã* contra os bernardistas e, por outro lado, apontando os nilistas como responsáveis de tais articulações criminosas. Todos os demais jornais do Rio de Janeiro e do Brasil se polarizaram em torno dos dois candidatos, Arthur Bernardes e Nilo Peçanha, numa campanha jornalística classificada como subversiva pelo Procurador Criminal da República⁴⁹, devido ao incitamento entre as facções e numa troca de insultos e acusações que marcaram um dos pontos mais baixos da política brasileira, herança terrível que, não raro, se pode presenciar em campanhas recentes.

A campanha jornalística finalizou com a chegada das eleições, onde, vencida pelo voto popular, a facção hermista deixou a política de lado e partiu para o uso da força.



O USO DA FORÇA

Públicas as maquinações, principalmente militares, contra Arthur Bernardes, o efeito parece ter sido contrário ao desejado e em primeiro de março de 1922, a Nação o elegeu Presidente, juntamente com seu vice Urbano Santos da Costa Araújo. Fato que, após contestações e investigações, concretizou-se com o reconhecimento pelo Congresso em 9 de junho. Inconformado com o resultado, o marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, enviou um telegrama ao Comandante da Região Militar do Nordeste, em Pernambuco, excitando os oficiais a se rebelaram. Diante da indisciplina, Epitácio Pessoa não teve outra saída a não ser determinar, no dia 2 de julho, a prisão do marechal e o fechamento do Clube Militar por seis meses.⁵⁰

O Exército encontrava-se dividido, parte pela legalidade e parte, liderada por Hermes da Fonseca, pela insubordinação e a recusa à futura posse do novo Presidente. Mal o marechal Hermes fora posto em liberdade, 24 horas depois, estourou

no Rio de Janeiro uma revolta militar que tinha os desígnios de revolução, a qual instauraria uma ditadura militar em substituição ao governo eleito, impondo uma junta militar governativa. Na madrugada de 4 para 5 de julho, por volta de uma hora da manhã, disparos vindos do Forte de Copacabana denunciavam a rebelião contra as autoridades constituídas. Até a tarde do dia 6 disparos de canhões contra o Quartel-General do Exército e a tropa reunida, na praça Serzedelo Corrêa e nas entradas dos túneis, mataram doze pessoas e feriram vinte e quatro, inclusive mulheres e crianças. Muitas residências particulares também foram atingidas pelos disparos dos canhões. Também na Vila Militar, parte da guarnição se rebelou, assim como, em Realengo, a Escola de Guerra, mobilizada, marchou em direção à cidade, chocando-se com forças legais e tendo baixas dos dois lados.⁵¹

O procurador criminal da República, Carlos da Silva Costa, na denúncia crime apresentada em 27 de novembro de 1922 esclarece perfeitamente o nexos dos fatos:



A questão das cartas falsas, inconsistentemente explorada na imprensa reaccionaria, arrastou ao prelio as classes armadas e, durante largo tempo, os incidentes que se lhe seguiram trouxeram a alma publica numa crescente superexcitação. Os jornais da opposição, vendo que a repulsa das classes armadas á candidatura do Dr. Arthur Bernardes seria o meio mais seguro de leval-o á desistencia ou á renuncia, iniciaram então inconvenientissimo debate e franquearam suas columnas á collaboração dos militares mais exaltados. A attitude do Club Militar, sobretudo depois do exame das cartas, forçou o Governo a tomar excepcionais medidas de rigor que provocaram os mais acres commentarios dos jornaes opposicionistas, interessando vivamente a opinião publica. O incidente do telegramma á guarnição de Pernambuco e a subsequente prisão do Marechal Hermes precipitaram os acontecimentos, mais ou menos esperados no ambiente proprio que lhes criou a subversiva campanha da imprensa.⁵²

Paralelamente aos fatos do Forte de Copacabana, também tropas da guarnição de Mato Grosso se

sublevaram, sendo deslocadas em direção a São Paulo e só parando após a notícia da derrota do movimento na Capital pelas forças legalistas.⁵³

Diante da refrega, a maior parte do Exército permaneceu fiel à legalidade e ao Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras. Os disparos de Copacabana ainda atingiram o Batalhão Naval, a Ilha das Cobras e o Arsenal de Marinha. Para evitar mais mortes, o governo tentou negociar um armistício que, negado, ensejou disparos da Fortaleza de Santa Cruz (do outro lado da entrada da baía da Guanabara) contra o forte rebelde. Após a derrota na Vila Militar, o Ministro Calógeras pessoalmente ligou para o forte para negociar a rendição com o Capitão Euclides Hermes e sua tropa. Este dispensou o efetivo que quisesse sair do forte, restando apenas alguns combatentes. Ao sair para negociação, Euclides foi preso, assumindo o comando o tenente Siqueira Campos, que, negando-se a se render, cortou uma bandeira do Brasil em tiras e entregou aos últimos remanescentes do forte. O grupo saiu, em



franca minoria, decidido a combater até a morte nas praias de Copacabana.⁵⁴

Esse desfecho violento da campanha presidencial, conhecido como “Os 18 do Forte”, romanticamente é ligado ao movimento tenentista, mas que com este só guarda a participação de uma jovem oficialidade disposta a morrer por algum ideal (ainda difuso). Neste aspecto, o revolucionário tenentista Juarez Távora, que viria a ocupar importantes posições políticas no Brasil pós-1930, afirmou que este episódio não passou de uma “mera questão pessoal”, com intuito de derrubar o presidente eleito e “defender seus melindres, offendidos”⁵⁵, ou de Hermes da Fonseca, cuja imagem estava bastante desgastada com o processo eleitoral. De fato, o Marechal Hermes da Fonseca é citado no processo criminal como o chefe ostensivo da revolta, tendo se dirigido à Vila Militar para comandar a partir de lá, acompanhado por seu filho, o deputado federal capitão Mário Hermes da Fonseca⁵⁶; enquanto o Forte de

Copacabana se rebelava ao comando de outro filho, capitão Euclydes da Fonseca. Dentre os civis arrolados no processo estavam Hermes Rodrigues da Fonseca Filho, mais um filho do marechal. Também a tropa mobilizada de Mato Grosso era comandada por um parente, General Clodoaldo da Fonseca, primo do marechal.⁵⁷ Logicamente o movimento não era só familiar, mas os muitos apoiadores, civis e militares, viam o marechal como líder incontestado a ser seguido, numa atitude francamente personalista. O que a facção hermista do Exército não conseguiu fazer com as fraudes das cartas e a ingerência do Clube Militar, pretendeu fazer com sangue!

Também sobre o aspecto da luta contra um sistema oligárquico representado por Arthur Bernardes não convence, visto que o líder do movimento era Hermes da Fonseca que, como presidente de 1910 a 1914, fora a pura expressão da luta oligárquica pelo poder na Primeira República.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos que foram expostos neste artigo revelam uma história sórdida que marcou a campanha presidencial no ano do centenário da Independência Política do Brasil. Pode-se observar que a trama engendradora teve seu início nas ambições pessoais de um indivíduo de reputação bastante prejudicada por seus frequentes golpes que visavam lesar o patrimônio alheio. No entanto, os tentáculos do mau caratismo logo atingiram diversas pessoas, civis e militares, envolvidas ou não com a política nacional, os quais participaram ativa ou passivamente da trama, seja fornecendo documentos, criando documentos falsos ou, simplesmente, omitindo o conhecimento do instrumento falso que seria utilizado para difamar Arthur Bernardes.

As cartas, cuja existência já havia vazado meses antes e era objeto de comentários e maquinações, não precisavam de um exame pericial para se determinar sua falsidade, mesmo assim o Clube Militar, como representante das Forças Armadas

procurou insistentemente defender a veracidade das mesmas, diante de uma audiência jornalística perplexa. Essa atitude, concluindo-se pela autenticidade do que era sabidamente falso, acabou por reforçar o posicionamento dos eleitores daquele candidato a que se pretendia prejudicar, confirmando-se, assim, a Presidência da República para Arthur Bernardes no pleito de 1922.

Inconformado com o resultado das urnas, o marechal Hermes da Fonseca protagonizou uma das piores demonstrações de desrespeito sobre a vontade do povo, intentando um golpe militar que deixou dezenas de mortos e feridos, além de produzir um racha no Exército, dividindo-o entre os defensores da manutenção do poder político pela classe armada e os legalistas que não concordavam com a interferência armada na política nacional. Essa divisão se perpetuou em diversos outros movimentos posteriores, permitindo a entrada de ideologias no seio das Forças Armadas e deixando marcas profundas nos movimentos das décadas de 1920 e 1930.



Além dos cadáveres humanos, essa mal orquestrada batalha eleitoral resultou em alguns cadáveres morais, dentre os quais as próprias Forças Armadas (nesta época representada pelo Exército e a Armada) cuja honra se tentou desnecessariamente defender, já que as cartas eram realmente falsas, tomando-se atitudes insanas e desesperadas que acabaram por vitimá-las de fato. Revelou-se, ostensiva e arbitrariamente, a base apodrecida de uma aristocracia militar travestida em classe política. Ostensiva, pela descarada e parcial defesa da comissão do Clube Militar, disposta a usar meios ilegais e sórdidos, como a sonegação ou falsificação de documentos, cujo conteúdo atacava a honra de seus adversários; arbitrária pela atitude irresponsavelmente agressiva diante da derrota frente a vontade popular. Assim, o título que, inicialmente, anunciou a existência das cartas de Arthur Bernardes, “Injurioso e ultrajante”, na verdade, melhor serve para revelar o quanto a honra da classe militar fora ferida, não pelas palavras contidas nas cartas falsas, mas pela conduta

de seus oficiais mais representativos, durante o processo de sucessão presidencial.

BIBLIOGRAFIA

ACONTECIMENTO da semana. *Revista da Semana*, ano 22, n. 27, Rio de Janeiro, 2 jul. 1921.

AINDA o caso Pinto Lima & C. *Gazeta de Notícias*, n. 279, Rio de Janeiro, 9 out. 1919a.

AINDA o caso Pinto Lima & C. *Gazeta de Notícias*, n. 282, Rio de Janeiro, 12 out. 1919b.

ALMANAK LAEMMERT. 67º Anno. *Anuário Administrativo, agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal para 1910*. Rio de Janeiro: Officina Typográfica Almanak Laemmert, 1910.

BAPTISADOS. *Gazeta de Notícias*, n. 189, Rio de Janeiro, 7 jul. 1912.

BITTENCOURT. Edmundo. Mais um documento authenticico. *Correio da Manhã*, n.8296, Rio de Janeiro, 19 nov. 1921.



BRASIL, Justiça Federal. *Os acontecimentos de 5 e 6 de julho; denúncia do Procurador Criminal da República (27 de novembro de 1922 e 26 de janeiro de 1923)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARTA infamante que o Sr. Arthur Bernardes escreveu contra as classes armadas, A. *Correio da Manhã*, n.8514, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921.

CASO Pinto Lima & C., O. *Gazeta de Notícias*, n. 125, Rio de Janeiro, 8 mai. 1919.

CASO Oldemar Lacerda versus Pinto Lima & C., O. *Gazeta de Notícias*, n. 029, Rio de Janeiro, 29 jan. 1920.

CHANTAGISTA Oldemar de Lacerda, O. *Gazeta de Notícias*, n. 327, Rio de Janeiro, 15 dez. 1921.

CLUBE MILITAR. *Documentos históricos relativos à perícia legal da carta ofensiva aos brios das classes armadas*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1922.

CONTRA a infâmia da carta falsa. *Gazeta de Notícias*, n. 335, Rio de Janeiro, 24 dez. 1921.

CONTRABANDO de Gonçalves Campos & Cia, O. *Gazeta de Notícias*, n.310, Rio de Janeiro, 6 nov. 1915.

CORRÊA, Edgard Simões. “As cartas falsas” atribuídas ao Srn. Dr. Arthur Bernardes e a prova da verdade. Rio de Janeiro, 1922.

DIÁRIO OFFICIAL. Rio de Janeiro, 14 nov. 1912.

DRUMMOND, Cosme Degenar. *O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói*. São Paulo: Editora Cultura, 2011.

EMPREGADO “águia”, Um. *Gazeta de Notícias*, n. 105, Rio de Janeiro, 16 mar. 1919.

ESCÂNDALO na Aduana. *Gazeta de Notícias*, n. 204, Rio de Janeiro, 2 jul. 1915a.

ESCÂNDALO na Aduana. *Gazeta de Notícias*, n. 209, Rio de Janeiro, 8 jul. 1915b.

GRANDE movimento no Exército. *Correio da Manhã*, n. 8155, Rio de Janeiro, 1 jul 1921.



HOMEM do dia, O. *Gazeta de Notícias*, n. 323, Rio de Janeiro, 10 dez. 1921.

LIMA, Alberto de Souza. *Arthur Bernardes perante a História*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

MAIS um documento authenticico. *Correio da Manhã*, n. 8296, Rio de Janeiro, 19 nov. 1921.

NO CLUB Militar. A Posse do Marechal Hermes da Fonseca. *Fon-Fon*, n. 27, Rio de Janeiro, 2 jul. 1921.

OLDEMAR Lacerda obteve “*habeas corpus*”. *Gazeta de Notícias*, n. 198, Rio de Janeiro, 20 jul. 1919.

PELOS Clubes. *Gazeta de Notícias*, n. 174, Rio de Janeiro, 24 jun. 1914.

PAULO Barreto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 174, 25 jul. 1921.

PERSEGUIÇÃO aos militares, *Correio da Manhã*, n. 8138, Rio de Janeiro, 14 jun. 1921.

PRISÃO do comandante Alencastro Graça e um projeto do deputado

Mario Hermes, A. *Correio da Manhã*, n. 8155, Rio de Janeiro, 1 jul 1921.

RODRIGUES, Mário. *Meu libello. Memórias do cárcere escritas em torno de duas revoluções (1ª Parte)*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira Lux, 1925.

SERPA Pinto é uma fera!, O. *Gazeta de Notícias*, n. 335, Rio de Janeiro, 24 dez. 1921.

TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia., 1928, v. 3.

TERMINOU a prisão do comandante Alencastro Graça. *Correio da Manhã*, n. 8138, Rio de Janeiro, 14 jun 1921.

TURF, diversas. *Gazeta de Notícias*, n. 107, Rio de Janeiro, 18 abr. 1919.

VELHACARIAS do advogado Pinto Lima, As. *Gazeta de Notícias*, n. 119, Rio de Janeiro, 1 mai. 1919.

ULTRAJE ao Exército. *Correio da Manhã*, n. 8255, Rio de Janeiro, 9 out. 1921.



- ¹ PAULO Barreto. *Jornal do Brasil*, n. 174, Rio de Janeiro, 25 jul. 1921, p. 5.
- ² BARRETO, Paulo. *Jornal do Brasil*, n. 174, Rio de Janeiro, 25 jul. 1921, p. 5.
- ³ Mário Rodrigues, equivocadamente, informa dez de outubro, em seu livro *Meu Libello* (Cf. RODRIGUES, Mário. *Meu libello*. Memórias do cárcere escritas em torno de duas revoluções (1ª Parte). Rio de Janeiro: Editora Brasileira Lux, 1925, p.136.).
- ⁴ RODRIGUES, Mário. *Meu libello*. Memórias do cárcere escritas em torno de duas revoluções (1ª Parte). Rio de Janeiro: Editora Brasileira Lux, 1925, pp. 136-138.
- ⁵ BITTENCOURT, Edmundo. Mais um documento authenticico. *Correio da Manhã*, n.8296, Rio de Janeiro, 19 nov. 1921, p. 2.
- ⁶ ULTRAJE ao Exército. *Correio da Manhã*, n. 8255, Rio de Janeiro, 09 out. 1921, p. 2.
- ⁷ LIMA, Alberto de Souza. *Arthur Bernardes perante a História*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983, p. 30.
- ⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 49-50.
- ⁹ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973. p. 90.
- ¹⁰ PERSEGUIÇÃO aos militares, *Correio da Manhã*, n. 8138, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14 jun. 1921, p. 4; GRANDE movimento no Exército. *Correio da Manhã*, n. 8155, Rio de Janeiro, 1 jul 1921, p. 4.
- ¹¹ TERMINOU a prisão do comandante Alencastro Graça. *Correio da Manhã*, n. 8138, Rio de Janeiro, 14 jun 1921, p. 3; PRISÃO do comandante Alencastro Graça e um projeto do deputado Mario Hermes, A. *Correio da Manhã*, n. 8155, Rio de Janeiro, 1 jul 1921, p. 4.
- ¹² ALMANAK LAEMMERT. 67º Anno. *Anuário Administrativo, agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal para 1910*. Rio de Janeiro: Officina Typográfica Almanak Laemmert, 1910, p. 2129.
- ¹³ DIÁRIO OFFICIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 14 nov. 1912, p. 14.
- ¹⁴ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 95.
- ¹⁵ BAPTISADOS. *Gazeta de Notícias*, n. 189, Rio de Janeiro, 7 jul. 1912, p. 8.
- ¹⁶ NO CLUB Militar. A Posse do Marechal Hermes da Fonseca. *Fon-Fon*, n. 27, Rio de Janeiro, 2 jul. 1921, p. 18 e



ACONTECIMENTO da semana. *Revista da Semana*, ano 22, n. 27, Rio de Janeiro, 2 jul. 1921, p. 14.

¹⁷ HOMEM do dia, O. *Gazeta de Notícias*, n. 323, Rio de Janeiro, 10 dez. 1921, p. 1; CHANTAGISTA Oldemar de Lacerda, O. *Gazeta de Notícias*, n. 327, Rio de Janeiro, 15 dez. 1921, p. 1.

¹⁸ MAGALHÃES, op. Cit., p. 95.

¹⁹ TURF, diversas. *Gazeta de Notícias*, n. 107, Rio de Janeiro, 18 abr. 1919, p. 19.

²⁰ PELOS Clubes. *Gazeta de Notícias*, n. 174, Rio de Janeiro, 24 jun. 1914, p.6.

²¹ ESCÂNDALO na Aduana. *Gazeta de Notícias*, n. 204, Rio de Janeiro, 2 jul. 1915a, p. 5; ESCÂNDALO na Aduana. *Gazeta de Notícias*, n. 209, Rio de Janeiro, 8 jul. 1915b, p. 9; CONTRABANDO de Gonçalves Campos & Cia, O. *Gazeta de Notícias*, n. 310, Rio de Janeiro, 6 nov. 1915, p. 4.

²² EMPREGADO “águia”, Um. *Gazeta de Notícias*, n. 105, Rio de Janeiro, 16 mar. 1919, p.5; VELHACARIAS do advogado Pinto Lima, As. *Gazeta de Notícias*, n. 119, Rio de Janeiro, 1 mai. 1919, p. 7; CASO Pinto Lima & C., O. *Gazeta de Notícias*, n. 125, Rio de Janeiro, 8 mai. 1919, p. 6; OLDEMAR Lacerda obteve “habeas corpus”. *Gazeta de Notícias*, n. 198, Rio de Janeiro, 20 jul. 1919, p. 4; AINDA o caso Pinto Lima & C. *Gazeta de Notícias*, n. 279, Rio de Janeiro, 9 out. 1919a, p. 4; AINDA o caso Pinto

Lima & C. *Gazeta de Notícias*, n. 282, Rio de Janeiro, 12 out. 1919b, p.5; e CASO Oldemar Lacerda versus Pinto Lima & C., O. *Gazeta de Notícias*, n. 029, Rio de Janeiro, 29 jan. 1920, p.2.

²³ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro:Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 96.

²⁴ Ibid, p. 96-97.

²⁵ BITTENCOURT. Edmundo. Mais um documento authenticico. *Correio da Manhã*, n.8296, Rio de Janeiro, 19 nov. 1921, p. 2.

²⁶ CORRÊA, Edgard Simões. “As cartas falsas” atribuídas ao Srn. Dr. Arthur Bernardes e a prova da verdade. Rio de Janeiro, 1922, p. 65.

²⁷ Ibid, p. 65.

²⁸ SERPA Pinto é uma fera!, O. *Gazeta de Notícias*, n. 335, Rio de Janeiro, 24 dez. 1921, p. 1.

²⁹ CORRÊA, Edgard Simões. “As cartas falsas” atribuídas ao Srn. Dr. Arthur Bernardes e a prova da verdade. Rio de Janeiro, 1922, p. 65.

³⁰ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, pp. 100-101.

³¹ CORRÊA, op. cit., pp. 66-67.



³² CLUBE MILITAR. *Documentos históricos relativos à perícia legal da carta ofensiva aos brios das classes armadas*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1922, p. 9.

³³ *Ibidem*, p. 17.

³⁴ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 120.

³⁵ CLUBE MILITAR. *Documentos históricos relativos à perícia legal da carta ofensiva aos brios das classes armadas*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1922, p. 27.

³⁶ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 124.

³⁷ CLUBE MILITAR, op. Cit., p. 28.

³⁸ *Ibid*, p. 11.

³⁹ MAIS um documento authenticico. *Correio da Manhã*, n.8296, Rio de Janeiro, 19 nov. 1921, p. 2.

⁴⁰ CLUBE MILITAR. *Documentos históricos relativos à perícia legal da carta ofensiva aos brios das classes armadas*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1922, pp. 35-38.

⁴¹ *Ibid*, pp. 43-44.

⁴² *Ibid*, pp. 45-46.

⁴³ *Ibid*, p. 76.

⁴⁴ CLUBE MILITAR. *Documentos históricos relativos à perícia legal da carta ofensiva aos brios das classes armadas*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1922; CORRÊA, Edgard Simões. *“As cartas falsas” atribuídas ao Srn. Dr. Arthur Bernardes e a prova da verdade*. Rio de Janeiro, 1922.

⁴⁵ CORRÊA, Op. Cit.

⁴⁶ CONTRA a infâmia da carta falsa. *Gazeta de Notícias*, n. 335, Rio de Janeiro, 24 dez. 1921, p. 1.

⁴⁷ CARTA infamante que o Sr. Arthur Bernardes escreveu contra as classes armadas, A. *Correio da Manhã*, n.8514, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

⁴⁸ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*. Estadista da República. Coleção Documentos Brasileiros 159. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 131.

⁴⁹ BRASIL, Justiça Federal. *Os acontecimentos de 5 e 6 de julho*; denúncia do Procurador Criminal da República (27 de novembro de 1922 e 26 de janeiro de 1923). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 3.

⁵⁰ LIMA, Alberto de Souza. *Arthur Bernardes perante a História*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983, p. 35.

⁵¹ BRASIL, Justiça Federal. *Os acontecimentos de 5 e 6 de julho*; denúncia do Procurador Criminal da República (27



de novembro de 1922 e 26 de janeiro de 1923). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 3.

⁵² Ibid, p. 6.

⁵³ Ibid, p. 4.

⁵⁴ DRUMMOND, Cosme Degenar. *O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói*. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 51.

⁵⁵ TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia., 1928, v. 3, pp. 144-145.

⁵⁶ BRASIL, Justiça Federal. *Os acontecimentos de 5 e 6 de julho*; denúncia do Procurador Criminal da República (27 de novembro de 1922 e 26 de janeiro de 1923). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 10.

⁵⁷ Ibid, p. 4.

RESENHA

A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil¹

Carlos Roberto Carvalho Daróz

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. *A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil*. Recife: Editora UFPE/BIBLIEx, 2014/2016, 448p.

A obra analisa de modo bastante aprofundado a chamada “Guerra Brasílica”, realizada entre 1625 e 1654, quando a Companhia das Índias Ocidentais tentou estabelecer uma colônia neerlandesa no Brasil, de início na Bahia, depois a partir de Pernambuco.

O autor, além de historiador com licenciatura em História e especialização em História Militar, é militar de formação, servindo no

Exército Brasileiro na arma da Artilharia, e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Faz parte de uma geração de jovens historiadores oriundos de nossas Forças Armadas que vêm renovando os estudos da História Militar de nosso país. Lecionou no Colégio Militar do Recife e, em nível de pós-graduação, na Universidade do Sul de Santa Catarina.

A análise que Carlos Daróz faz do conflito é bastante ampla e

¹ Resenha elaborada pelo Prof. Armando Alexandre dos Santos, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

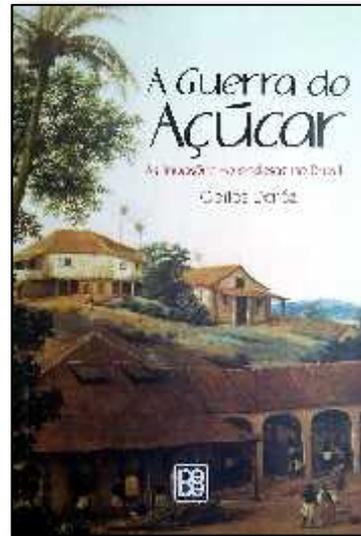


abrangente. Filia-se ele à corrente da chamada Nova História Militar, que, como realça no início do livro,

“não se prende ao estudo da batalha, mas abrange todos os aspectos relacionados com o fenómeno guerra e apresenta interfaces com outros campos do saber, como a política, a geografia, a economia, a cultura, a sociedade, a tecnologia e a geopolítica, entre outros”.

Seguindo essa linha metodológica e baseado em extensa pesquisa realizada ao longo de dois anos na historiografia brasileira, na holandesa e europeia em geral, em documentos e monumentos, estudou *in loco* os sítios em que ocorreram os combates, chegando a colher, entre a população do entorno, restos de tradições orais dos tempos da guerra.

O autor não ignorou, naturalmente, os aspectos econômicos do conflito, bastante realçados desde a opção pelo título *A guerra do açúcar*, mas não cedeu à tentação fácil do reducionismo econômico. Tampouco cedeu a outra tentação muito



frequente entre historiadores militares de tipo clássico, de restringir o estudo aos aspectos militares do conflito. Pelo contrário, ampliou consideravelmente a análise, numa ótica geopolítica muito aberta, de modo a abranger aspectos culturais, psicológicos, religiosos etc. O resultado foi uma abordagem muito ampla e diversificada, que apresenta interesse novo até mesmo para pessoas que já conhecem bem o conflito e leram muito sobre ele.

Do ponto de vista estratégico, é preciso, desde logo, considerar a



importância econômica que tinha, na primeira metade do século XVII, a região em que ocorreu a Guerra Brasilica, ou seja, a larga faixa litorânea que se estende desde a Bahia até o Maranhão. Essa região era, na época, a maior produtora mundial de açúcar, mercadoria altamente apreciada e valorizada.

Assim, sem a menor dúvida, estavam em jogo, no conflito travado nessa região, de 1625 até 1654, entre invasores holandeses e os luso-brasileiros, interesses econômicos de grande monta. Mas os interesses econômicos, no caso, não eram um fim em si, eram um meio para a realização de um projeto político de domínio mundial dos mares – objetivo que Holanda e Inglaterra desejavam alcançar, e Portugal e Espanha desejavam recuperar ou manter. E, por trás desses projetos nacionais, o enfrentamento de caráter religioso estava presente e, considerando a mentalidade prevalente na época, assumia importância muito grande.

Sem se ter esse quadro de fundo, mais amplo, em vista, não se pode compreender o real alcance do

conflito e quais os interesses que estavam em jogo. Os fatos se passavam no contexto da guerra religiosa travada no Velho Mundo entre católicos e protestantes, entre a Reforma e a Contrarreforma. Tendo perdido um terço da Europa em consequência da revolta de Lutero, a Igreja Católica defendeu-se com o movimento denominado “Contrarreforma”, no âmbito do qual se inseriram o Concílio de Trento (1545-1563), a criação do estilo barroco, a fundação da Companhia de Jesus (1534) e a maciça expansão missionária no Novo Mundo, na África Negra, na Índia e até no Extremo Oriente. Essa expansão era vista como forma de compensar as perdas sofridas pelo catolicismo na Europa, como realça Charles Ralph Boxer em *A Igreja militante e a expansão ibérica – 1440-1770* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007).

Embora com algum atraso em relação a Espanha e Portugal, também Holanda e Inglaterra se puseram a disputar terreno, nas Américas, na África e no Oriente. Eram movidas por interesses econômicos



e geopolíticos, visando ao enriquecimento e ao predomínio dos mares, em nível mundial, mas também por motivos religiosos, que, recorde-se, na mentalidade dos homens daquele tempo tinham um alcance muito maior do que atualmente. (ver a respeito: SANTOS, A.A. dos. *A Serviço de Deus e de El-Rei*. Separata de “Revista Brasileira”, órgão oficial da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, v. 22, p. 155-173, 2000).

A permanência dos holandeses no Nordeste brasileiro se deu em boa parte durante a Guerra dos Trinta Anos, que então se travava na Europa, e na qual o fator religioso representava papel primordial. A luta dos luso-brasileiros para a expulsão dos batavos já foi designada como “a Guerra dos Trinta Anos Brasileira”, por Francisco Ruas Santos em *Arte da Guerra* (Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p.116), designação que se justifica plenamente. Não só pela quase igual extensão temporal de ambos os conflitos (de 1618 a 1648 no caso europeu, 1625 a 1654 no brasileiro), mas

também pela simultaneidade de ambas e, sobretudo, pelas características que apresentaram. Ambas representaram confrontações de poderosas forças, num enfrentamento em que interagiam interesses territoriais, dinásticos e comerciais, sempre ativados e potencializados pelo fator religioso.

Ainda do ponto de vista estratégico, era muito importante, tanto para Portugal como para a Holanda, o domínio do Atlântico Sul. Não podemos entender a Guerra de Pernambuco sem considerar que, simultaneamente, os holandeses também estavam tentando se estabelecer em Angola. Já haviam tomado Luanda, já tinham feito aliança com a poderosa e legendária Rainha Ginga, dos Angolas, e de tal forma pareciam ali definitivamente implantados que o Pe. Antônio Vieira, em carta ao Rei de Portugal, declarava que Pernambuco e Angola já estavam irremediavelmente perdidos e jamais deixariam de ser holandeses. (cf. AZEVEDO, João Lucio de. *História de Antonio Vieira*. Lisboa: Editora Clássica, 2ª ed., 1931, 1º, tomo).



Na realidade, o domínio de ambos os lados do Atlântico Sul era fundamental não só para a exploração do açúcar nordestino (que dependia do fornecimento de escravos africanos), mas também porque era indispensável para o acesso ao Oriente, tanto pela via oriental, inaugurada por Gama, quanto pelo caminho mais longo trilhado por Magalhães, através do Pacífico.

Esse fundo de quadro no qual se desenrolou o conflito é bem exposto no livro, o qual é dividido em 11 capítulos, que se sucedem de modo lógico e encadeado, mas sem excesso de esquematização, de maneira que a leitura é fluida e corrente.

De início, o autor mostra a evolução da arte da guerra na passagem da Idade Média para os tempos modernos, destacando as profundas transformações ocorridas nesse período. Em seguida, expõe com riqueza de pormenores, do ponto de vista militar, os dois lados em confronto: como se estruturavam, como se armavam e como lutavam as forças de defesa luso-brasileiras e as holandesas.

Em seguida, é exposta, num relato muito vivo, a invasão holandesa na Bahia (1625-26), a reação dos brasileiros e a expulsão dos invasores. Segue-se o relato de como a Holanda se preparou cuidadosamente para a segunda invasão, de modo a não repetir os erros cometidos na primeira. Vem, depois, a exposição da tomada de Pernambuco; dos combates que se seguiram, do estabelecimento da Nova Holanda, da traição de Calabar, dos oito anos de governo Nassau, da extensão e aparente consolidação do domínio holandês, que chegou a se estender desde o rio São Francisco, na divisa com a Bahia, até o atual Maranhão.

A reação luso-brasileira, intensificada após a restauração do Reino luso em 1640, a batalha das Taboas, a da Casa Forte, as duas dos Montes Guararapes, a quase reclusão, durante anos, dos holandeses no seu reduto do Recife até a capitulação final, em 1654, é também exposta.

O último capítulo é dedicado a uma discussão sobre os frutos a longo prazo, para o Brasil, do domínio holandês.



Embora esses fatos todos já sejam, em suas linhas gerais, bem conhecidos dos estudiosos de História Colonial do Brasil, no livro de Carlos Daróz ganham vida nova, pois são narrados com abundância de pormenores e mesclados, por vezes, com saborosos relatos de “*petite histoire*” que tornam a leitura bastante entretida.

Um comentário final sobre o estilo adotado pelo autor. Sem embargo da sólida documentação, do rigor metodológico e das numerosas referências bibliográficas e arquivísticas, o livro foi todo escrito de modo leve e agradável, de modo a interessar ao grande público e até mesmo os aspectos estritamente militares do conflito são facilmente compreendidos e assimilados pelos leitores não especializados na terminologia especializada. Mérito não pequeno nos dias de hoje, em que os historiadores de formação na maior parte ainda preferem escrever suas obras em “estilo acadêmico” somente palatável a quem também é do ramo; e em que por vezes se cai no extremo oposto, escrevendo so-

bre temas históricos de modo romancado e com forte apelo emocional. O livro ora examinado fica, a meu ver, num *juste milieu*, muito bem equilibrado. É obra séria e sólida, mas escrita de modo jornalístico, por quem tem prática em sala de aula e sabe prender a atenção dos ouvintes sobre o assunto que está sendo exposto.

Concluo transcrevendo as palavras do próprio autor, na mensagem inicial do livro:

Convido você, leitor amigo, a lançar-se nesta importante página de nossa história colonial. Uma história de homens rudes, soldados e insurretos, mercenários e piratas, índios e negros, de um povo que recusou a ser dominado por uma cultura estranha e hostil. Uma história de lutas e sacrifícios, mas, sobretudo, de esperança em um destino melhor.

Alocução de acolhimento aos novos associados do IGHMB

Excelentíssimos Senhores Oficiais-Generais,

Prezados confrades e estimada confrreira,

Senhoras e Senhores que nos brindam com suas honrosas e marcantes presenças;

Que nossas palavras iniciais sejam para agradecer o honroso convite e a deferência assaz lhana de nosso Presidente – General-de-Divisão Aureliano Pinto de Moura – e dos ilustres companheiros pertencentes a esta prestigiosa e já consagrada ‘Casa da Cultura Militar’, que, num gesto sincero e generoso, me obsequiaram com a honrosa missão de dirigir algumas palavras, em nome de todos, para saudar os nossos ilustres homenageados que

ascendem à meritória titulação de “Sócio-Emérito”, ademais dos novéis confrades que hoje são entronizados nesta Casa, o que muito nos regozija, constituindo elevada honra e mui grata satisfação.

Neste dia tão importante para o nosso querido Instituto, marcado por esta singela, porém significativa Cerimônia, em que entronizamos marcantes personalidades da cultura nacional, no quadro de associados desta conceituada Instituição, sentimos-nos imensamente felizes em poder contar com prestimosos, dedicados, e leais companheiros nesta “Casa Histórica de Deodoro” que, com seus notáveis conhecimentos, invejável cultura, e invulgar experiência de vida, certamente muito contribuirão para elevar, ainda mais, o conceito que desfrutamos no mundo acadêmico, junto aos componentes das Forças Armadas, e,



acima de tudo, no seio da sociedade brasileira.

Falamos dos insignes companheiros que ora incorporam-se ao nosso plantel de dedicados pesquisadores e historiadores, é tecer loas a homens polivalentes, dotados de excelsas qualidades morais e intelectuais, que muito os credenciam a ombrear com seus ilustres pares desta já consagrada e respeitável entidade cultural.

A vida destas ilustres personalidades, totalmente voltadas para a carreira militar, para a educação, para o estudo, e para a cultura, constituem exemplos que muito os dignificam, tanto nas atividades castrenses, como na prolífera produção acadêmica e cultural.

Analisando acuradamente os Currículos de nossos novéis confrades constatamos estar diante de pessoas possuidoras de sólida base cultural, ademais de evidenciar, de forma cristalina, personalidades multifacetadas, ricas em valores e de invejável cultura geral.

Os nossos ilustres homenageados, com obstinação, sem nenhum tipo de estipêndio, exercem, com

comovente denodo e energia inesgotável, atividades ligadas à pesquisa e ao estudo de fatos históricos relacionados à Geografia, à Geopolítica, e à História Militar, em níveis nacional e mundial. Nessas importantes atividades, promovem, através de escritos e palestras, um intenso número de ações de cunho cultural, imprimindo selo indelével em várias iniciativas fecundas, com energia inesgotável, objetivando elevar o nível de conhecimentos relacionados à História Militar do quadro de associados desta Casa e da sociedade brasileira.

Senhoras e Senhores,

Acresce de importância esta Solenidade ao referenciar as Cadeiras que compõem o plantel de insigne Patronos – e que acabam de ser ocupadas por nossos homenageados – estarem imantadas pelas nobres e majestáticas figuras da Historiografia Militar Brasileira, cujos maravilhosos feitos passaram a constituir verdadeiro paradigma para seus pósteros e exemplo dignificante para as diversas gerações de brasileiros.



Ilustres confrades galardoados com o honroso título de ‘Sócio-Emérito’, ‘Sócios-Titulares’, ‘Sócio Honorário’ e ‘Sócio Correspondente’, hoje homenageados nesta Casa,

Vossos belos, consistentes, e invejáveis *Curriculum Vitae* bem evidenciam vossa brilhante e modelar trajetória, vivenciada ao longo de muitos anos de excelentes e relevantes serviços prestados à cultura nacional e à Pátria.

Vossas múltiplas atividades na vida profissional, quer como conceituados militares, prodigiosos professores, ademais de destacados e criativos historiadores de reconhecido valor, os credenciam como homens de elevada cultura, rara sensibilidade, e lídimos representantes da intelectualidade brasileira.

Que vossos edificantes atributos profissionais, morais, intelectuais, e vossa intensa dedicação aos estudos histórico-culturais, que tão bem os caracterizam, sejam sobejamente canalizados para este novo, laborioso, e gratificante mister, o de associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Indubitavelmente, temos plena convicção de que esta Casa acaba de ser brindada com personalidades de alto quilate cultural, excelentes e ativos colaboradores cujos nomes certamente emprestarão galardão e acentuado prestígio ao nosso Instituto. Sem sombra de dúvidas, podemos vaticinar que os novéis confrades, pelas características tão bem conhecidas de seus pares, irão deslanchar inúmeras iniciativas fecundas e benfazejas, objetivando elevar, cada vez mais, o conceito que desfrutamos junto à sociedade brasileira.

Digníssimos e briosos Confrades:

Sócios Eméritos:

- Cel Claudio Skora Rosty;
- Cel Antônio Ferreira Sobrinho;
- Prof. Adler Homero Fonseca de Castro.

Sócios Titulares:

- Gen Bda Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery;
- Prof. Guilherme Antônio Dias Pereira.



Sócia Honorária:

- Ten Cel Maristela da Silva Ferreira.

Sócio Correspondente:

- Engº Marcos Moretzsohn Renault Coelho.

Neste momento solene em que sois formalmente entronizados e carinhosamente acolhidos nesta Casa, em suas diversas gradações, dou-lhes - em nome de nosso ilustre Presidente e demais componentes de nossa prestigiosa Instituição - de braços estendidos e corações abertos -, as boas-vindas, e aproveito o ensejo para lhes formular os melhores votos de muitas felicidades, seguidos de permanentes sucessos e continuadas realizações na meritória, destacada, honrosa, e dignificante função de associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Senhoras e Senhores que integram este fraternal cenáculo,

Em realidade, vivenciamos nesta tarde - ademais desta significativa cerimônia de entronização de

ilustres personalidades da vida nacional em nosso Instituto -, um verdadeiro encontro de homens e de ideias voltados para o bem-comum, para a disseminação de cultura, e para o engrandecimento da historiografia militar brasileira.

A todos, o nosso sincero e comovido muito obrigado.

Rio de Janeiro, 13 dezembro 2016

Manuel Cambeses Júnior – Cel Av
1º Vice-Presidente do IGHMB

Relação dos sócios do IGHMB - 2016

Sócios titulares

Cad.	Ocupante	Patrono
1	Cel FAB João Rafael Mallorca Natal	Alfredo D'Escragnolle Taunav
3	Prof. Renato Jorge Paranhos Restier Junior	José Maria da Silva Paranhos
5	CMG Francisco Carlos Pereira Cascardo	Alte Antonio Coutinho Gomes Pereira
10	Cel Cláudio Skora Rosty	Cel Antônio de Sena Madureira
13	CF Alfredo de Souza Coutinho Filho	Alte Arthur Silveira da Motta
15	CC Carlos André Lopes da Silva	Ch Div Augusto João Manuel Levergé
16	Prof. Marcos Ribeiro Corrêa	Mal Carlos Augusto de Campos
17	Gen Durval Antunes M.P. de Andrade Nery	Gen Jacob de Niemeyer
19	Cel José Fernando de Maya Pedrosa	Gen Dionísio Evangelista Cerqueira
20	Prof. Guilherme de Andréa Frota	Gen Eduardo José de Morais
21	Cel Fernando Velôzo Gomes Pedrosa	Cel Emílio Carlos Jourdan
25	Cel Manoel Cândido de Andrade Netto	Euclides R. Pimenta da Cunha
28	Prof. Paulo F. de Albuquerque Maranhão	José Feliciano Fernandes Pinheiro
32	TC Charles Klajman	Alte José Cândido Guillobel
35	Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz	Gen José Inácio de Abreu Lima
39	Prof. Eurico de Lima Figueiredo	Gen José Vieira Couto de Magalhães
48	Cel Francisco José Mineiro Junior	TC Ricardo Franco de Almeida Serra
50	CMG Edina Laura Costa Nogueira da Gama	Alte Francisco C.S. Torres e Alvim
54	Cel Marco Antônio Cunha	André Pinto Rebouças
56	Cel FAB Marco Tulio Freira Baptista	Augusto Severo de A. Maranhão
57	Cel Heider Antunes Ramiro de Lima	Mal Pedro Alcântara Bellegarde

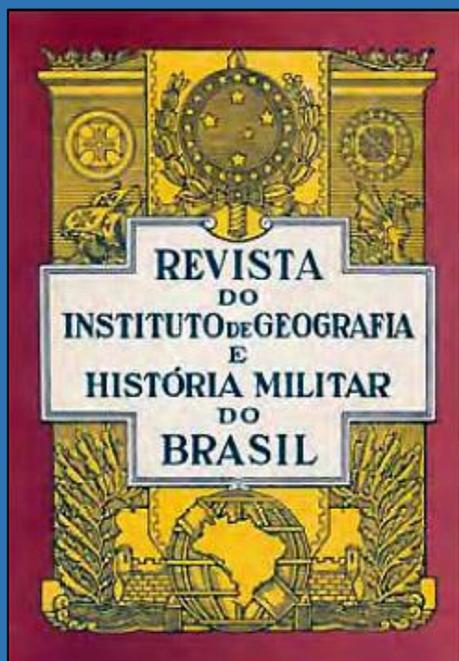


Cad.	Ocupante	Patrão
58	Cel Carlos Alberto Naccer	Mal Luís Alves de Lima e Silva
60	Cel FAB Luiz Pedro Miranda da Costa	Alberto Santos Dumont
61	Cel FAB Antonio Celente Videira	Padre Bartolomeu de Gusmão
62	CMG Marcio Bonifácio Moraes	Alte Luiz Felipe de Saldanha da Gama
63	Cel Joel Francisco Corrêa	Mal Gregório Thaumaturgo de Azevedo
64	Emb Marcos Henrique Camillo Côrtes	João Pandiá Calógeras
65	Gen Renato Cesar Tibau da Costa	Mal Candido Mariano da Silva Rondon
66	Gen Sérgio Roberto Dentino Morgado	Cel Jonathas da Costa Rego Monteiro
67	Gen Gilberto Barbosa de Figueiredo	Gen Eurico Fernandes de Souza Docca
69	Cel FAB Manuel Cambeses Júnior	Brig Lysias Augusto Rodrigues
71	Alte Armando de Senna Bittencourt	Alte Joaquim Marques Lisboa
74	Gen Paulo César de Castro	Mal Emílio Luís Mallet
76	CMG Claudio da Costa Braga	Alte Francisco Manuel Barroso
77	Alte Mário César Flores	Alte Joaquim José Ignácio
78	Cel Darzan Neto da Silva	Francisco Jaguaribe G. de Mattos
79	Prof. Israel Blajberg	Mal João B. Mascarenhas de Moraes
81	Gen Aureliano Pinto de Moura	Ten Henrique D.E. de Macedo Soares
86	Cel Antônio Ferreira Sobrinho	Gen João Henrique Böhn
87	Prof. Paulo André Leira Parente	Gen Joaquim Xavier Curado
89	Prof. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras	Olavo Braz M.dos Guimaraes Bilac
91	CT Marcello José Gomes Loureiro	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
92	Prof. Vagner Camilo Alves	Brig Nelson F. Lavenère-Wanderley
93	Alte Guilherme Mattos de Abreu	Alte João Prado Maia
95	Prof. Guilherme Antônio Dias Pereira	Mal Humberto de A. Castello Branco
97	Cel FAB Carlos Alberto Leite da Silva	Mal Eduardo Gomes



Cad.	Ocupante	Patrono
98	Gen Ulisses Lisboa Perazzo Lannes	Mal Mário Tavares
99	Gen Pedro Luiz de Araújo Braga	Alexandre de Gusmão
100	Alte Sérgio Tasso Vásquez de Aquino	Gastão Penalva
102	Prof. Regina Bibiani Morgado	Cel Luiz Paulo Carvalho Macedo
103	Cel Cesar A. Araripe de Almeida Lacerda	Cel Francisco Ruas Santos
105	Gen Márcio Tadeu Bettega Bergo	Profª Therezinha de Castro
106	Cel FAB Luiz Mauro Ferreira Gomes	Brig Deoclécio Lima de Siqueira
107	CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida	Alte Armando Amorim Ferreira Vidigal
108	Cel Hiram de Freitas Câmara	Gen Carlos Meira Mattos
111	Prof. Adler Homero Fonseca de Castro	Cel Joaquim V. Portella Alves
112	Prof. Cesar Machado Domingues	Cel João Batista Magalhães
113	Gen Gilberto Rodrigues Pimentel	Gen Flamarion Barreto
114	Cel Claudio Luiz de Oliveira	Gen Tristão de Alencar Araripe
117	CF Pierre Paulo da Cunha Castro	Alte Max Justo Guedes
118	CMG Valterian Mendonça	Mal José Pessoa C.de Albuquerque
119	Prof. Ricardo Pereira Cabral	Gen Severino Sombra de Albuquerque
120	CT Jonei Coelho Muniz	Alte Manoel José Nogueira da Gama

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 75 N° 103 2016